

RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES

FUNCORSAN 2016

*Para nós
seu futuro
começa agora*



**FORMAÇÃO ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS
FUNCORSAN EXERCÍCIO 2017**

CONSELHO DELIBERATIVO

Keyla Azzolin Marini <i>Presidente</i>	Sady Xavier da Cruz <i>Titular</i>
Alessandra Cristina Fagundes dos Santos <i>Titular</i>	Delso Francisco Zwirtes <i>Titular</i>
Marcelo Santos da Rocha <i>Titular</i>	Sidnei Lima da Silva <i>Titular</i>
Tiago Simon de Souza <i>Suplente</i>	Alízia Mello Pistója <i>Suplente</i>
Thiago de Hermann Prestes <i>Suplente</i>	Sullivan Pedro Dejoss Bordinhão <i>Suplente</i>
Everton Pires de Oliveira <i>Suplente</i>	Geovane Martins Teixeira <i>Suplente</i>

CONSELHO FISCAL

Arilson Wunsch <i>Presidente</i>	Ronaldo Souza da Silva <i>Titular</i>
Alberto Domingos Pagliarini <i>Titular</i>	Ivan Ediênio de Andrade <i>Titular</i>
Volmir José de Castro <i>Suplente</i>	Laer Von Saltiel <i>Suplente</i>
Fabíula Dutra Rocha <i>Suplente</i>	David Edison Borges Maciel de Barros <i>Suplente</i>

DIRETORIA EXECUTIVA

Elena Hahn Raupp <i>Diretora Superintendente (ARPB)</i>	Gilmar Antônio Arnt <i>Diretor de Segurança</i>
Adimilson Luiz Stodulski <i>Diretor Financeiro e Administrativo (AETQ)</i>	

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Adimilson Luiz Stodulski <i>Coordenador do Comitê de Investimentos</i>	Edson Braz da Silveira <i>Representante dos Participantes Assistidos</i>
Adriana Yamasaki <i>Representante da Patrocinadora</i>	Rafael Luzardo <i>Gerente de Investimentos</i>
Sávio Scherer <i>Representante dos Participantes Ativos</i>	

**RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES
AOS PARTICIPANTES 2016****MENSAGEM DA FUNCORSAN**

Contribuir para a qualidade de vida dos participantes administrando planos de benefícios de caráter previdenciário com

transparência: essa é a missão da Funcorsan. Nosso objetivo é ser uma entidade percebida como instituição de previdência complementar sólida, competitiva e respeitada, focada em prover soluções em previdência complementar, através dos seguintes pilares: transparência, ética, responsabilidade, credibilidade, comprometimento, respeito e competência.

Com seu Relatório Anual de Informações (RAI), a Funcorsan pretende levar até você, nosso Participante, informações detalhadas sobre resultados obtidos e ações desencadeadas durante o ano de 2016. A elaboração deste documento tem como principal objetivo reafirmar a política da Funcorsan de constante comunicação de seus atos, mantendo a ética e a credibilidade, demonstrando em números, indicadores e fatos a lisura com que rege sua gestão financeira e atuarial.

Importantes deliberações da alta administração para o futuro da Funcorsan resultaram na aprovação da proposta de mudança no regulamento do plano de benefícios BD nº 001, no lançamento do novo Código de Ética e Conduta da Entidade e na criação do novo canal de comunicação da entidade: o Fórum Permanente de Diálogo Funcorsan.

Ter a certeza de que irá receber uma renda vitalícia previamente definida é a grande vantagem dos planos de Benefício Definido (BD). Ao optar por este, a Funcorsan privilegiou, desde a instituição de seu plano, em 1980, pela manutenção do equilíbrio econômico e financeiro dos seus participantes no período em que estarão mais vulneráveis: após a aposentadoria. Essa modalidade de plano tem natureza mutualista, ou seja, de caráter solidário entre os participantes, sendo essencial o seu equilíbrio atuarial.

Este equilíbrio atuarial é o fator determinante para uma boa gestão do plano de benefícios BD. Administrar um plano de benefícios definido não é uma tarefa fácil, pois está sujeita às flutuações de mercado, a adoção de premissas atuariais aderentes à massa de participantes, dentre outras especificidades.

Cabe lembrar que, ao final de 2015 a Funcorsan realizou um exaustivo trabalho de consolidação das premissas atuariais, que hoje se encontram mais conservadoras e apropriadas, fortemente aderentes à massa de Participantes. No exercício de 2016 a Funcorsan seguiu acompanhando a evolução destas premissas, modificando-as e fortalecendo sua aderência de acordo com a realidade da massa de participantes do plano, inclusive acompanhando o aumento da sua longevidade.

Para que o plano de benefícios alcance bons resultados, não se pode deixar de ressaltar também a importância de uma boa administração de seus recursos, que atendam não apenas a critérios econômico-financeiros alinhados à Política de Investimentos e a legislação que rege o tema, mas que também busquem a minimização dos riscos inerentes ao mercado, de forma eficaz e segura.

Como um viés comparativo à realidade dos Planos de Benefícios, a Fundação analisou a rentabilidade apurada por outros planos, semelhantes ao plano administrado pela Funcorsan. Desta verificação, pode-se observar que a rentabilidade da Funcorsan obteve rentabilidade nominal 1,79% acima, a qual representa um desempenho 12% superior a mediana dos planos com características e regras semelhantes às do plano da Funcorsan. Este resultado demonstra nosso comprometimento em realizar grandes esforços rumo à manutenção do crescimento da Entidade, procurando, sempre, fazer frente às condições adversas do mercado financeiro e da economia brasileira e mundial.

A Funcorsan encerrou o exercício de 2016 com a rentabilidade global dos seus investimentos em todos os segmentos acima do estabelecido, apresentando rentabilidade de 16,64% contra 12,56% da Meta Atuarial - superior nominalmente à Meta Atuarial em 4,08%.

Ao longo do tempo, a Funcorsan tem aprimorado seus controles no acompanhamento e gestão da inadimplência, das ações judiciais, das contingências e dos provisionamentos, como forma de garantir que o valor efetivamente provisionado ou contingenciado seja suficiente para garantir seu pagamento sem comprometer o equilíbrio do plano de forma intempestiva. Ainda, a entidade tem adotado medidas gradativas e continuadas de melhoria nos controles de gestão. No exercício de 2016 a Funcorsan iniciou o reconhecimento contábil da correção monetária dos valores com compromisso judicial, com o objetivo de cobrir a demanda legal de quesitos de princípios de prudência na apropriação da devida correção monetária dos processos judiciais, reconhecendo R\$ 9,747 milhões em correção monetária dos processos já contingenciados.

No final de 2016, a Funcorsan chegou a marca de mais de 9.000 participantes, contabilizando quase 600 novas

adesões ao longo do período, além de um patrimônio total de R\$ 1,45 bilhão. Mesmo assim, o conjunto de medidas tomadas e alterações de premissas atuariais efetuadas apontaram para um déficit acumulado na ordem de R\$ 144 milhões e que, confrontado com o ajuste de precificação, resulta em um déficit técnico ajustado de 42 milhões, ou seja, 2,72% das Provisões Matemáticas do Plano.

Por fim, as informações disponibilizadas aqui, são decorrentes do comprometimento permanente de conselheiros, diretores, gerentes e empregados, para assegurar aquilo que é o principal objetivo da instituição: o seu futuro. Temos como principal meta continuar a trajetória de solidificação de seus compromissos com segurança e qualidade, seguindo firme no propósito de priorizar, sempre, as condições para viabilizar melhorias na qualidade de vida, no presente e no futuro, de todos os seus Participantes. E, como sempre, no caso de alguma dúvida ou necessidade de qualquer outra informação adicional, a Funcorsan, que é sua, segue à disposição.

Tenha uma excelente leitura.

Funcorsan 37 anos - Para nós, seu futuro começa agora!

I. DESTAQUES

I.1 Transparência

Com o objetivo de dar transparência e clareza nas ações desencadeadas pela Funcorsan, apresentamos a seguir as ações de Comunicação realizadas pela entidade durante o ano de 2016:

● **Newsletter Funcorsan:** A Funcorsan, em junho de 2016 retomou a emissão da *Newsletter* Funcorsan. O Informativo, que possui tiragem mensal, é um boletim institucional eletrônico, com distribuição gratuita. Sua circulação é em todo o estado do Rio Grande do Sul e tem como público alvo os empregados da Patrocinadora Corsan, participantes do Plano de Benefícios, empregados da Funcorsan e público em geral. No informativo, são disponibilizados *links* para leitura das principais notícias publicadas no Portal da entidade durante o mês, bem como *link* de acesso aos Dados Gerenciais, disponibilizados mensalmente.



● **Concurso – Homenagem ao Aposentado:** Em 2016 a entidade voltou a realizar o concurso “Sorteio para Homenagem ao Aposentado Abrapp”. O processo de inscrição para a ação foi realizado durante todo o mês de novembro e recebeu um total de 11 adesões. Para participar, os aposentados do Plano de Benefícios contataram a entidade e realizaram suas inscrições.

A homenageada foi a aposentada **Alda Regina Jobim**, de Porto Alegre, que foi escolhida por meio de um sorteio, realizado no dia 8 de dezembro, na Sede da Funcorsan. Na ocasião, participaram como auditores do concurso, representando a AAFCorsan, o secretário Paulo Roberto Pereira Machado, e representando a Ascorsan, o presidente, Luiz Henrique Feijó. A celebração da tradicional homenagem aos aposentados, pela passagem de sua data nacional, promovida pela Abrapp e Sindapp anualmente, foi realizada no dia 26 de janeiro, em São Paulo.

No evento, a aposentada recebeu o diploma alusivo ao evento das mãos da patronesse (a funcionária da Secretaria Geral da Funcorsan), Cláudia Cristina Martins, que também foi escolhida



pela Diretoria Executiva da Funcorsan por meio de um sorteio, realizado no dia 30 de dezembro. No total, 53 entidades associadas participaram do evento, levando 63 assistidos para serem homenageados em seu dia.

O Dia Nacional do Aposentado, comemorado no dia 24 de janeiro, foi instituído pela Lei nº 6.926, de 30 de Julho de 1981. A data foi escolhida em homenagem à aprovação da "Lei Eloy Chaves", em 24 de janeiro de 1923. Esse dispositivo legal é considerado o marco histórico que oficializou a criação da Previdência Social brasileira, que paga hoje 16,7 milhões de aposentadorias. Desse total, 8,7 milhões são aposentadorias por idade, 3,2 milhões por invalidez e 4,8 milhões por tempo de contribuição. Da quantidade de aposentadorias, 10,4 milhões são de segurados do setor urbano e 6,2 milhões do setor rural.

● **Concurso – Cartão de Natal Funcorsan:** Em 2016 a entidade retomou a realização do concurso “Cartão de Natal Funcorsan”. O concurso que visa a criação de um desenho com temas natalinos produzidos por filhos, enteados ou netos de participantes interessados em participar do concurso, ilustrou o cartão de Natal Funcorsan do ano de 2016, que foi impresso e encartado na edição do Informativo Jornal Fonte nº 61, de dezembro de 2016 e remetido via e-mail a todos os participantes.

Filha da participante Solange Corrêa, de Gravataí, a vencedora **Érica Isadora Corrêa Kuyumtzief**, de 10 anos, teve seu trabalho selecionado por uma banca formada para analisar os trabalhos e escolher o vencedor, dentre os demais inscritos através dos critérios de criatividade e adequação ao tema.

A entidade ainda ressalta que todos os demais desenhos recebidos são, também, vitoriosos, tanto pelo espírito participativo de seus autores, quanto pelo capricho na produção.



● **Ações Judiciais:** Dando seguimento à implementação de uma política de maior controle dos processos judiciais envolvendo a Fundação, iniciada em 2016, a assessoria jurídica interna da entidade realizou um levantamento detalhado dos processos em tramitação que envolvem a Funcorsan.

Gradativamente a Funcorsan tem aprimorado seus controles no acompanhamento e gestão da inadimplência, das ações judiciais, das contingências e dos provisionamentos como forma de garantir que o valor efetivamente provisionado ou contingenciado (que esteja em questionamento em uma ação judicial, por exemplo) seja suficiente para garantir seu pagamento sem comprometer o equilíbrio do Plano de forma intempestiva.

Também é importante ressaltar que valores provisionados ou contingenciados para determinada demanda, cujo sucesso ao final seja da Fundação, serão revertidos ao Plano.

As medidas adotadas pela Funcorsan para melhorar a gestão de ações judiciais, bem como os resultados do trabalho foram publicados na Edição nº 60 do Informativo Jornal Fonte, de outubro de 2016.

● **Programas de Interiorização e Integrar:** A Funcorsan intensificou as tradicionais palestras de interiorização, promovidas pela entidade em Unidades de Saneamento de todo o estado, versando sobre aspectos da Previdência Social, esclarecendo dúvidas sobre as contribuições e benefícios pagos pelo plano da Funcorsan. Ainda, participou do Programa Integrar, da Patrocinadora Corsan, onde a Funcorsan oportunizou aos novos empregados conhecer o Plano de Benefícios administrado por ela. Em 2016, a Funcorsan através da Diretoria de Seguridade realizou 34 palestras, abrangendo 1.061 participantes e potenciais participantes do Plano de Benefícios da Funcorsan.



Medidas adotadas para melhorar a gestão de ações judiciais

As ações judiciais trouxeram como benefício ao Plano uma melhor gestão e controle dos processos, com valores provisionados muito mais próximos daqueles que por ventura possam ser demandados, requerim o efetivo desembolso. Esta segurança representa impactos financeiros no resultado do plano, uma vez que reduz o patrimônio disponível (provisões) ou aumenta o compromisso (contingências). Confira algumas das medidas adotadas pela entidade nos últimos 6 anos para o manejo adequado das ações e seu gerenciamento:

- estruturação de uma assessoria Jurídica interna, para realizar a gestão dos processos, acompanhando das teses de defesa utilizadas, recolhimento de custas processuais, depósitos judiciais e garantias do juízo, além da implementação de ferramentas de gestão para os depósitos judiciais e contingências;
- contratação de novo escritório de advocacia, especialista em previdência complementar, para acompanhar as demandas da Funcorsan referentes a previdência;
- implantação de um sistema de gestão de demandas judiciais em substituição ao simples cadastro de demandas existentes;
- migração de demandas referentes a imóveis e empréstimos, para escritório de advocacia com melhor estrutura e expertise no segmento;
- adoção de procedimentos visando a nomeação de Assistente Técnico nas ações

judiciais, sendo esta providência fundamental para reduzir o valor das condenações, pois antes via de regra pagava-se as condenações pelo valor apresentado pelo autor;

f) provisionamento dos valores vencidos e vindendos, referentes a empréstimos em atraso;

g) procedimento de revisão de todos os depósitos judiciais realizados em período anterior a implementação da gestão jurídica;

h) implantação da política de atualização monetária de todos os valores contingenciados e daqueles depositados judicialmente.

Ficou interessado em receber as palestras de interiorização? Participe em sua região!

As palestras de Interiorização são direcionadas a todos participantes ativos e assistidos da Fundação. Todos podem solicitar as palestras nas suas regiões, bastando, para isso, contatar a Funcorsan pelo telefone (51) 3216.6000 - Opção 3, ou por e-mail funcorsan@funcorsan.com.br

● **Manual online de Concessão de empréstimos:** Para concentrar as principais informações e esclarecer dúvidas dos participantes sobre concessões de empréstimos, a Funcorsan publicou em 2016 em seu website, um manual contendo informações sobre o procedimento. Além de detalhes sobre a concessão, o documento apresenta um passo-a-passo do que precisa ser feito e o que é necessário para solicitar um empréstimo junto à entidade.

O manual está disponível no Portal da Funcorsan em www.funcorsan.com.br > barra superior o botão **Empréstimos** e, após, no menu lateral, a opção **Procedimentos**.

Vale lembrar que essas orientações são apenas facilitadoras e não substituem, em nenhum momento, o regulamento da carteira de empréstimos, que deve ser lido e consultado em caso de dúvidas. Outras questões podem ser resolvidas também através do contato direto com a Fundação, pelo fone: (51) 3216.6000 - Opção 1 - Empréstimos, ou através do e-mail: emprestimo@funcorsan.com.br.



I.2 Planejamento Estratégico 2016 – 2019

Visando a sustentabilidade e solidez da entidade, em 2015 foi realizado o Planejamento Estratégico da Funcorsan para o quadriênio 2016-2019. O Plano estratégico que pautará as atividades da entidade neste período foi realizado em um processo amplo e participativo, contando com a colaboração de Conselheiros, Diretores, membros do Comitê de Investimentos, Gerentes e empregados da Funcorsan.

Declarações Estratégicas da Entidade

● Missão

Contribuir para a qualidade de vida dos participantes administrando planos de benefícios de caráter previdenciário com transparência, eficiência e eficácia, atendendo as expectativas das partes interessadas.

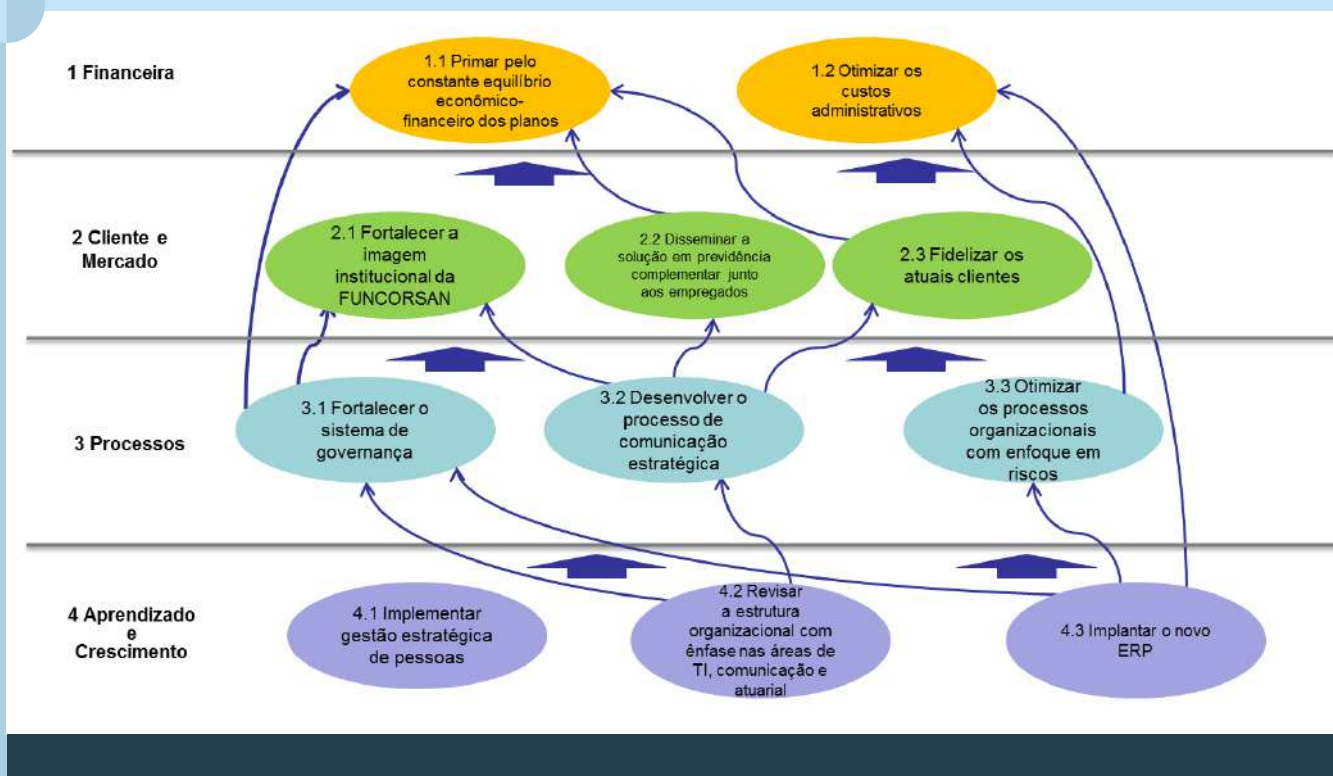
● Visão

Até 2019 alcançar 93% de adesão dos empregados das patrocinadoras, sendo percebida como instituição de previdência complementar sólida, competitiva e respeitada na administração de planos de benefícios previdenciários, focada em prover soluções em previdência complementar.

● Valores e Princípios

Transparência, ética, responsabilidade, credibilidade, comprometimento, respeito, competência.

A partir do estudo do cenário a época, foram analisadas as forças e fraquezas do ambiente interno, e as ameaças e oportunidades do ambiente externo. Essa análise serviu de base para concepção do mapa estratégico da Funcorsan, sendo que na etapa decisória, foram estabelecidos 11 objetivos estratégicos e definidos os correspondentes Planos de ação, metas e indicadores, alinhados à visão de futuro da Funcorsan.



Durante os trabalhos de avaliações trimestrais realizadas durante o ano de 2016, restou definido que até o final do primeiro semestre de 2017, será realizada a revisão geral do Planejamento Estratégico do quadriênio 2016-2019, visando que as diretrizes e objetivos estratégicos sejam revisitados, assim como os Planos de ação, metas e indicadores.

A construção deste trabalho deverá envolver conselheiros, dirigentes e gestores, além da participação do público interno, de modo a responder aos desafios da entidade, de forma planejada, visando atender cada vez melhor as expectativas dos participantes e patrocinadoras.

1.3 Informações sobre o Plano de Benefícios

Apresentamos a seguir as principais ações desencadeadas pela entidade relativas ao Plano de Benefícios administrado pela Funcorsan.

Processo de Alteração do Regulamento do Plano de Benefícios: Em resposta ao item 3.2 do quadro resumo do Relatório de Fiscalização, referente à ação fiscal realizada pela Previc junto à Fundação em 2013, a Funcorsan iniciou, em janeiro de 2014, o processo de alteração do texto do Regulamento do Plano BD nº 001. Em novembro de 2015, a entidade encaminhou o processo de modificação do Regulamento do Plano de Benefícios à Previc.

Após a quarta avaliação da Diretoria de Análise Técnica da PREVIC, órgão da Previc responsável pela análise e aprovação das alterações regulamentares das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC's), foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) do dia 13 de fevereiro de 2017, a Portaria nº 106, de 07 de fevereiro de 2017, aprovando as alterações propostas para o Regulamento do Plano de Benefícios BD nº 001 administrado pela Funcorsan.

O documento está disponível no Portal da entidade em www.funcorsan.com.br > barra superior Plano de Benefícios > menu lateral esquerdo Regulamento do Plano de Benefícios nº 001 para consulta e sua versão impressa será remetida a todos os participantes da Funcorsan durante o ano de 2017.

Cabe salientar que as novas regras serão aplicadas apenas aos participantes que ingressarem no Plano após a aprovação da alteração regulamentar, ou seja, a partir de 07 de fevereiro de 2017. Por esse motivo, a Fundação entende que tais modificações não alteram o resultado do Plano de Benefícios administrado pela entidade.

¹ Diagrama que expressa o posicionamento da entidade sob quatro perspectivas: Aprendizado e Crescimento; Processos; Clientes e Mercado; e Financeira.

● **Termo de Ajustamento de Conduta – TAC – Casos Omissos:** Dando continuidade a implementação das etapas supervenientes do TAC a Funcorsan iniciou, no dia 9 de dezembro, o envio de correspondências aos participantes enquadrados como Casos Omissos.

Com a alteração regulamentar promovida em 2009, a idade mínima para obtenção do benefício de aposentadoria aumentou para 59 anos, causando impacto sobre o grupo de participantes ativos à época. No entanto, dentro desse grupo de participantes ativos existiu uma parcela que não sofreu impacto com a alteração da idade mínima, pois a carência para cumprimento da elegibilidade superava o período de dois anos que foram acrescidos, ou seja, já estava acima dos 59 anos de idade. Portanto, os participantes pertencentes a esse grupo não participaram do equacionamento do déficit, não sendo impactados com a alteração regulamentar. Assim, eles foram enquadrados no que se denominou de Casos Omissos.

Em 2016 o Conselho Deliberativo analisou o parecer remetido pelo atuário responsável pelo Plano, que estruturou a forma de cobrança das contribuições extraordinárias de responsabilidade destes Participantes, com base nos pareceres atuariais e jurídicos. Com o resultado destes estudos, o Conselho Deliberativo decidiu, a época, pelo início da cobrança de duas formas: pagamento do valor à vista, através de depósito identificado na conta corrente da Fundação ou pagamento parcelado, através de desconto em contracheque de uma contribuição mensal extraordinária, em 228 parcelas mensais, a partir do mês de janeiro de 2017.

Através de nossa Central de Atendimento, dos contatos com os representantes da Funcorsan, Conselheiros e nas palestras explicativas sobre o tema, realizadas no auditório da Funcorsan, foram apresentadas pelos participantes, bem como pelas entidades de classe da Corsan, sugestões e reivindicações para o aperfeiçoamento do processo e flexibilização no prazo de pagamento do valor à vista.

Diante destas reivindicações, os procedimentos e decisões havidas anteriormente restaram suspensos até a conclusão dos novos estudos atuariais e jurídicos referentes aos Casos Omissos que estão sendo realizados pela Funcorsan. As formas de quitação dos valores será informada pela Funcorsan, oportunamente, quando do término destes estudos.

Em caso de dúvidas, os participantes podem entrar em contato com a Central de Atendimento Funcorsan através do telefone (51) 3216.6000 - Opção 2 - Cadastro e Benefícios.

● **Regras de Solvência:** O ambiente regulatório dos Fundos de Pensão nos anos de 2014 e 2015 foram marcados pela publicação das novas regras de precificação de passivos (Resolução CNPC nº 15, de 19 de novembro de 2014), precificação de ativos (Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014) e solvência (Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015).

Estas novas regras de precificação e solvência passaram a considerar o horizonte de longo prazo inerente às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC's), bem como os diferentes graus de maturidade dos Planos de benefícios.

Este novo ambiente regulatório tem como principal inovação a utilização conjunta de elementos do passivo atuarial (fluxo projetado – duration), dos investimentos (retorno projetado da carteira – duration) e da conjuntura de mercado (projeção para segmentos, estrutura a termo da taxa de juros – ETTJ) para então fixar parâmetros de precificação e estabelecer os limites de solvência.

● **Aplicação na Fundação Corsan:** Maiores detalhes sobre a apuração do resultado e solvência do Plano de Benefícios da Funcorsan poderão ser verificados no capítulo 4. Demonstrações Contábeis, Item 15 - Ajuste de Precificação de Ativos – Apuração de Resultados e Solvência, contidos neste Relatório.

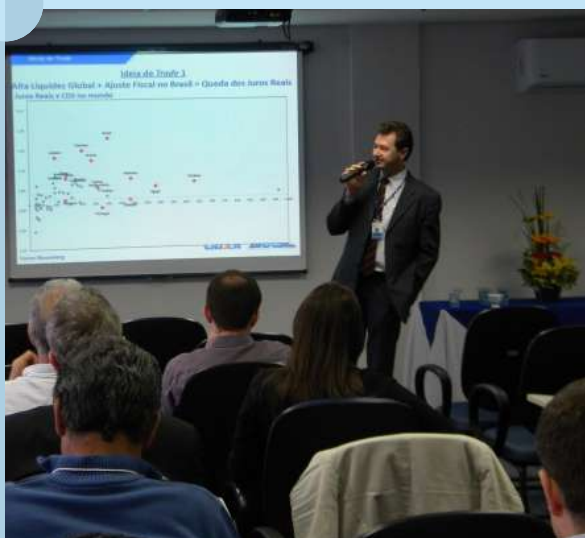
I.4 Atualização Cadastral de Assistidos

Com o objetivo de manter um cadastro consistente e atualizado de todos Participantes Assistidos, a partir do mês de julho foi iniciado processo de atualização cadastral dos participantes em benefício. Dos 3.412 formulários emitidos, apenas 36 não retornaram com as informações solicitadas, demonstrando, assim, a eficácia (99%) do projeto.

I.5 Eventos

● **VIII Seminário de Previdência Corsan/Funcorsan:** Durante o exercício de 2016 a Funcorsan organizou a 8ª edição do Seminário de Previdência Corsan/Funcorsan. O encontro, realizado em dois dias distintos,

trouxe um total de 107 representantes de todas as regiões do Estado à capital, contando com uma programação rica em palestras esclarecedoras dos principais processos e procedimentos tanto da Fundação, como também da patrocinadora. Organizado pela área de Seguridade, o VIII Seminário ocorreu nos dias 14 e 15 de dezembro, no auditório da Fundação, tendo como objetivo promover a atualização dos representantes da entidade com relação à Previdência e ao Plano de Benefícios. Um dos principais destaques desta edição foram os chamados Casos Omissos, do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC. (Leia mais no item 1.3 - Informações sobre o Plano de Benefícios).



● **9º Fórum de Investimentos Funcorsan:** A Funcorsan promoveu, no dia 24 de novembro de 2016, a 9ª edição do seu já tradicional Fórum de Investimentos. O encontro teve como objetivo a disseminação de informações sobre cenários econômicos e análise de detalhes sobre o universo dos investimentos, trazendo, para isso, painelistas de reconhecida competência no mercado. O evento, promovido anualmente pela Fundação, é destinado a superintendentes e diretores da Corsan, representantes de entidades congêneres, participantes, funcionários e dirigentes da Funcorsan e de outras fundações, ligados à área de investimentos, membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e do Comitê de Investimentos da entidade.

● **31ª e 32ª Edições do Programa de Preparação para Aposentadoria (PPA) Corsan/Funcorsan:** No ano de 2016 cerca de 140 pessoas, entre servidores e seus acompanhantes de diversas regiões do Estado, participaram das duas edições do PPA, que aconteceram entre os dias 17 e 21 de maio e 04 e 07 de outubro de 2016, no Auditório da entidade. Os eventos, realizados pela Superintendência de Recursos Humanos (SURH) e coordenados pelo DEAST, da Corsan, em parceria com a Funcorsan vem sendo realizados desde 1995, tem caráter informativo e objetivam estimular a reflexão sobre as mudanças interpessoais, físicas, mentais, sociais e econômicas do novo papel a ser desempenhado junto à família e a sociedade, como aposentado. Incentivam, ainda, a elaboração de um novo projeto de vida.



● **Eleições Diretor de Seguridade:** Durante os dias 30 e 31 de maio de 2016 foi realizado o processo eleitoral para o cargo de diretor de Seguridade da Funcorsan, promovido pelo Sindiágua. Com mais de 85% dos votos válidos, o atual diretor de Seguridade, Gilmar Antônio Arnt, foi reeleito para o cargo. Escolhido por 3.289 eleitores, Arnt tomou posse em março de 2017, conforme previsão estatutária.



● **Regulamento Eleitoral:** Em agosto de 2016 foi aprovado pelo Conselho Deliberativo o novo regulamento eleitoral da Funcorsan. O instrumento estabelece as normas que regem as eleições dos cargos eletivos na Funcorsan dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, nos termos do Estatuto da Entidade.

Para realização dos trabalhos de revisão, que culminou com a proposta aprovada pelo Órgão máximo de administração da Funcorsan, foi formado um grupo de trabalho composto por representantes do Conselho Deliberativo, Fiscal e da Diretoria Executiva.

- Eleições Conselhos Deliberativo e Fiscal Funcorsan 2016:** Entre os dias 29 de novembro e 1º de dezembro de 2016 foi realizado o processo eleitoral para escolha dos novos membros dos conselhos Deliberativo e Fiscal da Funcorsan. Buscando a segurança, inovação e agilidade do processo, as eleições foram realizadas on-line, através de um sistema eletrônico, hospedado em um website criado exclusivamente para esta finalidade. Os participantes puderam acessar o sistema eleitoral por meio de uma chave de acesso (senha) pessoal e intransferível, recebida previamente, garantindo sigilo e confiabilidade ao processo. Ainda, o sistema eleitoral foi auditado por empresa especializada, que atestou a confiabilidade das informações antes, durante e depois do pleito.



O procedimento on-line ofereceu mais agilidade e segurança na apuração dos votos. Enquanto o sistema de eleições por votos físicos necessitava de estrutura logística para a distribuição e recebimento de urnas e empenho manual para o escrutínio, a votação via internet permitiu uma contagem instantânea na data programada: dia 2 de dezembro, a partir das 10h.

- Apuração dos resultados:** Em uma sessão pública de apuração, realizada no auditório da entidade, a Funcorsan divulgou os resultados do pleito. Na ocasião, além do número total de participantes votantes e votos obtidos por cada candidato, a Fundação apresentou também o mapa de votação. No dia 14 de dezembro de 2016 o resultado final do processo eleitoral foi homologado, conforme cronograma do pleito.

Confira, a seguir, os votos obtidos por cada um dos concorrentes:

	Colocação	Nome	Quantidade de Votos	Cargo
Conselho Deliberativo	1º	Delso Francisco Zwirtes	401	1º Membro Titular
	2º	Sady Xavier da Cruz	383	2º Membro Titular
	3º	Sidnei Lima da Silva	270	3º Membro Titular
	4º	Alízia Mello Pistója	242	1º Membro Suplente
	5º	Sullivan Pedro Bordinhão	219	2º Membro Suplente
	6º	Geovane Martins Teixeira	134	3º Membro Suplente

Conselho Fiscal	Colocação	Nome	Quantidade de Votos	Cargo
	1º	Arilson Wunsch	652	Presidente
	2º	Alberto Pagliarini	473	2º Membro Titular
	3º	Volmir José de Castro	230	1º Membro Suplente
	4º	Fabíula Dutra da Rocha	227	2º Membro Suplente

A Funcorsan, através de seus meios de comunicação institucionais, comunicou aos Participantes e Assistidos da Funcorsan, assim como as Associações e Sindicatos a realização de eleições para membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da entidade, por meio eletrônico. Ainda, procedeu com um amplo processo prévio de divulgação das ações de comunicação desencadeadas, visando dar ampla publicação de todo o Processo Eleitoral, as quais elencamos a seguir:

Nº	Data	Canais e Veículos	Tipo de Informação/Comunicação
1	01/09/2016	Correspondência	Expediente nº 200/2016/DIREX/FUNCORSAN à Patrocinadora Funcorsan Comunicação Processo Eleitoral.
2	05/09/2016	Jornal de grande circulação	Publicação do Edital de Convocação das Eleições 2016 no Jornal Correio do Povo em 05/09/2016.
3	05/09/2016	Portal Funcorsan	Seção Eleições.
4	05/09/2016	Portal Funcorsan	Subseção Comissão Eleitoral.
5	05/09/2016	Portal Funcorsan	Subseção Conselho Deliberativo.
6	05/09/2016	Portal Funcorsan	Subseção Conselho Fiscal.
7	05/09/2016	Matéria Portal Funcorsan	Funcorsan publica edital de eleições para conselhos Deliberativo e Fiscal.
8	05/09/2016	Correio Eletrônico	E-mail encaminhado as associações e entidades de classe e à Ascom da Patrocinadora, informando a publicação do edital de convocação das eleições 2016.
9	19/09/2016	Matéria Portal Funcorsan	Eleições Funcorsan: aberto prazo para apresentação de candidaturas.
10	29/09/2016	Matéria Portal Funcorsan	Eleições Funcorsan: encerra amanhã o prazo para apresentação de candidaturas.
11	30/09/2016	Boletim do Representante da Funcorsan	Boletim do Representante da Funcorsan nº 145 – Setembro/2016.
12	30/09/2016	Newsletter Funcorsan	Boletim eletrônico da Funcorsan nº 004 – Setembro de 2016.
13	10/10/2016	Matéria Portal Funcorsan	Eleições Funcorsan: Comissão recebe inscrições de 21 candidatos.
14	10/10/2016	Correio Eletrônico	E-mail encaminhado as associações e entidades de classe e à Ascom da Patrocinadora, informando a seguinte matéria: “Eleições Funcorsan: Comissão recebe inscrições de 21 candidatos.
15	27/10/2016	Matéria Portal Funcorsan	Comissão eleitoral homologa candidaturas para conselhos Deliberativo e Fiscal.
16	28/10/2016	Correio Eletrônico	E-mail encaminhado as associações e entidades de classe e à Ascom da Patrocinadora, informando a seguinte matéria: “Comissão eleitoral homologa candidaturas para conselhos Deliberativo e Fiscal”
17	10/11/2016	Matéria Portal Funcorsan	Funcorsan inicia envio de correspondências com senhas para eleições on-line.
18		Informativo Jornal Fonte	Informativo Jornal Fonte, nº 60, de Outubro de 2016.
19	31/10/2016	Newsletter Funcorsan	Boletim eletrônico da Funcorsan nº 005 – Outubro de 2016.

Nº	Data	Canais e Veículos	Tipo de Informação/Comunicação
20	31/10/2016	Boletim do Representante da Funcorsan	Boletim do Representante da Funcorsan nº 146 – Outubro/2016.
21	14/11/2016	Matéria Portal Funcorsan	Eleições Funcorsan: sistema de votação será apresentado à participantes durante encontro na próxima sexta (18).
22	18/11/2016	Matéria Portal Funcorsan	Funcorsan apresenta sistema de votação on-line durante palestra a participantes.
23	18/11/2016	Correio Eletrônico	Revista Eletrônica Propaganda Eleitoral e Manual de Acesso ao Sistema de Votação.
24	24/11/2016	Banner Portal Funcorsan (PopUp)	Eleições Funcorsan 2016 – Clique e conheça os candidatos para o Conselho Deliberativo/Fiscal
25	25/11/2016	Banner Portal Funcorsan (PopUp)	Eleições Funcorsan 2016 - Conselhos Deliberativo e Fiscal - Não recebeu sua senha para acessar o sistema de votação?- Clique aqui e solicite o reenvio de sua chave de acesso
26	25/11/2016	Boletim do Representante da Funcorsan	Boletim do Representante da Funcorsan nº 147 – Novembro/2016.
27	25/11/2016	Correio Eletrônico	E-mail encaminhado à Ascom da Patrocinadora, informando o início do processo de votação.
28	28/11/2016	Portal Funcorsan	Subseção Solicitação de Senha
29	28/11/2016	Correio Eletrônico	Revista Eletrônica Propaganda Eleitoral e Manual de Acesso ao Sistema de Votação.
30	28/11/2016	Canal Oficial da Funcorsan no YouTube	Vídeo Explicativo do passo a passo de como acessar o sistema de votação (Segue mídia em DVD com o vídeo).
31	28/11/2016	Facebook	Criação de Evento
32	28/11/2016	Matéria Portal Funcorsan	Eleições Funcorsan: votação começa nesta terça -feira (29)
33	28/11/2016	Banner Portal Funcorsan (PopUp)	Eleições Funcorsan 2016 – Clique aqui e confira o vídeo criado pela Funcorsan com o passo a passo de como acessar o sistema de votação on-line para as eleições dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal - 2016
34	29/11/2016	Banner Portal Funcorsan (PopUp)	Eleições Funcorsan 2016- Clique aqui para votar
35	29/11/2016	SMS	Envio de mensagem SMS aos Participantes Eleitores: Eleições Conselhos Deliberativo e Fiscal Funcorsan 2016. De 29.11 a 1.12 através da internet. Acesse www.funcorsan.com.br e saiba como votar.
36	30/11/2016	Newsletter Funcorsan	Boletim eletrônico da Funcorsan nº 006 – Novembro de 2016.
37	30/11/2016	Matéria Portal Funcorsan	Eleições Funcorsan: mais de 700 participantes votaram no primeiro dia do pleito
38	01/12/2016	Correio Eletrônico	-mail encaminhado à Ascom da Patrocinadora, informando o encerramento do prazo de votação.
39	01/12/2016	SMS	Envio de mensagem SMS aos Participantes Eleitores: ELEICOES FUNCORSAN: Votação encerra hoje às 17h. Não deixe para a última hora. Participe do processo eleitoral. Votar é um direito seu!
40	01/12/2016	Banner Portal Funcorsan (PopUp)	Eleições Funcorsan 2016 - Votação encerrada! - Total de votantes: 2.283 - Sessão Pública de Apuração: 02 de dezembro de 2016 às 10h - Auditório da Funcorsan
41	02/12/2016	Matéria Portal Funcorsan	Comissão divulga resultado da apuração dos votos para conselhos Deliberativo e Fiscal da Funcorsan
42	02/12/2016	Banner Portal Funcorsan (PopUp)	Eleições Funcorsan 2016 – Conselhos Deliberativo e Fiscal
43	02/12/2016	Correio Eletrônico	E-mail encaminhado às associações e entidades de classe e à Ascom da Patrocinadora, informando a seguinte matéria: Comissão divulga resultado da apuração dos votos para conselhos Deliberativo e Fiscal da Funcorsan

● **Evento Precificação, Solvência e Compartilhamento de Riscos - Tchê Previdência:** A Tchê Previdência, entidade que reúne os principais fundos de pensão do estado, promoveu, no dia 13 de maio de 2016 o evento Precificação, Solvência e Compartilhamento de Riscos, em parceria com a Funcorsan, a Gama Consultoria Atuarial e a Mercer Brasil. O encontro foi realizado no auditório da Fundação, contando com a presença de profissionais das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC's) associadas da Tchê, membros do Escritório Regional da Previc e membros das entidades de Classe da Corsan. Ao todo compareceram mais de 70 pessoas no evento. Foram apresentados os painéis Precificação de ativos, passivos e solvência, pelo diretor geral da Mercer/Gama Consultoria Atuarial, Antônio Fernando Gazzoni; Riscos atuariais com foco no compartilhamento de riscos e Resolução CNPC 17/15, pelo diretor da Mercer Brasil, Geraldo Magela, e, por fim, a palestra Investimentos centrados na proteção de carteiras, proferida pelo head of investments da Mercer Brasil, Raphael Santoro.

● **Apresentação dos resultados atuariais de 2015 a entidades de classe da Corsan:** Sindicatos e associações representativas de classes de servidores da Corsan participaram, na tarde do dia 13 de maio de 2016, de um evento organizado pela Funcorsan no auditório da entidade, para apresentação dos resultados atuariais do Plano de Benefícios relativos ao exercício de 2015. O encontro teve por objetivo levar às entidades as informações atuariais relacionadas ao ano passado, e também uma prévia dos resultados da avaliação atuarial do mesmo período, contando, para isso, com a participação do atuário Antônio Fernando Gazzoni, da Gama Consultoria Atuarial, como painalista.



*Para nós
seu futuro
começa agora*



2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

2.1 Mecanismos de Governança

2.1.1 Certificação e Habilitação de Dirigentes

- Habilitação:** é o processo realizado pela Previc para confirmação do atendimento aos requisitos obrigatórios para o exercício em determinado cargo ou função. Ou seja, é uma confirmação de que a pessoa tem capacidade para exercer aquela função. Um aval do órgão fiscalizador, que emite o Atestado de Habilitação de Dirigente de EFPC ou Conselheiro, dizendo que “está tudo ok”. Para conseguir esse “aval” da Previc, os candidatos precisam ter experiência profissional comprovada de, no mínimo, três anos, em atividades nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização ou de auditoria. Também não podem ter sofrido penalidade administrativa por infração da legislação da seguridade social, inclusive da previdência complementar ou como servidor público, e não podem ter sofrido condenação criminal transitada em julgado (já com sentença final), ou seja, precisam ter uma boa reputação.
- Certificação:** A certificação é a forma do profissional comprovar que possui qualificação e conhecimento técnico necessário, aquilo que é exigido para exercer determinado cargo ou função nas Fundações. É preciso ser certificado para ser Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ), para ser membro titular ou suplente da Diretoria Executiva e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, e também para ser membro do Comitê de Investimentos. Ainda os empregados que ficam diretamente responsáveis pela aplicação de recursos na área dos investimentos precisam da certificação.

2.1.2 Status Certificações e Habilitações de Dirigentes

Apresentamos a seguir, as informações relativas ao status dos Conselheiros, Dirigentes, membros do Comitê de Investimentos e funcionários da Funcorsan, em 31 de maio de 2017:

Conselho Deliberativo

Membro	P - Presidente T - Titular S - Suplente	Certificação	Habilitação
		Validade	Validade
Alessandra C. F. Santos	P	10/03/2019	11/03/2019
Marcelo Santos Rocha	T	07/03/2019	08/03/2019
Keyla Azzolin Marini	T	01/06/2018	Aguardando retorno da Previc
Delso F. Zwirtes	T	14/10/2019	15/10/2019
Sady Xavier da Cruz	T	05/04/2019	06/04/2019
Sidnei Lima da Silva	T	06/11/2017	07/11/2017
Tiago S. de Souza	S	04/05/2019	05/05/2019
Thiago H. Prestes	S	01/06/2019	31/05/2019
Everton P. Oliveira	S	09/05/2019	09/05/2019
Alfízia M. Pistója	S	30/12/2018	31/12/2018
Sullivan P. D. Bordinhão	S	Não possui*	13/03/2018
Geovane M. Teixeira	S	17/04/2019	18/04/2019

*Membros que assumiram em 2017 terão um ano, a contar da posse, para se certificar, conforme legislação vigente.

Conselho Fiscal

Membro	P - Presidente T - Titular S - Suplente	Certificação	Habilitação
		Validade	Validade
Arilson Wunsch	P	Não possui*	13/03/2018
Alberto D. Pagliarini	T	Não possui*	13/03/2018
Ronaldo Souza da Silva	T	14/10/2019	31/05/2019
Ivan Ediênio de Andrade	T	13/12/2018	14/12/2018
Volmir J. Castro	S	Não possui*	13/03/2018
Fabíula Dutra Rocha	S	Não possui*	13/03/2018
Laer Saltiel	S	19/05/2019	10/03/2017**
David Edison M. B. Barros	S	30/10/2019	31/05/2019

*Membros que assumiram em 2017 terão um ano, a contar da posse, para se certificar, conforme legislação vigente

** Aguardando retorno de adequação de data pela Previc.

Diretoria Executiva

Membro	Diretoria	Ênfase da Certificação	Certificação	Habilitação
			Validade	Validade
Elena Hahn Raupp	Superintendência	Administração	13/12/2017	13/03/2018
Adimilson Luiz Stodulski	Financeira e Administrativa	Investimentos Administração	25/06/2018 11/02/2020	31/05/2019
Gilmar Antônio Arnt	Seguridade	Administração	10/08/2017	11/08/2017

Comitê de Investimentos

Membro	Cargo/Representação	Certificação
		Validade
Adimilson Luiz Stodulski	Coordenador	11/02/2020
Rafael Rocha Luzardo	Gerente de Investimentos	01/05/2019
Edson Braz da Silveira	Participantes Assistidos	01/04/2018
Adriana Yamasaki	Patrocinadora	12/07/2018
Sávio Fernando Scherer	Participantes Ativos	02/09/2019

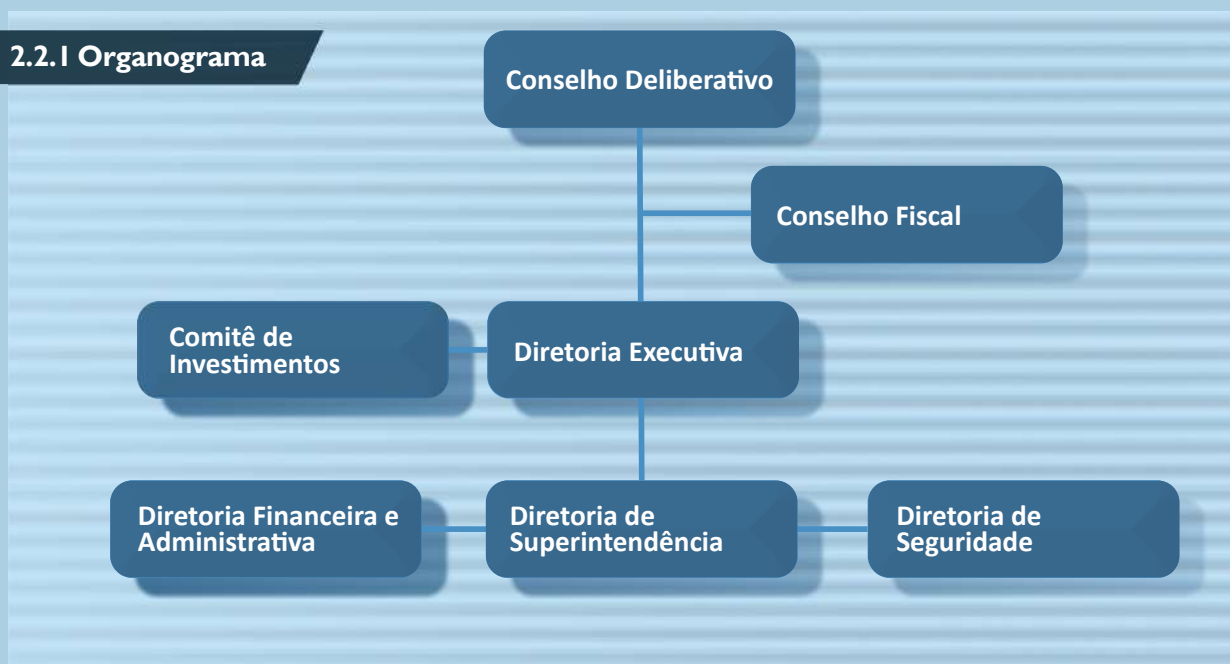
Empregados da Funcorsan

Membro	Cargo	Certificação
		Validade
Rafael Rocha Luzardo	Gerente de Investimentos	01/05/2019
Baiard Silva Ozório	Gerente de Contabilidade	26/03/2019

Obs.: Os membros do Comitê de Investimentos da Funcorsan e os empregados da entidade são isentos de Habilitação.

2.2 Estrutura de Governança

2.2.1 Organograma



2.2.2 Conselho Deliberativo

O Conselho Deliberativo é o órgão máximo da estrutura de governança da Funcorsan, responsável pela definição das diretrizes gerais de administração da entidade e de seus Planos de benefícios previdenciários.

O Conselho é composto por seis membros titulares e seis suplentes, de forma paritária entre representantes dos Participantes e Assistidos e da Patrocinadora, sendo seu Presidente escolhido dentre os indicados pela Patrocinadora.

Em 2016 o Conselho Deliberativo realizou 22 reuniões. Dentre as decisões do Colegiado durante o exercício, destacamos as principais:

- Definição das hipóteses atuariais do Plano de Benefícios BD 001, fundamentada nos Estudos Técnicos de Aderência Convergência;
- Política de Investimentos - PI 2017 – 2021;
- Aprovação do Regulamento do Plano de Benefícios da Funcorsan;
- Avaliação Atuarial 2015;
- Balanço Funcorsan 2015;
- Parecer Atuarial 2015;
- DA - Demonstração Atuarial 2015;
- Orçamento da Funcorsan 2017;
- Código de Ética e Conduta e Comitê de Ética e Conduta da Funcorsan;
- Termo de Ajustamento de Conduta – TAC e Casos Omissos;
- Relatório Anual de Informações 2015, dentre outros assuntos.

2.2.3 Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno da Funcorsan. É composto por 4 membros titulares e 4 suplentes, de forma paritária. O Presidente do Conselho Fiscal é o mais votado entre os representantes eleitos pelos Participantes e Assistidos.

O Conselho Fiscal realizou 17 reuniões em 2016. Destacamos a seguir as principais matérias examinadas/aprovadas pelo Colegiado durante o exercício:

- Relatórios Gerenciais da Funcorsan;
- Relatório de Avaliação de Riscos 2016;
- Estudos Técnicos de Aderência Convergência;
- Cenário macroeconômico e de mercado;
- Acompanhamento dos Investimentos;
- Relatórios Circunstanciados de Auditoria de 2016;
- Relatórios de Acompanhamento Processuais;
- Balanço Funcorsan 2015;
- Relatório de Controles Internos 2º sem/2015 e 1º sem/2016;
- D.A. - Demonstração Atuarial 2015;
- Relatório Anual de Informações 2015, dentre outros assuntos.

2.2.4 Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva da Funcorsan é o órgão de administração geral da entidade, tendo como principal atribuição de executar as diretrizes fundamentais e cumprir as normas gerais baixadas pelo Conselho Deliberativo, dentro dos objetivos por ele estabelecidos.

O Colegiado é composto por 3 membros: Diretor Superintendente (DSU), Diretor Financeiro e Administrativo (DFA) e Diretor de Seguridade (DSE). Os dois primeiros são indicados pela Patrocinadora Corsan. Já o Diretor de Seguridade é eleito pelos Participantes e Assistidos, por força de Acordo Coletivo de Trabalho do Sindicato Majoritário da Categoria de Trabalhadores da Corsan.

Foram realizadas 54 reuniões da Diretoria Executiva em 2016. Dentre as matérias apreciadas pela Diretoria durante o exercício, destacamos as principais:

- Orçamento Funcorsan 2017;
- Planejamento Estratégico;
- Estudos Técnicos de Aderência Convergência;
- Avaliação Atuarial 2015;
- Balanço da Funcorsan 2015;
- D.A. - Demonstração Atuarial 2015;
- Relatório Anual de Informações 2015;
- Política de Investimentos - PI 2017 – 2021;
- Aprovação da proposta de alteração do regulamento do Plano de Benefícios Funcorsan;
- Normas, Processos, Regulamentos e Políticas;
- Programa de Metas Funcorsan – PMF, dentre outros assuntos.

2.2.4 Comitê de Investimentos

O Comitê de Investimentos é um órgão de caráter consultivo que acompanha a gestão dos Recursos Garantidores e propõe, através de sugestões, alternativas de investimentos à Diretoria Executiva da Funcorsan.

Conta com a participação de 5 membros, representantes da Patrocinadora, dos Participantes Ativos e Assistidos. Ainda, contam com a participação do Gerente de Investimentos e do Diretor Financeiro e

Administrativo e AETQ da Funcorsan, sendo este último o Coordenador dos trabalhos do Comitê. Apresentamos a seguir a composição atual do Comitê de Investimentos:

Membro	Representatividade/ Cargo
Adimilson Luiz Stodulski	Coordenador do Comitê / Diretor Financeiro e Administrativo / Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado
Adriana Yamasaki	Patrocinador
Edson Braz da Silveira	Assistidos
Rafael Rocha Luzardo	Gerente de Investimentos da Funcorsan
Sávio Scherer	Participantes Ativos

O Comitê de Investimentos realizou 15 reuniões durante o ano de 2016 e apreciou, dentre outros temas, as seguintes matérias:

- Relatório Gerencial de Investimentos e Gerencial de Imóveis;
- Desempenho dos Fundos de Investimentos;
- Política de Investimentos - PI 2017 – 2021;
- Análise Macroeconômica e de Mercado;
- Estudo das Taxas de Juros dos Empréstimos;
- Regimento Interno do Comitê de Investimentos;
- Due Diligences - Processo Seleção de Gestores em Renda Variável;
- Estudo Técnico Convergência da Taxa de Juros Real Atuarial do Plano;
- Análise do Relatório de Estabilidade Financeira do Banco Central;
- Análise de Alocação de Renda Fixa e Variável;
- ALM – Estudo de Gestão de Investimentos orientada pelo passivo, dentre outros assuntos.

Maiores informações sobre os órgãos colegiados da Funcorsan poderão ser verificadas no Estatuto da entidade, em www.funcorsan.com.br, barra superior A Fundação, menu lateral esquerdo, Estatuto.

2.3. Regulação e Supervisão Externa

2.3.1 Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc é uma autarquia de natureza especial, criada em 2009 por meio da Lei 12.154, de 23 de dezembro de 2009, e está vinculada ao Ministério da Fazenda. O órgão possui a competência de fiscalizar e supervisionar as atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC's) e execução das políticas para o regime de Previdência Complementar.

Desde 2013 a Funcorsan vem sendo submetida a ações fiscais anuais da Previc, e ao final dos processos são adotadas medidas necessárias para o atendimento aos apontamentos dos Relatórios de Fiscalização. No ano de 2016, em formato diferente, a Fundação foi submetida à ação de Fiscalização de caráter permanente da Previc, que se refere a uma das ações de fiscalização executada pelos auditores fiscais da autarquia, e consiste na atividade de acompanhamento integral das entidades consideradas de maior risco pelas equipes de Fiscalização, de acordo com seus critérios próprios.

Em março de 2017, a Funcorsan recebeu o Ofício nº 37/2017/ERRS/DIFIS/PREVIC, por meio do qual foi informada que a entidade não foi selecionada, segundo os critérios adotados pela autarquia, para ser objeto de supervisão permanente no ano de 2017.

Tal informação é resultado da preocupação e empenho da gestão da Funcorsan em atender as condutas indicadas pela Previc, e reforça o sentimento que permeia a entidade em realizar a gestão do Plano de Benefícios de forma sólida e responsável.

2.3.2 TCE –Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

Em agosto de 2016 a Funcorsan foi cientificada, por meio do Ofício DCF nº 6.575/2016, que o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul realizaria auditoria de regularidade na Funcorsan, solicitando as providências da entidade para o atendimento.

A Funcorsan procedeu no atendimento dos auditores fiscais da corte de contas do estado e aguarda a emissão do relatório final para apreciação e providências que se fizerem necessárias.

2.4 Aprovação do Código de Ética e Conduta

O Conselho Deliberativo da Fundação aprovou, em dezembro de 2016, o novo Código de Ética e Conduta da Funcorsan. O documento tem por finalidade estabelecer os princípios éticos e normas de conduta imperativos, que devem orientar as relações internas e externas de todos os integrantes da estrutura organizacional da Funcorsan na condução dos negócios da entidade, sem prejuízo das disposições legais, regulamentares e estatutárias vigentes.

O instrumento, que está em vigor desde o dia 2 de fevereiro de 2017, objetiva confirmar os princípios e valores éticos e revitalizá-los à luz dos novos desafios enfrentados no ambiente de negócios, fortalecendo a cultura ética e de integridade da Funcorsan, de modo que tais diretrizes não sejam somente conhecidas, mas também praticadas por todos os que fazem parte da entidade.

Para conhecer o Código de Ética e Conduta da Funcorsan, acesse o Portal da entidade em www.funcorsan.com.br. Na barra superior, acesse A Fundação e, logo após, menu lateral esquerdo Código de Ética.

2.4.1 Comitê de Ética e Conduta

O Comitê de Ética e Conduta da Funcorsan é um organismo institucional de governança corporativa da Fundação e tem caráter deliberativo e consultivo, com objetivo principal de apurar eventuais infrações e opinar à Diretoria Executiva sobre a aplicação correspondente das penalidades cabíveis, bem como realizar as revisões e modernizações nas disposições do Código de Ética.

O grupo, instituído em março de 2017, é formado por quatro membros titulares, sendo um do Conselho Deliberativo, um do Conselho Fiscal, um da Diretoria Executiva, um representante dos empregados, além dos respectivos suplentes. Seus mandatos são de dois anos, a contar da data da posse.

Após as indicações realizadas pelos Conselhos e Diretoria e a eleição do representante dos empregados, restou a seguinte formação:

Comitê de Ética e Conduta Funcorsan		
Conselho Deliberativo	Delso Francisco Zwirtes Keyla Azzolin Marini	Titular Suplente
Conselho Fiscal	Arilson Wunsch Ivan Ediênio de Andrade	Titular Suplente
Diretoria Executiva	Gilmar Antônio Arnt Adimilson Luiz Stodulski	Titular Suplente
Empregados da Funcorsan	Rafael Rocha Luzardo	Titular

Na primeira reunião do grupo, o representante titular do Conselho Deliberativo, Delso Francisco Zwirtes foi o

membro escolhido por maioria simples de votos como o coordenador dos trabalhos do referido comitê. Este terá o mandato pelo período de um ano, permitida a recondução.

Para contatar o Comitê de Ética e Conduta no caso de dúvidas sobre a aplicação do instrumento, requerimentos ou reporte de denúncia de infração ao Código poderão ser encaminhados através do e-mail comitedeetica@funcorsan.com.br. Ainda, também está disponível no Portal da entidade, com opção de envio de correspondência eletrônica anônima, através da seção Fale Conosco.

2.4.2 Adesão ao Código de Ética do Regime Fechado de Previdência Complementar

A Funcorsan recebeu, no dia 3 de maio de 2017, o certificado que atesta a sua adesão ao Código de Princípios Éticos e de Condutas para o Regime Fechado de Previdência Complementar. O documento, que já conta com adesão de outros importantes fundos de pensão de todo o país, se destaca por realçar a verdadeira imagem de responsabilidade e cuidadoso cumprimento do dever fiduciário.

Em janeiro de 2017 a entidade remeteu à Associação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – Abrapp o Termo de Adesão ao Código de Princípios Éticos e de Condutas da Associação. A Abrapp é uma entidade sem fins lucrativos, representativa dos interesses comuns dos fundos de pensão.

O Código de Princípios Éticos e de Condutas da Abrapp é o documento que consolida o acordo de disposições e compromisso de Participantes, Assistidos, Patrocinadores e Instituidores de Entidades Fechadas de Previdência Complementar, seus Fornecedores e Prestadores de Serviço que aderirem ao seu texto expressamente.

2.5 Fórum Permanente de Diálogo Funcorsan

A Fundação Corsan, buscando informar seus stakeholders sobre a situação do Plano de Benefícios e sobre a gestão da Funcorsan, debater ações em andamento, oportunizando o aperfeiçoamento das medidas a serem adotadas pela entidade através da ampla participação das partes interessadas, iniciou em 2016 os estudos para a criação de um fórum de diálogo.

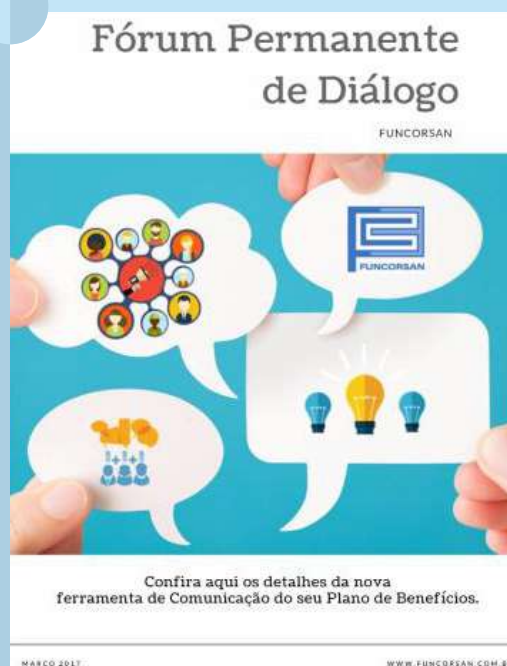
No início de 2017, com a aprovação do projeto elaborado pela Diretoria Executiva pelo Conselho Deliberativo, foi instituído o Fórum Permanente de Diálogo Funcorsan. O funcionamento do fórum ocorrerá por meio de reuniões bimensais, onde é aberta a oportunidade de interação a todos os Participantes do Plano de Benefícios, Patrocinadora Corsan, Associações e Sindicatos cujos associados mantenham vínculo com a Funcorsan, proporcionando a estes sugerir melhorias para o Plano de Benefícios e para a gestão da Funcorsan, além de conhecer mais detalhadamente o universo da Previdência Complementar Fechada.

As reuniões são realizadas bimensalmente, na sede da Funcorsan, sempre na terceira segunda-feira dos meses de janeiro, março, maio, julho, setembro e novembro, das 14h às 17h. Em casos de feriados, a reunião é realizada na terça-feira subsequente.

Com esta iniciativa, a Funcorsan pretende engajar as partes interessadas do Plano de Benefícios administrado pela entidade, contribuindo coletivamente para a consolidação de uma Fundação sólida, competitiva e respeitada na administração de benefícios previdenciários, focada em prover soluções de previdência complementar.

Para saber mais sobre o fórum, acesse bit.ly/forumdialogofuncorsan

Não fique de fora, participe! Descubra como se engajar com os projetos da sua Fundação e contribua coletivamente para o fortalecimento da nossa entidade.



3. GESTÃO DO PLANO

O Plano de Gestão Administrativa – PGA – e seu regulamento, implantado na Funcorsan em 15 de dezembro de 2009 mediante a aprovação do Conselho Deliberativo, tem por objetivo controlar as receitas e despesas administrativas inerentes à manutenção das atividades da entidade.

Os recursos destinados ao custeio administrativo são estabelecidos anualmente, sendo que no exercício de 2016 foram utilizadas como fontes de custeio: a taxa de administração dos empréstimos concedidos aos participantes; percentual das contribuições vertidas ao Plano de Benefícios; a rentabilidade dos ativos do fundo administrativo; a transferência da rentabilidade dos investimentos em parcela equivalente à despesa apurada correspondente a esta gestão e, quando necessário, reversão do fundo administrativo.

As despesas administrativas são classificadas em despesas da administração previdencial e despesas da administração dos investimentos.

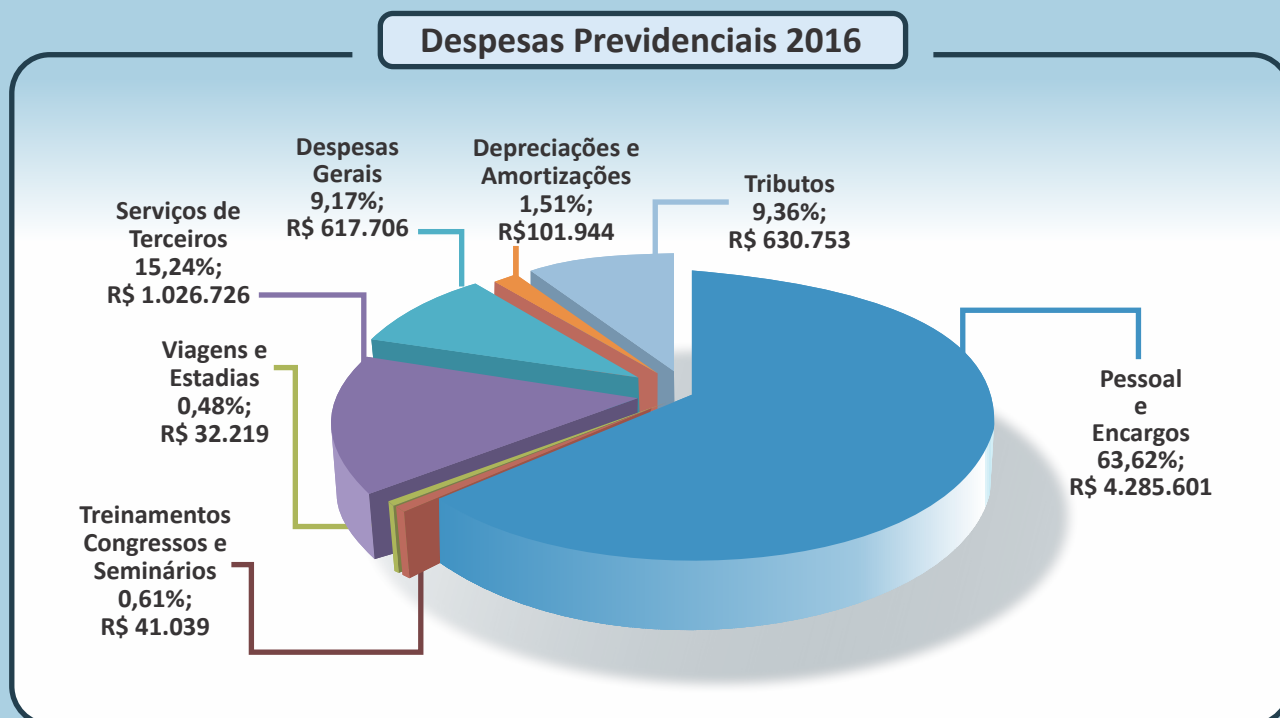
Após a apuração das despesas administrativas do PGA para o período, elas foram classificadas entre comuns ou específicas em relação às duas gestões. Para distribuição das despesas de natureza comum foi desenvolvido um estudo técnico de rateio, o qual foi aprovado pelo Conselho Deliberativo, sendo que as despesas específicas são cobertas pelo custeio específico da gestão que lhe deu origem.

Da diferença apurada entre as fontes de custeio e as despesas administrativas, é constituído ou revertido o fundo administrativo do PGA.

A seguir apresentamos o detalhamento da execução das despesas de cada uma das gestões (Previdencial e de Investimentos) no exercício de 2016.

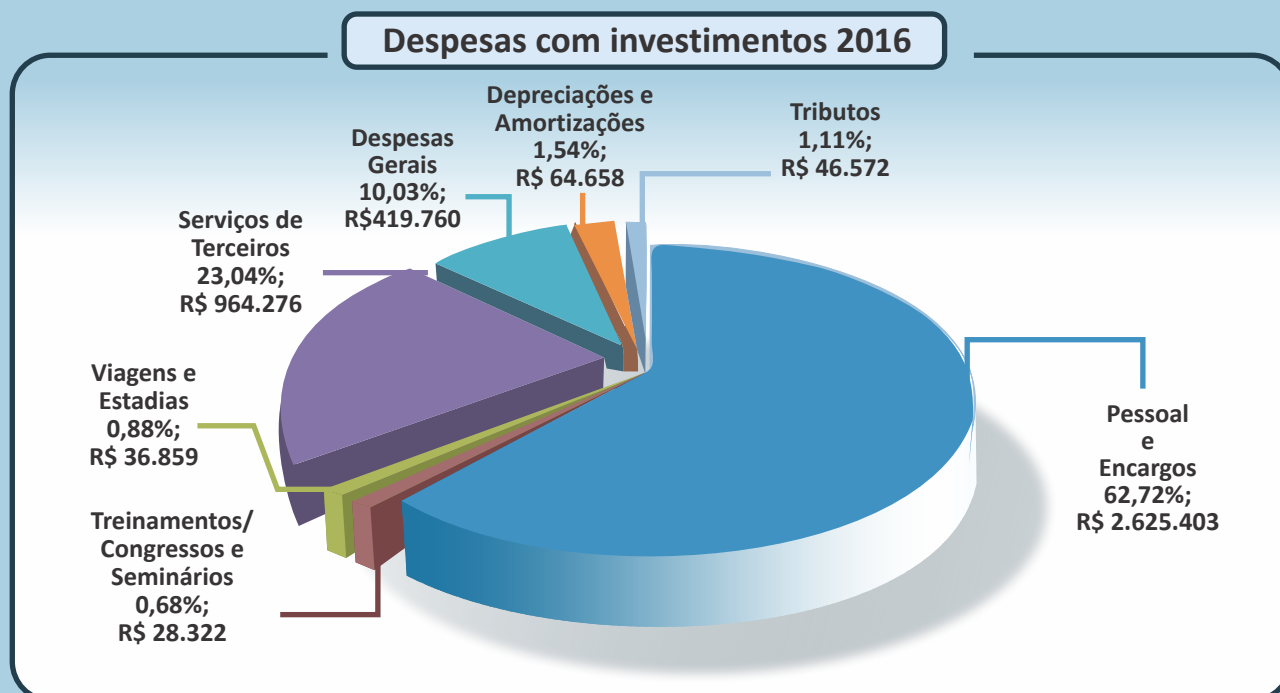
3.1 Administração do Plano (Previdencial)

As despesas de administração do Plano de Benefícios no ano de 2016 totalizaram R\$ 6.735.989,19. Foram cobertas, paritariamente, por uma parcela das contribuições dos Participantes Ativos e Patrocinadoras. Essas contribuições no exercício de 2016 foram executadas na ordem de 8% sobre a base de contribuições, aprovada pelo Conselho Deliberativo e utilizada pelo atuário responsável pelo Plano de Benefícios no cálculo das Provisões Matemáticas, especificadas no Demonstrativo Atuarial. A seguir, apresentamos gráfico detalhando as despesas administrativas da gestão do Plano de Benefícios:



3.2 Administração dos Recursos Aplicados (Investimentos)

As despesas da administração dos recursos aplicados no exercício de 2016 foram executadas na ordem de R\$ 4.185.850,11. Foram cobertas pela rentabilidade das próprias aplicações, bem como pela taxa de administração dos empréstimos. Da rentabilidade apresentada nos ativos do Plano de Benefícios da Funcorsan, já estão descontadas as despesas de administração dos investimentos, as quais estão detalhadas no gráfico a seguir:

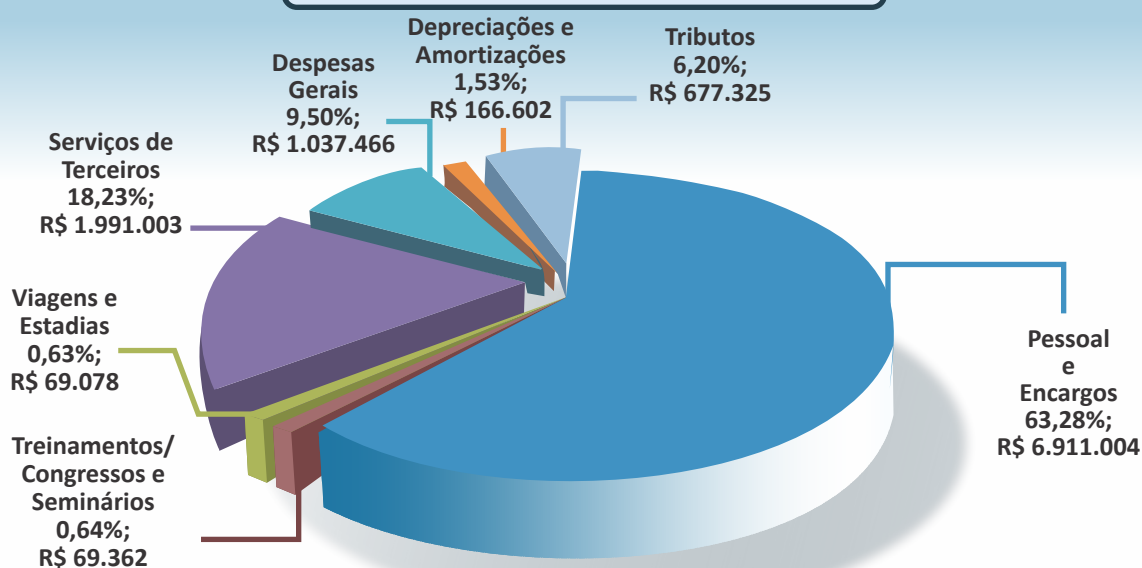


3.3 Custos de Administração – Consolidado

Em atendimento à Resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC) nº 29, de 31 de agosto de 2009, o Conselho Deliberativo estabeleceu como limitador para transferência de recursos para o Plano de Gestão Administrativa – PGA em 2016, a Taxa de Carregamento em 5,25%, desta forma, 3,75% menor que o permitido pela legislação, de 9%.

Em 2016, o total das despesas administrativas globais da Funcorsan realizadas foram na ordem de R\$ 10.921.839,30, conforme composição do gráfico abaixo:

Despesas globais do PGA 2016



Em 2016, a execução orçamentária do PGA foi de R\$ 10.921.839,30, realizado em -6,34% abaixo do orçado. Abaixo segue o quadro demonstrativo apresentando o resultado orçamentário do realizado vs. orçado, consolidado pelos os principais grupos de contas:

Em R\$

Despesas de Administração Consolidado 2016	Orçado	Real	Varição R/O
Pessoal e Encargos	6.929.693,34	6.911.004,03	-0,27%
Treinamentos/Congressos e Seminários	128.359,00	69.361,93	-45,96%
Viagens e Estadias	159.745,87	69.078,08	-56,76%
Serviços de Terceiros	2.438.991,50	1.991.002,81	-18,37%
Despesas Gerais	1.123.509,32	1.037.466,08	-7,66%
Depreciações e Amortizações	174.597,80	166.601,67	-4,58%
Tributos	706.209,16	677.324,70	-4,09%
Total	11.661.105,99	10.921.839,30	-6,34%

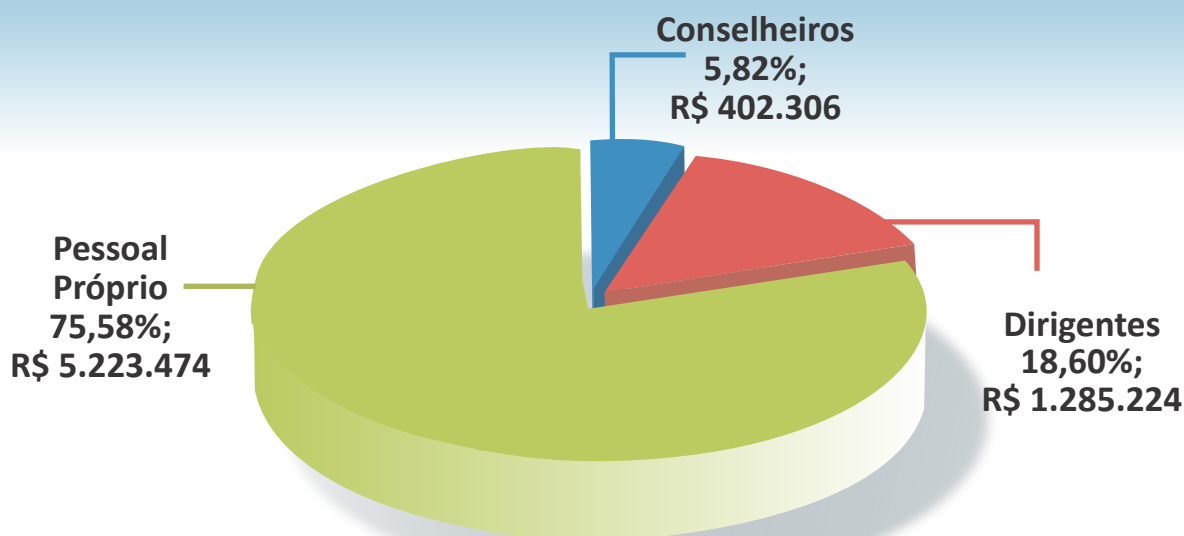
3.4 Custos de Administração por grupo de contas

No grupo de Pessoal e Encargos, que representaram 63,28% das despesas totais do PGA, o gasto mais significativo refere-se ao pessoal próprio, que representou 75,58% das despesas do grupo, seguido por dirigentes, que significou 18,60% do total do grupo.

Apresentamos a seguir, gráfico demonstrativo da participação das despesas com Diretoria, Conselhos e Pessoal Próprio:

²Para o cálculo do referido limitador, não são consideradas as seguintes fontes de custeio: fundo administrativo, dotação inicial e doações.

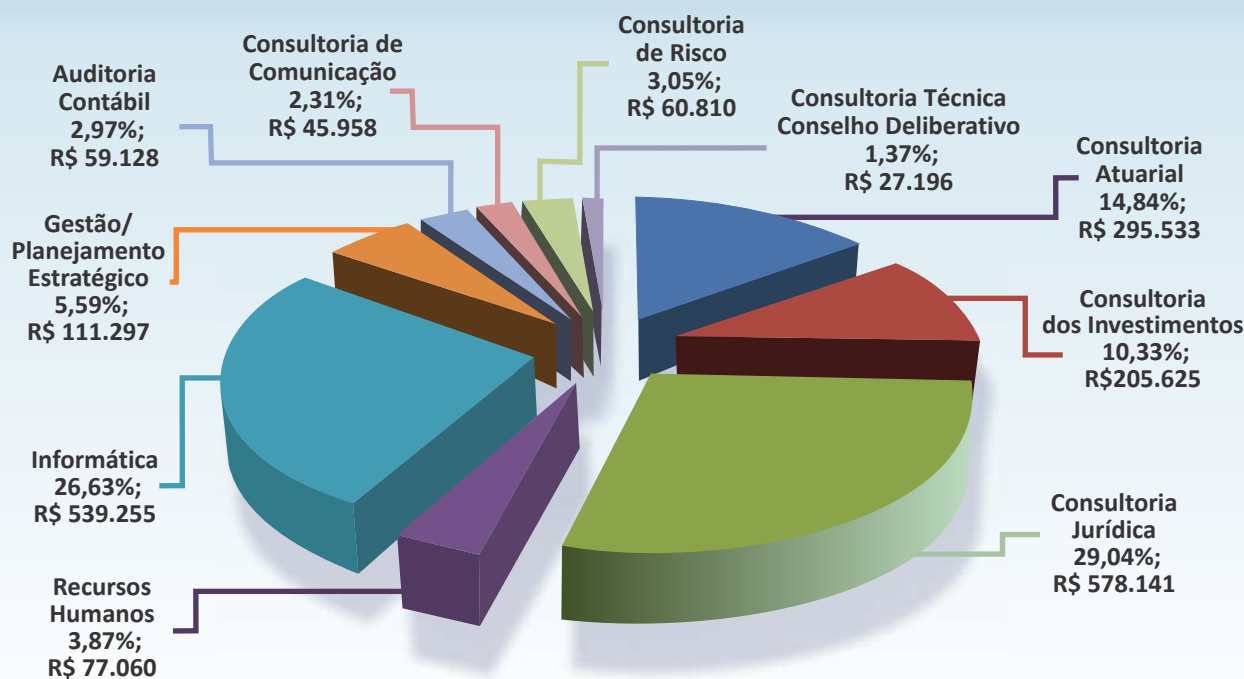
Despesas de Pessoal e Encargos



No grupo de Serviços de Terceiros, os gastos mais significativos executados no exercício de 2016 são relativos às despesas de consultoria jurídica, que atua em defesa dos interesses da Funcorsan nos processos judiciais, seguido de Informática, que se refere aos gastos de contratos de prestação de serviços, tais como de licenças de softwares, e consultoria atuarial, referente ao contrato da consultoria atuarial externa do atuário técnico responsável pelo Plano de Benefícios, respectivamente, 29,04%, 26,63% e 14,84% do total do grupo.

A seguir, apresentamos o detalhamento da participação percentual das despesas deste grupo:

Serviços de Terceiros



No grupo Despesas Gerais, os maiores gastos são relativos às despesas de infraestrutura e diversas.

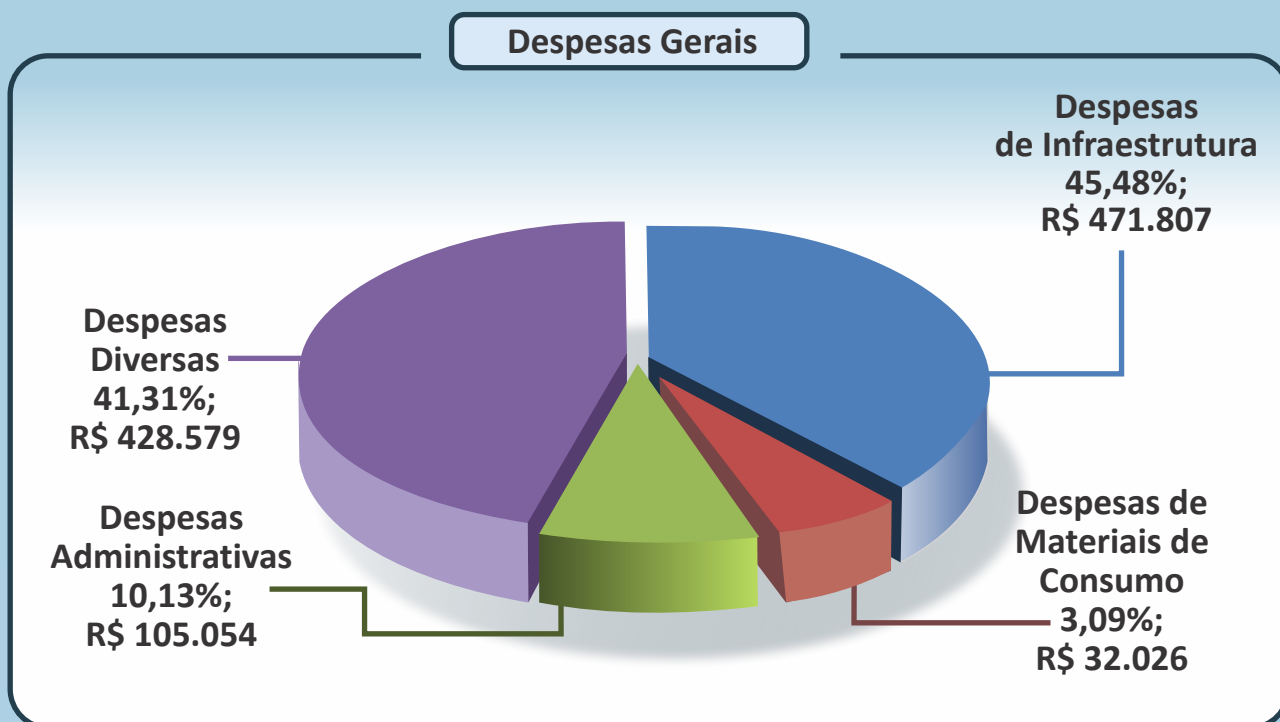
As despesas de infraestrutura são aquelas necessárias ao provimento da estrutura física para o funcionamento da entidade, tais como energia elétrica, telefones, aluguéis e condomínio do imóvel sede da Funcorsan, representado 45,48% dos gastos do grupo despesas gerais.

As despesas diversas congregam os gastos referentes às despesas judiciais, mensalidades associativas, correios, cartórios, gráficas, conservação e reparos, dentre outros, e representaram 41,31% do total do grupo de despesas gerais.

Na rubrica de Despesas de Materiais de Consumo temos gastos referentes a materiais de expediente, gêneros alimentícios, materiais de limpeza, dentre outros.

Nas Despesas Administrativas estão contemplados os gastos referentes aos serviços de telefonia, segurança, limpeza, manutenção de equipamentos, dentre outros.

A seguir, demonstramos a participação destas rubricas no total do grupo de Despesas Gerais para o exercício de 2016:



3.5 Custos de Administração dos Recursos Aplicados

As despesas da administração dos recursos aplicados são cobertas pela rentabilidade das próprias aplicações. Da rentabilidade apresentada nos ativos do Plano de Benefícios da Funcorsan, já estão descontadas as despesas de administração. No quadro a seguir, apresenta-se o detalhamento das despesas administrativas da gestão dos investimentos:

Valores Expressos em Reais Mil

	Acumulado em 2016
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DE INVESTIMENTOS	<u>4.185.850,11</u>
<u>Pessoal e Encargos</u>	<u>2.625.402,82</u>
Conselheiros	156.135,02
Dirigentes	442.037,56
Pessoal Próprio	2.027.230,24
<u>Treinamentos/Congressos/Seminários</u>	<u>28.322,46</u>
<u>Viagens e Estádias</u>	<u>36.858,67</u>
<u>Serviços de Terceiros</u>	<u>964.276,38</u>
Consultoria dos Investimentos ¹	205.624,70
Consultoria Jurídica	325.709,32
Informática ²	284.813,57
Gestão/Planejamento Estratégico ³	43.283,06
Recursos Humanos ⁴	29.906,99
Auditoria Contábil	22.947,42
Outras ⁵	51.991,32
<u>Tributos⁶</u>	<u>46.572,00</u>
<u>Despesas Gerais (Luz, telefone, correio, limpeza)</u>	<u>419.759,68</u>
<u>Depreciação/Amortização</u>	<u>64.658,10</u>

Serviços de Terceiros

1 – Compreende as despesas de Consultoria de Investimento da Funcorsan.

2 – A rubrica Informática (Licenças de Software) inclui as despesas de licença de uso do sistema de risco de mercado - MITRA, que foi utilizado até o mês de agosto/2016, perfazendo a quantia anual de R\$ 58.468,09 (cinquenta e oito mil quatrocentos e sessenta e oito reais e nove centavos), do sistema de risco de mercado RoSys, que substituiu o sistema anterior, no valor de R\$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais), do Sistema Quantum – Informações Financeiras no valor anual de R\$ 36.568,40 (trinta e seis mil quinhentos e sessenta e oito reais e quarenta centavos), do Sistema de Consultas de Crédito – Serasa, no valor anual de R\$ 684,76 (seiscentos e oitenta e quatro reais e setenta e seis centavos), bem como as despesas decorrentes dos sistemas operacionais da Funcorsan.

3 – A rubrica Gestão/Planejamento Estratégico apresenta as despesas comuns da área previdencial advindas de rateio, tais como: Interiorização Fundação, Encontro de Representantes e Novos Participantes.

4 – Compreendem nesta rubrica as despesas comuns advindas de rateio: Ginástica Laboral, serviço de recrutamento e seleção, suporte do sistema Sênior, mensalidade PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), Mensalidade SOS – Emergência, Vacina, dentre outras.

5 – A rubrica Outras contempla as despesas de consultoria de comunicação, consultoria e sistema de risco, bem como as despesas de consultorias técnicas do Conselho Deliberativo.

6 – A rubrica tributos refere-se a apropriação do PIS/COFINS.

A quantia de despesa de taxa de custódia paga em 2016 ao custodiante foi de R\$ 219.589,84, segregadas entre as despesas de carteira própria no valor de R\$ 11.339,39 e R\$ 208.250,45 nos fundos exclusivos.

4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1 Balanço Patrimonial Consolidado

Apresentamos o Balanço Patrimonial de 2016, juntamente aos Demonstrativos Contábeis e as Notas Explicativas. O Balanço é o documento que apresenta a principal demonstração contábil de uma empresa. O Balanço Patrimonial Consolidado da Funcorsan é a representação gráfica de todo o patrimônio da entidade. Nela constam os valores do Ativo, do Passivo e do Patrimônio Líquido, refletindo a posição financeira em dezembro de 2016.

4.2 Demonstrativos Contábeis

Neste item, evidenciaremos as tabelas demonstrativas contábeis, referentes ao exercício de 2016. Cabe salientar que as notas explicativas integram as demonstrações contábeis a seguir.

Valores Expressos em Reais Mil

I - BALANÇO PATRIMONIAL EM DEZEMBRO / 2016 CONSOLIDADO - EFPC: FUNDAÇÃO CORSAN					
DESCRIÇÃO	Exercício 2016	Exercício 2015	DESCRIÇÃO	Exercício 2016	Exercício 2015
ATIVO	1.452.679	1.309.615	PASSIVO	1.452.679	1.309.615
DISPONÍVEL	37	39	EXIGÍVEL OPERACIONAL	4.202	5.019
REALIZÁVEL	1.451.953	1.308.959	Gestão Previdencial	1.765	1.429
Gestão Previdencial	100.703	146.289	Gestão Administrativa	2.176	3.311
Gestão Administrativa	927	849	Investimentos	261	279
INVESTIMENTOS	1.350.323	1.161.821	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	39.820	20.014
Fundos de Investimentos	1.234.343	1.055.930	Gestão Previdencial	23.033	18.991
Investimentos Imobiliários	73.868	67.099	Gestão Administrativa	527	282
Empréstimos e Financiamentos	41.949	38.792	Investimentos	16.260	741
Depósitos Judiciais /Recurais	163	-	PATRIMÔNIO SOCIAL	1.408.657	1.284.582
PERMANENTE	689	617	<u>Patrimônio de Cobertura do Plano</u>	1.403.873	1.280.619
Imobilizado	689	617	Provisões Matemáticas	1.548.598	1.402.290
			Benefícios Concedidos	1.168.050	1.059.791
			Benefícios a Conceder	721.390	697.843
			(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(340.842)	(355.344)
			<u>Equilíbrio Técnico</u>	(144.725)	(121.671)
			Resultados Realizados	(144.725)	(121.671)
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(144.725)	(121.671)
			Fundos	4.784	3.963
			Fundos Administrativos	4.241	3.412
			Fundos dos Investimentos	544	551

**II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - DMPS EM DEZEMBRO DE 2016-
CONSOLIDADO
EFPC: FUNDAÇÃO CORSAN**

DESCRIÇÃO	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	1.284.582	1.070.618	19,99
1. Adições	319.016	342.618	-6,89
Contribuições Previdenciais	136.113	131.270	3,69
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	170.917	134.539	27,04
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	65.765	-100,00
Receitas Administrativas	11.153	10.261	8,69
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	832	689	20,75
Constituição de Fundos de Investimento	-	94	-100,00
2. Destinações	(194.940)	(128.654)	51,52
Benefícios	(174.370)	(116.035)	50,27
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(9.406)	-	100,00
Despesas Administrativas	(10.922)	(12.619)	-13,45
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(235)	-	-
Reversão de Fundos de Investimentos	(7)	-	-
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	124.075	213.964	-42,01
Provisões Matemáticas	146.308	280.508	-47,84
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(23.054)	(64.969)	-64,52
Fundos Administrativos	828	(1.670)	149,58
Fundos dos Investimentos	(7)	95	-107,37
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	1.408.657	1.284.582	9,66

**III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS – DMALPB -
EM DEZEMBRO DE 2016
CÓDIGO PREVIC: 19.790.038-74
EFPC: FUNDAÇÃO CORSAN**

DESCRIÇÃO	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	1.280.619	1.065.080	20,24
<u>1. Adições</u>	<u>313.996</u>	<u>337.874</u>	<u>-7,07</u>
Contribuições	143.079	137.570	4,00
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	170.917	134.539	27,04
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	65.765	-100,00
<u>2. Destinações</u>	<u>(190.742)</u>	<u>(122.335)</u>	<u>55,92</u>
Benefícios	(174.370)	(116.035)	50,27
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(9.406)	-	-
Custeio Administrativo	(6.966)	(6.300)	10,57
<u>3. Acréscimo / Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</u>	<u>123.254</u>	<u>215.539</u>	<u>-42,82</u>
Provisões Matemáticas	146.308	280.508	-47,84
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(23.054)	(64.969)	-64,52
B) Ativo Líquido - final do Exercício (A+3)	1.403.873	1.280.619	9,62
C) Fundos não previdenciais	4.784	3.963	20,72
Fundos Administrativos	4.241	3.412	24,30
Fundos dos Investimentos	544	551	-1,27

IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS – DALPB EM DEZEMBRO DE 2016
 CÓDIGO PREVIC: 19.790.038-74
 EFPC: FUNDAÇÃO CORSAN

DESCRIÇÃO	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
1. Ativos	1.449.977	1.306.022	11,02
Disponível	12	19	-36,84
Recebível	104.944	149.701	-29,90
<u>Investimentos</u>	<u>1.345.021</u>	<u>1.156.302</u>	<u>16,32</u>
Fundos de Investimentos	1.229.041	1.050.411	17,01
Investimentos Imobiliários	73.868	67.099	10,09
Empréstimos e Financiamentos	41.949	38.792	8,14
Depósitos Judiciais/Recursais	163	-	-
2. Obrigações	(41.319)	(21.440)	92,72
Operacional	2.026	(1.708)	18,62
Contingencial	(39.293)	(19.732)	99,13
3. Fundos não Previdenciais	(4.784)	(3.963)	20,72
Fundos Administrativos	(4.241)	(3.412)	24,30
Fundos dos Investimentos	(544)	(551)	-1,27
4. Ativo Líquido (1-2-3)	1.403.873	1.280.619	9,62
Provisões Matemáticas	1.548.598	1.402.290	10,43
Superávit/Déficit Técnico	(144.725)	(121.671)	18,95
5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(144.725)	(121.671)	18,95
b) (+/-) Ajuste de Precificação	102.598	83.848	22,36
<u>c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)</u>	<u>(42.127)</u>	<u>(37.823)</u>	<u>11,38</u>

V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – DPGA EM DEZEMBRO DE 2016
CONSOLIDADO
EFPC: FUNDAÇÃO CORSAN

DESCRIÇÃO	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	3.412	5.082	-32,86
<u>1. Custeio da Gestão Administrativa</u>	11.985	10.950	9,45
<u>1.1 Receitas</u>	11.985	10.950	9,45
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	6.966	6.300	10,57
Custeio Administrativo dos Investimentos	3.655	3.477	5,12
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	531	484	9,71
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	832	689	20,75
Outras Receitas	2	-	-
2. Despesas Administrativas	(10.922)	(12.619)	-13,45
<u>2.1 Administração Previdencial</u>	(6.736)	(8.658)	-22,20
Pessoal e Encargos	(4.286)	(6.300)	-31,97
Treinamentos / Congressos e Seminários	(41)	(43)	-4,65
Viagens e Estadias	(32)	(47)	-31,91
Serviços de Terceiros	(1.027)	(1.057)	-2,84
Despesas Gerais	(618)	(546)	13,19
Depreciações e Amortizações	(102)	(97)	5,15
Tributos	(631)	(569)	10,90
<u>2.2 Administração dos Investimentos</u>	(4.186)	(3.961)	5,68
Pessoal e Encargos	(2.625)	(2.466)	6,45
Treinamentos / Congressos e Seminários	(28)	(30)	-6,67
Viagens e Estadias	(37)	(38)	-2,63
Serviços de Terceiros	(964)	(934)	3,21
Despesas Gerais	(420)	(385)	9,09
Depreciações e Amortizações	(65)	(67)	-2,99
Tributos	(47)	(41)	14,63
<u>3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas</u>	(235)	-	-
<u>4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)</u>	828	(1.670)	149,58
<u>5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)</u>	828	(1.670)	149,58
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A-5)	4.241	3.412	24,30

VI - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – DPTP EM DEZEMBRO 2016
CÓDIGO PREVIC: 19.790.038-74
EFPC: FUNDAÇÃO CORSAN

DESCRIÇÃO	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	1.445.736	1.302.610	10,99
1. Provisões Matemáticas	1.548.598	1.402.290	10,43
1.1. Benefícios Concedidos	1.168.050	1.059.791	10,22
Benefício Definido	1.168.050	1.059.791	10,22
1.2. Benefício a Conceder	721.390	697.843	3,37
Benefício Definido	721.390	697.843	3,37
1.3 (-) Provisões Matemáticas a constituir	(340.842)	(355.344)	-4,08
(-) Déficit Equacionado	(314.797)	(321.050)	-1,95
(-) Patrocinador(as)	(152.409)	(155.490)	-1,98
(-) Participantes	(152.409)	(155.490)	-1,98
(-) Assistidos	(9.979)	(10.070)	-0,90
(+/-) Por ajustes das contribuições extraordinárias	(26.045)	(34.294)	-24,05
(+/-) Patrocinadora(s)	(26.045)	(34.294)	-24,05
2. Equilíbrio Técnico	(144.725)	(121.671)	18,95
2.1. Resultados Realizados	(144.725)	(121.671)	18,95
(-) Déficit Técnico Acumulado	(144.725)	(121.671)	18,95
3. Fundos	544	551	-1,27
3.2. Fundos dos Investimentos – Gestão Previdencial	544	551	-1,27
4. Exigível Operacional	2.026	1.708	18,62
4.1. Gestão Previdencial	1.765	1.429	23,51
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	261	279	-6,45
5. Exigível Contingencial	39.293	19.732	99,13
5.1 Gestão Previdencial	23.033	18.991	21,28
5.2 Investimentos – Gestão Previdencial	16.260	741	2.094,33



Elena Hahn Raupp
**Diretora
Superintendente**
CPF: 177.314.700-59



Gilmar Antonio Arnt
**Diretor de
Seguridade**
CPF: 407.143.810-04



Adimilson Luiz Stodulski
**Diretor Financeiro e
Administrativo**
CPF: 560.601.140-91



Baiard Silva Ozorio
Contador
CRC/RS 57.807/O- 4
CPF: 653.122.870-91



**FUNDAÇÃO CORSAN – DOS FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA
RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO 2016 (EM MILHARES DE REAIS)**

As notas explicativas auxiliam a compreensão e a interpretação da situação patrimonial e das transações da entidade, subsidiam a avaliação do desempenho da gestão e detalham outros fatos considerados relevantes.

As notas explicativas a seguir são apresentadas em forma de texto, gráficos, quadros de detalhamento ou ainda outras demonstrações contábeis, considerando informações de natureza financeira, econômica e atuarial, entre outras.

I . A FUNDAÇÃO CORSAN E SUAS ATIVIDADES**I.1. Estrutura jurídica e objetivos**

A Funcorsan fundamenta-se como uma sociedade civil sem fins lucrativos com caracterização jurídica de Entidade Fechada de Previdência Complementar Multipatrocínada, constituída sob a forma de fundação pela Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan e autorizada a funcionar pelo Ministério da Previdência e Assistência Social em 26 de novembro de 1979, iniciando suas atividades em 1º de junho de 1980.

Estatutariamente, seus objetivos consistem em administrar e executar Planos de benefícios de natureza previdenciária.

Para seu funcionamento deve observar as disposições estabelecidas nas Leis Complementares nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001, bem como outros normativos expedidos pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, autarquia de natureza especial com autonomia administrativa e financeira e patrimônio próprio, vinculada ao Ministério da Previdência Social (MPS), criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009 – a qual atua como entidade de fiscalização e de supervisão das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC).

I.2. Plano de Benefícios

A Funcorsan administra o Plano de Benefício Definido BD nº 001, registrado no Cadastro Nacional de Plano de Benefícios da Previc sob o nº 19.790.038-74. O Regulamento do Plano de Benefícios da Funcorsan foi aprovado através da Portaria Previc nº 106, de 07 de fevereiro de 2017.

I.3. Fontes de recursos

Para a consecução dos seus objetivos, a Funcorsan obtém recursos decorrentes de:

- Contribuição de participantes ativos e assistidos;
- Contribuição mensal das patrocinadoras, principalmente da Patrocinadora Corsan, mediante o recolhimento de percentuais de suas folhas de remuneração;
- Receitas de aplicações do patrimônio.

1.4. Destinação dos recursos

Os benefícios, com base no Regulamento do Plano, são calculados pelo atuário responsável, que assina as respectivas Notas Técnicas Atuariais, ao qual também competem os cálculos e estudos atuariais, perante a massa de participantes, aos órgãos públicos e à própria Funcorsan. O Plano de Benefícios congrega 9.052 (8.623 em 2015) participantes ativos e assistidos, dos quais 3.397 (3.228 em 2015) com benefícios já concedidos.

1.5. Plano de Gestão Administrativa (PGA)

O registro contábil dos recursos destinados ao PGA, pelo Plano de Benefício administrado pela Funcorsan foi realizado de acordo com o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa e Orçamento Anual, aprovado pelo Conselho Deliberativo da entidade.

As operações administrativas são registradas conforme Resoluções CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, reconhecidas no PGA, que possui patrimônio segregado do Plano de Benefícios Previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (previdencial, investimentos e diretas), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

A parcela equivalente à participação do Plano de Benefício Previdenciário no Fundo Administrativo – PGA – foi registrada nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e “Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, no respectivo Plano de Benefício.

1.6. Custeio Administrativo

São os recursos destinados à cobertura das despesas administrativas da Funcorsan, cujas fontes de custeio podem ser: contribuição dos participantes e assistidos; contribuição dos patrocinadores; reembolso dos patrocinadores; resultado dos investimentos; receitas administrativas; fundo administrativo; dotação inicial e doações.

A definição das fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas é de competência do Conselho Deliberativo, observados os regulamentos dos Planos de Benefícios e PGA, e deverão estar expressamente previstas no Plano de custeio e no orçamento anual.

O limite anual de destinação de recursos dos Planos de benefícios ao PGA, estabelecido na Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, a ser deliberado pelo Conselho Deliberativo da entidade é um entre os seguintes: Taxa de Administração de até 1% dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios – RGPB ou Taxa de Carregamento de até 9% sobre a soma das contribuições e dos benefícios.

O Conselho Deliberativo da Funcorsan estabeleceu como limite para o exercício de 2016, o 2º limitador - Taxa de Carregamento, fixando em 5,25% sobre a soma das contribuições e dos benefícios.

2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Apresentação

A forma de apresentação das Demonstrações Contábeis e as normas para registro das operações da Funcorsan são determinadas pelas seguintes legislações:

- Lei Complementar nº 109, de 21 de maio de 2001 (Art. 23);
- Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002;
- Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, alterada pela Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2012;

to de 2013 e disciplinada pela Instrução Normativa - IN nº 34, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Instrução MPS/PREVIC nº 5, de 08 de setembro de 2011;

- Instrução MTPS/Previc nº 25, de 17 de dezembro de 2015;
- Resolução CFC nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBCTE II e normativos posteriores.

De acordo com as normas específicas, são apresentadas as seguintes demonstrações:

I. Balanço Patrimonial (BP): Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos Planos de benefícios previdenciários administrados pela Funcorsan, mantidos pelos seus montantes originais, ao final de cada exercício.

II. Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS: Esse demonstrativo   apresentado de acordo com a Resolu o CNPC n  8, de 31 de outubro de 2011, e Instru o MTPS/PREVIC n  25, de 17 de dezembro de 2015, que altera a Instru o MPS/SPC n  34, de 24 de setembro de 2009. A Demonstr o da Muta o do Patrimônio Social (DMPS)   uma demonstra o consolidada e destina-se a evidenciar as muta es dos componentes do Patrimônio Social, no exercício a que se referir e discriminam os recursos, adi es e dedu es, que contribuir am para o seu aumento e diminui o, e saldos dos grupos de contas do Patrimônio Social. Na apresenta o das adi es e destina es foi adotado o regime de competência para as receitas e despesas administrativas e previdenciais efetivamente auferidas ou incorridas.

III. Demonstr o da Muta o do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMALPB: Esse demonstrativo apresenta a Muta o do Plano de Benefício da Funcorsan, sem a participa o do Plano de Gestão Administrativa – PGA. O ativo líquido apresentado no início e no final do exercício representa o valor do patrimônio de cobertura do Plano apresentado no Balanço. O DMAL por Plano de Benefícios destina-se a evidenciar a composi o dos elementos que provocaram as altera es ocorridas no ativo líquido do Plano de Benefícios, bem como possibilita avaliar a evolu o desses elementos e do próprio ativo líquido.

IV. Demonstr o do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DALPB: Esse demonstrativo apresenta a destina o do Patrimônio Social no Ativo, demonstrando a composi o do ativo líquido após o abatimento das obriga es. O ativo líquido de um Plano de Benefícios   o valor resultante da subtra o do ativo total menos o passivo e fundos não previdenciais. Sua apura o tem como objetivo possibilitar a avalia o do grau de cobertura dos compromissos atuariais do Plano, representados pelas provisões (reservas) matemáticas e fundos previdenciais, pelo ativo líquido. As informa es complementares correspondem ao ajuste de precifica o positivo ou negativo, entre o valor dos títulos públicos federais atrelados ao  ndice de preços classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real utilizada na respectiva avalia o atuarial, e o valor contábil desses títulos, observada a legisla o vigente. O valor apresentado como Equilíbrio Técnico Ajustado,   o valor de referência para análise do grau de solvência e parâmetro para defini o da necessidade e valor de possível equacionamento, nos termos da Instru o Previc n  19, de 04 de fevereiro de 2015.

V. Demonstr o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA: Conforme Resolu o CNPC n  8, de 31 de outubro de 2011, e Instru o MTPS/PREVIC n  25, de 17 de dezembro de 2015, que altera a Instru o MPS/SPC n  34, de 24 de setembro de 2009. O Demonstrativo do Plano de Gestão Administrativa – DPGA apresenta consolidada, através das contas de resultado, toda a moviment o da gestão administrativa da entidade. Nele verificam-se as origens dos recursos e a composi o dos gastos administrativos, demonstrando a sobra ou insuficiência do mesmo, e avalia o das altera es ocorridas no Fundo Administrativo do Programa de Gestão Administrativa.

VI. Demonstr o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPTP: O demonstrativo representa a totalidade dos compromissos dos Planos de benefícios previdências administrados pela Funcorsan, conforme determina a Resolu o CNPC n  12, de 19 de agosto de 2013 e a Instru o MTPS/PREVIC n  25, de 17 de dezembro de 2015, que altera a Instru o MPS/SPC n  34, de 24 de setembro de 2009.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A estrutura da planificação padrão contábil das EFPC's reflete o ciclo operacional de longo prazo de sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos observa as gestões previdencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, de tal maneira que proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade ao item 63 da NBC T 19.27.

A escrituração contábil dos Planos de Benefícios é inteiramente segregada, permitindo a apuração de resultados por Planos de Benefícios. As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em milhares de reais de forma consolidada, por Planos de Benefícios e Plano de Gestão Administrativa - PGA.

Os principais valores ativos e passivos estão demonstrados como segue:

1) Apuração do Resultado: As adições e deduções da Gestão Previdencial, receitas e despesas da Gestão Administrativa, as rendas/variações positivas e deduções/variações negativas do Fluxo de Investimentos, bem como as variações patrimoniais são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

2) Ativo disponível: representado pelos valores de realização. Destina-se ao registro das disponibilidades existentes em caixa e bancos.

3) Ativo realizável: composto pelas seguintes gestões:

a) Gestão Previdencial: composta pelas contribuições do mês e pelos contratos junto à Patrocinadora Corsan. Representados pelos valores de realização, incluindo, quando for o caso, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, diminuídos de provisão para perdas. E registra ainda os depósitos judiciais/recursais relativos às contingências da Gestão Previdencial.

b) Gestão Administrativa: a gestão administrativa registra as receitas e despesas inerentes às atividades administrativas da entidade. Reconhece contabilmente os recursos a receber referentes às contribuições para o custeio administrativo previsto na avaliação atuarial, outros direitos a receber e provisões da gestão administrativa.

A apuração da participação do Plano de benefício no Fundo Administrativo prevista no Regulamento do PGA é feita da seguinte forma:

- I. A rentabilidade obtida pela aplicação dos recursos do Fundo Administrativo será proporcional à participação no Fluxo de Investimentos mensais do Plano de Benefício BD nº 001 da Funcorsan.
- II. Os recursos arrecadados para o custeio do PGA, oriundos das contribuições dos participantes e patrocinadores, serão creditados ao Fundo Administrativo.
- III. A totalidade das despesas comuns serão rateadas entre as Gestões Previdenciais e de Investimentos proporcionalmente, conforme o critério de rateio aprovado para o exercício, deduzidas as receitas administrativas. Será debitada/creditada no Fundo Administrativo, conforme o resultado mensal impactando o saldo registrado.
- VI. As despesas administrativas específicas da gestão administrativa serão integralmente deduzidas da participação do Fundo Administrativo.
- V. As despesas administrativas específicas da gestão de investimentos serão suportadas pelo custeio administrativo dos investimentos.

c) Investimentos: composta pelas seguintes modalidades de investimentos:

- I. **Fundos de Investimentos:** Os montantes relativos aos fundos de investimentos são apresentados pelo valor das cotas do fundo na data do Balanço, demonstrados pelo seu valor de mercado, diminuído de provisão para perdas conhecidas.
- II. **Investimentos Imobiliários:** avaliados pelo custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e depreciados pelo método linear à taxa de 2% ao ano, exceto para terrenos, e ajustados por reavaliações procedidas. Integram ainda os "Investimentos Imobiliários", em conformidade com a legislação específica, os créditos decorrentes de vendas a prazo de imóveis da Funcorsan, registrados

pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e diminuídas das provisões para perdas na realização, até o valor de mercado para imóveis em discussão judicial, e pelos valores em inadimplência para os créditos que não se encontram em discussão judicial. A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos imobiliários é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias em atraso, atendendo o disposto no item 11, Anexo "A" da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

● **III. Operações com participantes:** registrados pelo valor principal acrescido dos encargos contratuais incorridos até a data do encerramento das demonstrações contábeis, e líquidos de provisão para fazer frente a possíveis perdas na realização dos créditos que se encontram na justiça e parcelas vencidas em atraso.

● **IV. Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD:** A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base no valor vencido e vincendo, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto nos critérios estabelecidos na Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, bem como avaliações da administração quanto ao risco de perda dos ativos. Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa são adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- a) 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- b) 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- c) 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias;
- d) 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

4) Ativo permanente: registra o valor de bens e direitos imobilizados, além de recursos em despesas que contribuirão para formação do resultado de mais de um exercício. Os itens do ativo permanente estão contabilizados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações ou amortizações. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais apresentadas a seguir:

Valores Expressos em Reais Mil

Permanente	Taxa Anual Depreciação	Custo Inicial	Aquisições	Baixas	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Saldo Final 2016	Saldo Final 2015
Instalações	10%	137	26	-	163	(106)	56	38
Móveis e Utensílios	10%	171	13	(1)	183	(143)	40	35
Máquinas e Equipamentos	10%	156	33	(3)	186	(104)	82	61
Computadores e Periféricos	20%	460	85	(132)	413	(315)	98	120
Software	20%	1.067	151	(3)	1.215	(802)	413	363
Total Imobilizado		1.991	308	(139)	2.160	(1.471)	689	617
Total Permanente		1.991	308	(139)	2.160	(1.471)	689	617

5) Passivo exigível operacional: representa as obrigações incorridas e contratadas, assim como as provisões para cobertura de riscos.

a) Provisão de férias e 13º salário e respectivos encargos: As férias vencidas e proporcionais e o 13º salário são provisionados no PGA, segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

b) Outras exigibilidades: Composição dos registros contábeis relativos aos saldos das rubricas com a denominação "Outros (as)", que ultrapassaram, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, no total, um décimo do valor do respectivo grupo de contas:

Valores Expressos em Reais Mil

Gestão Previdencial - Exigível	2016	2015
Outras Exigibilidades	599	559
Transitória (Taxa Adm. Previdenciária para/PGA)	599	559

Gestão Administrativa - Exigível	2016	2015
Outras Exigibilidades	1.148	2.429
Farmácia	1	1
Plano de Saúde/Assistência Médica e Ocupacional	48	42
INSS a Recolher de Terceiros	1	-
Ressarcimento Salário Ex-Diretores	1.098	2.385

Em 15 de outubro de 2015 o Plano de Gestão Administrativa da Funcorsan assumiu o instrumento particular de confissão e parcelamento de dívida, no qual a entidade compromete-se a pagar em 24 parcelas, mensais e consecutivas à Patrocinadora Corsan a dívida originada de valores de atualização monetária incidentes sobre ressarcimento de despesas relativas a dirigentes cedidos pela credora (Patrocinadora Corsan) a devedora (Funcorsan) no período de maio de 2001 a fevereiro de 2010. Tal contrato foi firmado em atendimento a determinação contida no item 3.3 do Relatório de Fiscalização nº 019/14/ERRS/PREVIC, recebido em 11 de dezembro de 2014 pela Funcorsan, com fulcro no parágrafo único do artigo 7º da Lei Complementar nº 108/2001.

6) Exigível Contingencial: Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas relativas a questões de origem Previdencial, Administrativa e de Investimentos mantidas contra a Funcorsan, podendo vir a gerar ou não desembolso pela entidade. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos, Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, de 15 de setembro de 2009. É atualizado com base nas informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito determinada pelos advogados responsáveis dos processos.

7) Patrimônio de Cobertura do Plano: constituído com base em Nota Técnica Atuarial, incluindo benefícios concedidos e a conceder e o Equilíbrio Técnico, com base no Plano de Benefícios da entidade.

8) Fundos: registram os resultados acumulados obtidos pela entidade nos Fundos Administrativos e de Investimentos.

9) Recursos do Plano de Gestão Administrativa – PGA: Os recursos da gestão administrativa, relativos à sobrecarga administrativa, são contabilizados na Gestão Previdencial e transferidos desta para a Gestão Administrativa para cobertura das despesas administrativas.

4. REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Pode ser demonstrado da seguinte forma:

Valores Expressos em Reais Mil

	2016	2015
REALIZÁVEL - GESTÃO PREVIDENCIAL	100.703	146.289
Contribuições do mês	7.279	6.947
Contribuições em atraso	40	34.137
Contribuições sobre 13º salário	28	-
Contribuições contratadas com Patrocinadora	73.981	86.272
Outros Realizáveis	10	2
Depósitos Judiciais	19.365	18.931

4.1. Contribuições em atraso

Registramos, em decorrência do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado com a Previc em 10 de junho de 2014, o valor de R\$ 37.867 mil referente à cobrança das Patrocinadora Corsan, o equacionamento de déficit originado em 31 de dezembro de 2008, conforme disposto na Ata nº 519/2014 do Conselho Deliberativo, Encaminhamento Padrão Previc nº 100/2014 e Parecer da Mirador Atuarial nº 315/2015. Ainda, efetuamos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa em setembro de 2016, conforme registrado na Ata nº 680/2016 da Diretoria Executiva, a qual encaminha para cobrança da dívida via judicial. O montante encontra-se atualizado e provisionado, conforme Parecer Atuarial GAMA nº 171/2016 e Ata nº 684/2016 da Diretoria Executiva.

4.2. Contribuições contratadas com a Patrocinadora

A composição dos saldos dos contratos é a que segue:

Valores Expressos em Reais Mil

Descrição	a - Ampliação Plano de Benefícios		b - Reservas a Amortizar		c - Cobertura Suplementar	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Saldo Inicial	7.286	9.219	78.985	83.292	42.189	41.841
Parcela do Período ¹	(3.643)	(3.321)	(18.963)	(17.181)	(6.753)	(9.097)
Atualização ²	830	1.388	9.486	12.874	(6.357)	8.532
Valores a Receber ³	-	-	-	-	962	913
Saldo no Final do Período	4.473	7.286	69.508	78.985	30.041	42.189

¹ Somas das parcelas recebidas no ano;

² Soma das correções monetárias no período;

³ Valores a receber no período seguinte.

As contribuições contratadas com a Patrocinadora Corsan, que estão sendo regularmente adimplidas, são a seguir compostas:

a) Instrumento Particular de Cobertura da Ampliação do Plano de Benefícios: contempla as contribuições a receber junto à Patrocinadora Corsan para ampliação do Plano de Benefícios, conforme Instrumento Particular firmado em 30 de novembro de 1998. A quitação está sendo efetuada em 232 parcelas mensais, desde 30 de dezembro de 1998.

b) Instrumento Particular de Contratação da Reserva a Amortizar: firmado em 28 de dezembro de 2001, contempla o valor equivalente à Reserva a Amortizar de responsabilidade da Patrocinadora Corsan referente

ao tempo de serviço passado daqueles empregados que aderiram inicialmente ao Plano de Benefícios da Funcorsan, sendo o valor contratado aquele registrado pela entidade em 31 de dezembro de 2001. A quitação está sendo efetuada em 228 prestações mensais, desde 5 de janeiro de 2002.

c) Financiamento da Cobertura Suplementar do Plano de Benefício Definido nº 001 da Funcorsan: corresponde à necessidade de cobertura da parcela da Reserva de Benefícios Concedidos relativa à Cobertura Suplementar, a ser pago com base no correspondente Regulamento do Plano de Benefícios Definido da Funcorsan. A quitação será efetuada pelo prazo avaliado de 156 meses (13 anos). Esse contrato foi transferido para a Conta “Provisões Matemáticas a Constituir” atendendo a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

4.1. Garantias Contratuais

Os juros são calculados pela Tabela Price e o saldo devedor é atualizado pela variação média de diversos índices de preços (Índice Geral de Preços e Mercado – IGP-M, Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP – DI, Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC e Índice de Preços ao Consumidor – IPC da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE), exceto quanto ao instrumento particular de cobertura da ampliação do Plano de Benefícios, atualizado pela variação do INPC. Em garantia, para o cumprimento de todas as obrigações contratuais da Patrocinadora, foram oferecidos por essa os créditos decorrentes da cobrança das contas de água e esgoto e demais taxas de sua competência, em caução, com a interveniência do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. – Banrisul. Adicionalmente, no caso da Novação de Dívida, do Contrato da Reserva a Amortizar firmados em 2001, e a Contratação do Financiamento do acréscimo do Valor da Reserva de Benefícios Concedidos decorrente da Cobertura Suplementar do Plano de Benefício Definido – BD nº 001, o recebimento das prestações está sendo efetuado mediante autorização da Patrocinadora Corsan, pelo próprio Banrisul. A eventual ausência de fundos na conta corrente da Patrocinadora Corsan implicará no vencimento antecipado das demais parcelas, podendo a Funcorsan executar a totalidade da dívida, na medida em que o referido instrumento tem força de título executivo extrajudicial.

5. REALIZÁVEL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Pode ser demonstrado da seguinte forma:

Valores Expressos em Reais Mil

Descrição	2016	2015
REALIZÁVEL - GESTÃO ADMINISTRATIVA	927	849
Contas a Receber	599	559
Despesas Antecipadas	80	59
Depósitos Judiciais / Recursais	248	231

Registram as receitas a receber decorrentes de serviços e outras operações de natureza administrativa, os depósitos judiciais/recursais relativos às contingências do Plano de Gestão Administrativa da Funcorsan e demais direitos.

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos Planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas administrativas (previdencial, investimentos e diretas), pelo resultado positivo ou negativo dos investimentos do PGA, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

5.1. Custeio administrativo

O percentual para o custeio administrativo é determinado pelo Conselho Deliberativo, com o efetivo acompanhamento realizado pelo atuário responsável pelo Plano através do Demonstrativo Atuarial, para cobertura das despesas administrativas da entidade.

De acordo com a Resolução nº 29, de 31 de agosto de 2009, as fontes de custeio estão determinadas no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA. As despesas comuns são rateadas mediante critério definido pela atividade de cada gestão, no evento de aprovação do Orçamento Anual.

No exercício de 2016 o montante de recursos destinados ao Plano de Gestão Administrativa foi de R\$ 11.153 mil (R\$ 10.261 mil em 2015). Este resultado apresentou uma Taxa de Carregamento de 4,23% (4,46% em 2015), realizando as despesas abaixo do limite legal, que é de 9%.

5.2. Resultado dos investimentos do PGA

No exercício de 2016, a Funcorsan elaborou a Política de Investimento do PGA onde alocou os recursos do Fundo Administrativo, em 100% nos Fundos de Renda Fixa em conjunto ao Plano BD nº 001, sendo vedada a aplicação nos segmentos de imóveis e empréstimos – na composição da carteira do PGA. As aplicações do PGA permaneceram em conjunto com as do Plano de Benefícios, sendo o controle de fechamento virtual, onde a distribuição da rentabilidade mensal para os Planos é realizada proporcionalmente ao Patrimônio do mês anterior.

No exercício de 2016 o resultado dos investimentos alcançou a receita de R\$ 832 mil (R\$ 689 mil em 2015) para o Programa de Gestão Administrativa.

6. REALIZÁVEL – APLICAÇÕES DE INVESTIMENTOS

Os limites de investimentos da entidade são estabelecidos pela Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional, que consolida o Regulamento que disciplina a aplicação dos recursos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

O fluxo dos investimentos é calculado considerando as variações positivas e negativas sofridas pelos segmentos de Renda Fixa, Multimercado, Investimento Estruturado, Imobiliário e Empréstimos ao longo do ano.

Valores Expressos em Reais Mil

Descrição	2016	2015
FLUXO DOS INVESTIMENTOS	191.335	139.188
Variações Positivas	205.581	162.103
Variações Negativas	(14.246)	(22.915)

A distribuição dos investimentos é a seguinte:

Valores Expressos em Reais Mil

Descrição	2016	2015
COMPANHIAS FECHADAS	-	-
Debêntures Não Conversíveis	2.862	2.862
(-) Provisão para perdas	(2.862)	(2.862)
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	1.234.343	1.055.930
Renda Fixa	959.425	790.103
Ações	45.508	61.987
Multimercado	224.749	201.770
Empresas Emergentes	4.661	2.070
DERIVATIVOS	-	-
Bolsa de Mercadoria & Futuros	2.277	2.277
(-) Provisão para perdas	(2.277)	(2.277)

6.1. Companhias Fechadas

Trata-se da aquisição de 800 debêntures emitidas em 1991, pela SDV–Administradora de Shopping Center S/A, com garantia da DHB – Indústria e Comércio S/A, e com o descumprimento dos resgates, em 2002 foi realizado o provisionamento para perdas em 100% do Ativo, o que motivou o ingresso de ação judicial de cobrança.

O processo envolvendo as empresas SDV e DHB encontrava-se tramitando junto ao Supremo Tribunal de Justiça - STJ, com o trânsito em julgado da decisão, foi determinada a baixa à origem (TJRS) em 22/12/2014. O prognóstico da ação é favorável a Funcorsan, muito embora neste momento não se possa dar certeza quanto ao êxito da recuperação dos valores envolvidos, o que vai depender da liquidez das devedoras no futuro, e ou na execução dos bens penhorados.

6.2. Fundos de Investimentos

Atualmente, os investimentos da Fundação Corsan nos segmentos de Renda Fixa, Multimercado e Renda Variável são realizados via Fundos de Investimentos.

- 6.2.1. Renda Fixa:** O Fundo de Investimento em Renda Fixa, Votorantim Quaraí, é um fundo exclusivo que representa aproximadamente 72% do Fundo Garantidor da entidade. O fundo é composto em sua totalidade por Notas do Tesouro Nacional de séries B e C, grande parte precificada como ativos de característica “mantidos até o vencimento” (Curva), de acordo com a Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, pressupondo a manutenção em carteira até o vencimento final dos títulos. A manutenção destes títulos até o vencimento está consubstanciada na capacidade financeira da Funcorsan de cumprir seus compromissos financeiros sem dispor dos referidos valores até a data de vencimento dos papéis.
- 6.2.2 Multimercado:** Os Fundos de Investimento Multimercado, Fundo Safra Piratini e Fundo Taquari, são fundos exclusivos que possuem em sua carteira tanto ativos de renda fixa, quanto ativos de renda variável, podendo adotar a melhor estratégia de acordo com o cenário econômico. Os investimentos neste segmento representam cerca de 17% do Fundo Garantidor.
- 6.2.3 Renda Variável:** Os Fundos de Investimento em Renda Variável, Fundos BBM Valuation, JGP Explorer, JGP Institucional e Brasil Plural, são fundos não-exclusivos, compostos por ativos expostos à variação de preços de ações de emissão de Companhias Abertas, que visam a diversificação da estratégia de investimento da Funcorsan. Representam cerca de 3,41% do Fundo Garantidor da entidade.

6.3. Derivativos

Refere-se ao processo de execução da Nota Promissória no valor de R\$ 2.276 mil contra *Confidelitty Asset Management* Ltda, os quais foram opostos embargos à execução por parte da Massa Falida, ocasionando, naquela oportunidade, o provisionamento em 100%. O processo já se encontra em fase final. Os embargos à execução opostos pela parte contrária foram sentenciados improcedentes. No entanto, em sede de recurso de apelação, a devedora reverteu a decisão de 1ª instância, tendo, os embargos à execução, sido julgados procedentes para extinguir a execução. Aguarda julgamento de recursos especiais interpostos por ambas as partes, tendo a Fundação recorrido a restaurar a eficácia da Nota Promissória e, a parte adversa, postulado majoração de honorários advocatícios. Valor da causa foi atualizado pelo IGP-M desde a data do ajuizamento.

6.4. Ativos Por Vencimento

Na posição de dezembro/2016, a carteira da Fundação Corsan é composta por um Fundo de Renda Fixa, dois Fundos Multimercados, cotas de quatro Fundos de Renda Variável e cotas de um Fundo de Investimento em Empresas Emergentes. A seguir, consta o detalhamento dos ativos que compõem a Carteira da Funcorsan.



Valores Expressos em Reais Mil

Modalidade	Mercado 2016	Mercado 2015
1) RENDA FIXA	1.167.832	993.753
a) Aplicações em instituições financeiras:	1.167.832	993.753
Fundos de Investimentos - Abertos ou Exclusivos	1.167.832	993.753
Sem prazo	78.690	76.507
Operações Compromissadas - Adelic	78.690	76.507
Fundos de Investimentos - Aberto	-	-
Até 30 dias	(428)	74.105
CDB – Certificado de Depósito Bancário	-	-
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	54.971
Opções	7	-
Letras Financeiras	-	-
Debêntures	-	-
Contas a Pagar / Receber / Tesouraria	(435)	19.134
De 31 a 90 dias	11	-
Opções	11	-
Debêntures	-	-
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-
Letras Financeiras	-	-
Acima de 90 dias	1.089.559	843.141
Letras Financeiras	-	-
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	96.520	46.307
Letras Tesouro Nacional – LTN	-	-
Opções	(28)	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN-C	6.958	6.429
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	983.684	779.087
Debêntures	2.425	4.538
Letras Financeiras	-	6.780
DPGE	-	-
CDB – Certificado de Depósito Bancário	-	-
2) RENDA VARIÁVEL	61.850	60.107
a) Mercado à Vista	61.850	60.107
Fundos de Investimentos Abertos/Exclusivos	45.508	42.416
Fundos de Investimentos Exclusivos	16.342	17.691
3) INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	4.661	2.070
a) Fundos de Investimentos	4.661	2.070
Fundos de Investimentos em Empresas Emergentes	4.661	2.070
TOTAL DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS	1.234.343	1.055.930

RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES FUNCORSAN 2016

Valores Expressos em Reais Mil

Modalidade	Mercado 2016	Mercado 2015
Renda Variável-Total	61.850	60.084
Ação		
ALLIAR ON NM	162	-
AMBEV S/A ON	756	3.663
BRASILAGRO ON NM	-	824
ANIMA ON NM	79	34
BRASIL ON NM	1.248	-
BRADESCO DIR ON	-	8
BRADESCO ON	286	-
BRADESCO PN N1	6.254	1.974
BBSEGURIDADE ON NM	1.113	1.153
MINERVA ON NM	-	125
ISHARES BOVA CI	-	358
BRADESPAR PN N1	481	-
BRF SA ON NM	1.214	650
BRASKEM PNA N1	120	173
BR MALLS PAR ON NM	1.047	100
BR PROPERT ON NM	-	46
BANRISUL PNB N1	21	185
B2W DIGITAL ON NM	72	-
BMFBOVESPA ON NM	2.828	-
CCR S/A ON	24	95
CESP PNB	271	-
COMGAS PNA	377	-
CIELO ON NM	1.346	3.781
CPFL ENERGIA ON NM	278	-
COSAN ON NM	639	1.036
COPASA ON NM	82	-
SID NACIONAL ON	63	-
CETIP S.A.	1.493	1.050
CVC BRASIL ON NM	310	-
ADELIC/CAIXA/NTNO	4.620	4.042
CYRELA REALT ON NM	72	-
DUFRY AG	-	336
DURATEX ON NM	624	103
ECORODOVIAS ON NM	-	71
ELETROBRAS ON N1	523	93
ELETROBRAS PNB N1	58	187
EMBRAER ON NM	535	1.102
ENERGIAS BR ON NM	-	246
EQUATORIAL ON NM	2.655	1.045
ESTACIO PART ON NM	90	-
EVEN ON NM	108	-
FERBASA PN N1	-	429
FIBRIA ON NM	502	825
FLEURY ON NM	47	-
GERDAU PN	1.234	-
GERDAU MET PN N1	432	430
HYPERMARCAS ON NM	276	333
IGUATEMI ON NM	326	-
ITAUSA PN N1	1.863	735
ITAUNIBANCO ON N1	221	12
ITAUNIBANCO PN N1	4.881	4.357

Continuação

Valores Expressos em Reais Mil

Modalidade	Mercado 2016	Mercado 2015
Renda Variável- Subtotal	22.222	30.481
Ação		
JBS ON NM	291	751
KLABIN S/A UNT N2	821	4.252
KROTON ON NM	1.253	854
LOJAS AMERICPN	118	2.989
LIGHT S/A ON NM	529	-
LINX ON NM	93	-
LOG-IN	-	129
LOJAS RENNER ON NM	627	1.346
M.DIASBRANCO ON NM	105	-
MILLS ON NM	-	55
JEREISSATI PN	-	1.292
MARFRIG ON NM	-	2.120
MRV ON	140	-
MULTIPLAN ON N2	142	304
IOCHP-MAXION	-	24
IOCHP-MAXION	-	972
ODONTOPREV ON NM	-	77
OOUFINO S/A ON NM	-	25
FPC PAR CORRETORA SEG SA	-	44
P.ACUCAR-CBD	420	66
PETROBRAS ON	1.412	-
PETROBRAS PN	4.619	77
PARANAPANEMA ON NM	-	532
QGEP PART ON NM	60	494
QUALICORP ON NM	219	35
RAIA DROGASIL SA	1.893	1.042
RANDON PART PN N1	47	-
LOCALIZA ON NM	210	-
RUMO ON	142	-
SANTANDER BR UNT N2	165	-
SANEPAR PN	1.084	-
SABESP ON NM	1.142	-
SER EDUCA ON NM	-	10
SMILE ON	106	88
SAO MARTINHO ON NM	231	-
SANTOS BRP ON NM	105	-
SUZANO PAPEL PNA N1	-	4.240
TAESA UNT N2	241	-
TRACTEBEL ON NM	-	60
TECHNOS ON NM	26	42
TIM PART S/A ON NM	-	8
TRAN PAULIST PN N1	411	564
TUPY ON NM	-	1.666
ULTRAPAR ON NM	722	3.268
USIMINAS PNA N1	159	-
VALE ON N1	394	-
VALE PNA N1	2.658	238
TELEF BRASIL PN	1.637	2.262
VALID ON NM	-	80
VIAVAREJO UNT N2	-	72
WEG ON NM	-	400

7. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Os investimentos em imóveis estão abaixo apresentados:

Valores Expressos em Reais Mil

	2016	2015
INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	73.868	67.099
Terrenos	3.013	1.570
Imóveis em Construção	-	-
Aluguéis e Renda uso próprio	3.120	3.170
Aluguéis e Renda locados a patrocinador	1.668	1.796
Aluguéis e Renda locadas a terceiros	65.984	60.259
Rendas de Participações	-	-
Direitos em Alienações de Investimentos	14.172	12.654
(-)Provisão para perdas imóveis alienados	(14.089)	(12.350)

7.1. Terrenos

O valor reconhecido refere-se à retomada judicial de três terrenos situados a Rua Francisco Petuco, ocorrido em dezembro de 2008, finalizando o contrato alienado em julho de 1998. Obtivemos a posse dos imóveis à Fundação, mediante homologação judicial em 07 de novembro de 2012.

7.2. Reavaliação de imóveis

Os imóveis devem ser reavaliados pelo menos a cada três anos de acordo com o item 19, letras “h” e “k” do Anexo “A” da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e item 21 da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011. O resultado da reavaliação, positivo ou negativo, deverá ser contabilizado uma única vez em conta do respectivo ativo, em contrapartida da conta de “Rendas – Variações Positivas” ou “Deduções – Variações Negativas”, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de emissão do respectivo laudo, no mesmo exercício social a que se referir.

Reavaliações reconhecidas no exercício de 2016:

Valores Expressos em Reais

TERRENOS							
Descrição	Status ocupação	Custo Mar/16	Reavaliação abril/2016	Variação	Valor contábil Dez/2016	Empresa Reavaliação	Vida útil reavaliada em meses
Francisco Petuco 252, 260, 270 (Terreno)	Desocupado	1.474.300,00	3.013.000,00	1.538.700,00	3.013.000,00	Lautec	Não deprecia

** Reavaliação dos Terrenos da Francisco Petuco 252, 260 e 270 em 01/04/2016

Valores Expressos em Reais

LOCADOS A TERCEIROS							
Descrição	Status ocupação	Custo Dez/16	Reavaliação Jan/2016	Variação	Valor contábil Dez/2016	Empresa Reavaliação	Vida útil reavaliada em meses
**Independência 813 FLATS	Locado	6.475.035,50	9.584.369,66	3.109.334,16	9.454.235,98	Engebê	587
**Santo Antônio, 522 17 Boxes	Locado	486.251,00	891.544,94	405.293,94	881.042,00	Engebê	587
**Santo Antônio, 522 Box 95 C	Locado	47.668,00	75.605,17	27.937,17	74.562,00	Engebê	587
Total		7.008.954,50	10.551.519,77	3.542.565,27	10.409.839,98		

** Reavaliação empreendimento Piazza Navona em 04/01/2016.

Valores Expressos em Reais

LOCADOS A TERCEIROS

Status ocupação	Custo Fev/16	Reavaliação Mar/2016	Varição	Valor contábil Dez/2016	Empresa Reavaliação	Vida útil reavaliada em meses
Locado	1.756.747,50	2.820.000,00	1.063.252,50	2.780.050,02	Conenge	589
Locado	1.732.943,33	2.900.000,00	1.167.056,67	2.858.916,70	Conenge	589
Locado	2.473.194,64	2.760.000,00	286.805,36	2.720.899,99	Conenge	589
04/02/2016	301.728,33	350.000,00	-48.271,67	345.041,66	Conenge	589
Total	6.264.613,80	8.830.000,00	2.565.386,20	8.704.908,37		

** Reavaliação dos conjuntos 601, 1001 e 1201 da Dona Laura 320 e o conjunto 504 da Cristóvão Colombo 1636 em 07/03/2016

Valores Expressos em Reais

LOCADOS A PATROCINADORA

Descrição	Status ocupação	Custo Ago/16	Reavaliação Set/2016	Varição	Valor contábil Dez/2016	Empresa Reavaliação	Vida útil reavaliada em meses
Liberdade 347	Locado	1.231.446,04	1.117.339,99	(114.106,05)	1.115.360,00	Conenge	595

** Reavaliação do imóvel da Liberdade 347 em 19/09/2016.

7.3. Aluguéis e Renda de Uso próprio

Correspondem aos investimentos em imóveis destinados para uso próprio. Os saldos representam os valores de mercado dos imóveis, atualizados através de reavaliações periódicas, e/ou na ocorrência de propostas de compra. Esses imóveis são rentabilizados através de aluguel pelo Plano de Gestão Administrativa - PGA, conforme orientações da legislação aplicável em vigor. No exercício de 2016, o aluguel foi corrigido conforme critério alinhado ao mercado imobiliário com previsões anuais de correção monetária, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

Valores Expressos em Reais

Receita média - Locados p/ Uso próprio

Situação	2016		2015	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Locado	7	253.200,36	7	201.963,12
Desocupado	0	-	0	-
Total	7	253.200,36	7	201.963,12

7.4. Aluguéis e Renda para Locados a Patrocinadora

Correspondem aos investimentos em imóveis destinados à locação para a Patrocinadora. Os saldos representam os valores de mercado dos imóveis, conforme reavaliações realizadas periodicamente e/ou na ocorrência de propostas de compra, consoante às normas aplicáveis. No exercício de 2016 os valores dos aluguéis permaneceram os mesmos praticados do exercício anterior. A variação observada na tabela corresponde a correções monetárias de aluguéis recebidos em atrasos.

Valores Expressos em Reais

Receita Média - Locados p/ Patrocinadora

Situação	2016		2015	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Locado	2	129.357,84	2	129.479,76
Desocupado	0	-	0	-
Total	2	129.357,84	2	129.479,76

7.5. Aluguéis e Renda para Locados a Terceiros

Correspondem aos investimentos em imóveis destinados à locação para terceiros. Os saldos representam os valores de mercado dos imóveis, conforme reavaliações realizadas periodicamente e/ou na ocorrência de propostas de compra, consoante normas aplicáveis ou, no caso dos imóveis retomados, quando da efetivação do distrato com os compradores. No exercício de 2016, realizamos negociações com os locatários, resultando na manutenção das locações e o saldo positivo, apesar da desocupação de um imóvel no exercício de 2016.

Valores Expressos em Reais

Receita Média - Locados para Terceiros				
Situação	2016		2015	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Locado	15	4.490.208,00	16	4.370.879,76
Desocupado	9	-	8	-
Total	24	4.490.208,00	24	4.370.879,76

7.6. Direitos em Alienações de Investimentos

Correspondem às parcelas a receber relativas à venda de imóveis. Os contratos possuem prazos e condições variadas. Incidem sobre esses créditos a atualização monetária, conforme os índices de preços e juros remuneratórios, calculados com base em taxas reais anuais. Parte dos imóveis alienados encontra-se em discussão judicial, os quais ocasionam provisões. A composição da carteira de alienados em 31 de dezembro dos exercícios de 2016 e 2015 é a seguinte:

Valores Expressos em Reais Mil

Descrição	2016	2015
Direitos em Alienações de Investimentos	83	304
Contratos em processo judicial	14.089	12.350
Depósitos Judiciais	-	221
(-) Provisão para perdas imóveis alienados	(14.089)	(12.350)
Valores a receber	83	83

A variação evidenciada nas provisões de 2016 corresponde à atualização dos controles da carteira de imóveis quanto aos provisionamentos de juros e correção monetária dos contratos em inadimplência e reclassificação da conta de Depósitos Judiciais, conforme legislação (1238 – Depósitos Judiciais/Recurrais).

- 7.6.1. Valores a receber :** A conta “Valores a Receber”, é composta pelas pedras do Mineral Berilo, variedade Esmeralda. Conforme consulta ao órgão regulador Previc, o qual orientou a Funcorsan através do Ofício nº 5.461/2011/CGMC/DIACE/PREVIC ao processo de registro do Mineral Berilo, variedade Esmeralda – Ativo, recebido em 28 de junho de 2007, através do termo de entrega do processo nº 001/1.05.0083382-0 pela execução de sentença. A Funcorsan realizou a avaliação através da empresa Sul Pedras, que apresentou o laudo em 17 de janeiro de 2012 no valor de R\$ 82.787,50 (Oitenta e dois mil e setecentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). A Funcorsan busca compradores para o referido ativo, para seu enquadramento, conforme elenco de aplicações dos recursos do Plano de Benefícios permitidos pela Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 e alterações.

8. EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES

Os empréstimos a participantes são registrados de acordo com os contratos. Os juros e correções são reconhecidos pela competência. Os valores provisionados referem-se aos contratos que estão em cobrança judicial e prestações em atraso.

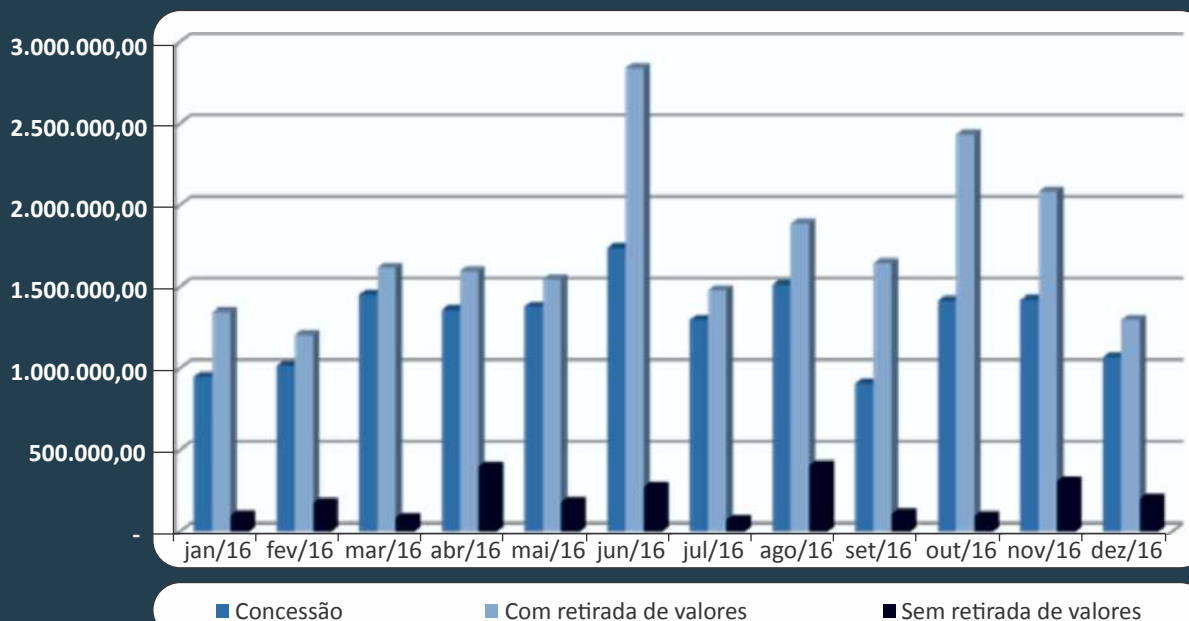
Valores Expressos em Reais Mil

EMPRÉSTIMOS À PARTICIPANTES	2016	2015
EMPRÉSTIMOS À PARTICIPANTES	44.690	41.404
Inadimplência	499	449
(-) Provisão Devedores Judiciais *	(1.528)	(1.396)
(-) Provisão perdas de Empréstimos a participantes **	(1.712)	(1.665)

*Corresponde aos contratos sob cobrança judicial.

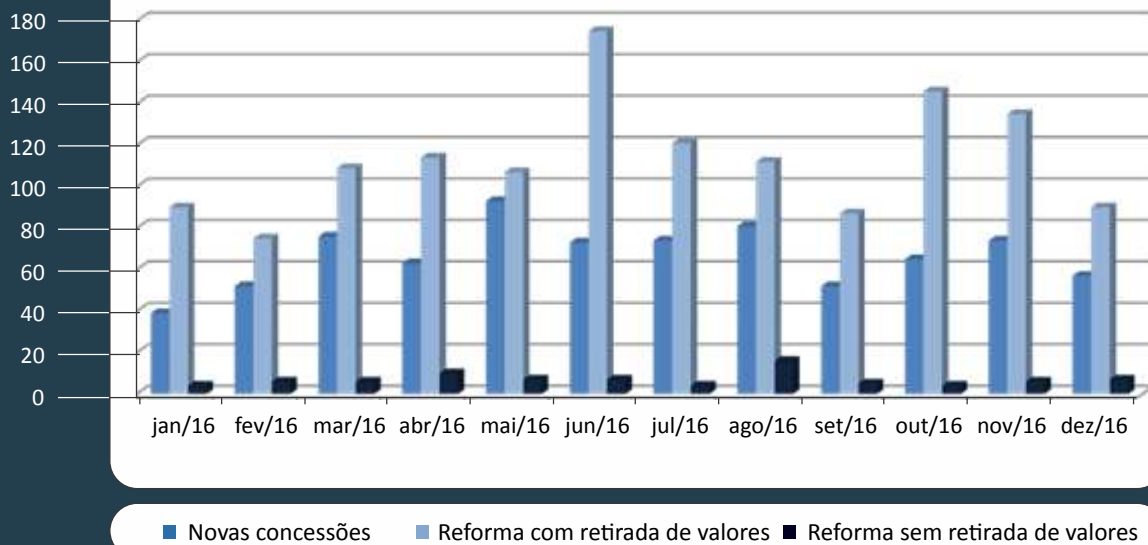
**Corresponde à observância aos critérios estabelecidos na Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 pertinentes ao provisionamento das parcelas vencidas e vincendas.

Concessões de Empréstimo-Valores



A variação evidenciada nas provisões de 2016 corresponde à atualização dos controles da carteira de Empréstimo. Durante todo o ano de 2016, a modalidade “Reforma com retirada de valores” foi a mais concedida nas operações de empréstimo realizadas, seguido por “Novas concessões” e “Reforma sem retirada de valores”. Assim acompanhamos:

Quantidade de Concessões



9. INVESTIMENTOS – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Registra os depósitos Judiciais/Recurrais relativos às contingências dos investimentos. No exercício de 2016 efetuamos a reclassificação dos valores de depósitos judiciais para adequação a norma vigente.

Descrição	Valores Expressos em Reais Mil	
	2016	2015
Depósitos Judiciais/Recurrais	163	-
Depósitos Judiciais/Recurrais – Imóveis	130	-
Depósitos Judiciais/Recurrais – Empréstimos	33	-

10. CONTINGÊNCIAS

10.1. Passivo Contingencial

Conforme rege a Instrução Normativa 34 – Item 30, e conforme norma contábil NBC TG 25 (R1) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Os Passivos Contingentes são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente; ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade. Assim, a Funcorsan contingencia conforme as probabilidades de perda identificadas:

PROVÁVEL	POSSÍVEL	REMOTA
Há obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos.	Há obrigação possível ou obrigação presente que pode requerer, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos.	Há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota.
A provisão é reconhecida contabilmente.	Nenhuma provisão é reconhecida contabilmente	Nenhuma provisão é reconhecida contabilmente
Divulgação é exigida para a provisão.	Divulgação é exigida para o passivo contingente.	Nenhuma divulgação é exigida.

As provisões com a classificação de risco de perda “provável” contingenciaram 297 processos (340 em 2015), reconhecendo os seguintes montantes:

Valores Expressos em Reais Mil

EXIGÍVEL CONTINGENCIAL				
Nº de processos	Área de Atuação	Objeto da Ação	2016	2015
25	Direito Cível	Benefícios	5.543	4.725
261	Direito do Trabalho	Benefícios	17.490	14.381
286	TOTAL GESTÃO PREVIDENCIAL		23.033	19.105
1	Direito Cível	Investimentos	16.004	-
2	Direito Cível	Investimentos/ Imóveis Alienados	205	713
3	Direito Cível	Investimentos/ Revisional	51	27
6	TOTAL INVESTIMENTOS		16.260	740
5	Direito do Trabalho	Reclamatória Trabalhista	527	282
5	TOTAL GESTÃO ADMINISTRATIVA		527	282

10.2. Atualização Monetária dos Depósitos e Contingências Judiciais

No exercício de 2016 iniciamos o reconhecimento contábil da correção monetária dos valores com compromisso judicial, implementado pela aquisição e implantação de um sistema jurídico de gestão processual (LegalCore – Thomson Reuters), vindo a cobrir demanda legal de quesitos de princípios de prudência na apropriação da devida correção monetária dos processos judiciais. Os índices utilizados foram:

- **FACDT** - o Fator de Atualização e Conversão dos Débitos Trabalhistas - FADT aplica-se aos débitos trabalhistas.
- **IGP-M** - Índice Geral de Preços do Mercado para processos de natureza cível.

No exercício de 2016 reconhecemos R\$ 9,747 milhões em correção monetária dos contingenciados, sendo R\$ 7,633 milhões em processos de Investimentos, R\$ 2,099 milhões em processos Previdenciais e R\$ 14 mil em processos Administrativos. Consideramos que os processos foram corrigidos desde a inicial de cada processo.

10.3. Processos Judiciais – Perdas Possíveis

De natureza cível, trabalhistas e relacionadas ao Plano de Benefícios. Existem diversos processos trabalhistas e relacionados ao Plano nos quais a Funcorsan é parte no polo passivo, para os quais os assessores jurídicos classificam como provável. Estão contabilizados os valores em litígio com a possibilidade de desembolso, e considera os desembolsos incorridos de depósitos judiciais dos processos com classificação de provável perda. Existem ainda processos na esfera cível, vinculados a transações imobiliárias, para os quais a administração da entidade não mantém expectativa de perdas adicionais àquelas já reconhecidas através das provisões constituídas, conforme

legislação vigente. Existem no sistema de controle da área jurídica 258 processos judiciais totalizando o montante de R\$ 132,457 milhões (R\$ 42,62 milhões em 2015) com a classificação de risco de perda “possível”, que apresentamos classificados por objeto:

DEMONSTRATIVO DE PROCESSOS JUDICIAIS PERDAS POSSÍVEIS			
Natureza	Objeto principal	Quantidade 2016	Quantidade 2015
Direito Civil/Trabalho	Benefícios	179	161
Direito Cível	Administrativo	1	1
Direito Cível	Execução Fiscal	1	1
Direito Cível	Investimentos / Imóveis Alienados	21	4
Direito Cível	Investimentos	7	4
Direito do Trabalho	Reclamações Trabalhistas	1	2
Direito Cível	Investimentos/ Revisional	20	19
Direito Cível	Investimentos/ Cobrança	28	-
TOTAL		258	192

10.4. Ativo Contingencial

A Funcorsan é parte de ação ordinária ajuizada pela ABRAPP (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar) em face do FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento, do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento) e da União Federal, que objetiva o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos, adotando para tal fim o IPC (Índice de Preços ao Consumidor), ao invés do BTN (Bônus do Tesouro Nacional), correspondente ao período de abril de 1990 a fevereiro de 1991.

Em que pese o “trânsito em julgado” do mérito em 28 de setembro de 2008, não foi reconhecido em resultado por não existirem evidências quanto à data e valor de liquidação (processo ainda em fase de execução), à luz da Resolução CFC nº 1.180/2009, em que a entidade deve apenas mencionar a existência de um ativo contingente quando for provável a entrada de benefícios econômicos.

11. PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

11.1. Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas são constituídas sobre bases atuariais de outubro de 2016, calculadas com referência a dezembro de 2016. As informações foram apuradas pela empresa Mercer Gama - Consultores Associados, responsável pelo Plano atuarial praticado pela entidade e documentadas no DA - Demonstrativo Atuarial. As Provisões Matemáticas são compostas da seguinte forma:

a) Benefícios concedidos

- **Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização:** O valor atual dos benefícios a serem pagos pela entidade aos participantes e beneficiários em gozo de benefício de prestação continuada, conforme o Plano de Benefício Definido.
- **Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados:** Refere-se a Benefícios de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Especial e Idade.
- **Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados:** Refere-se a benefícios cuja concessão é em função de riscos aleatórios como Morte e Invalidez.

b) Benefícios a conceder

- **Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado:** Refere-se ao valor atual dos futuros Benefícios de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Especial e Idade.
- **Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização não Programado:** Refere-se ao valor atual dos futuros Benefícios de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Especial e Idade; cuja concessão é em função de riscos aleatórios como Morte e Invalidez.

c) (-) Provisões Matemáticas a Constituir

Conforme Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, no exercício de 2010 os contratos com as patrocinadoras que possuíam cláusulas contratuais de reajuste atuarial, foram transferidos para o passivo. A Funcorsan realizou a transferência do contrato de Financiamento da Cobertura Suplementar do Plano de Benefícios Definido nº 001.

Assim, o passivo atuarial, constituído através das Provisões Matemáticas, é composto da seguinte forma:

Descrição	Valores Expressos em Reais Mil	
	2016	2015
Provisões Matemáticas	1.548.598	1.402.290
Benefícios Concedidos	1.168.050	1.059.791
Benefícios Definidos estruturados em regime de capitalização	1.168.050	1.059.791
• Valor atual dos benefícios futuros programados	885.176	805.643
• Valor atual dos benefícios futuros não programados	282.875	254.148
Benefícios à Conceder	721.390	697.843
Benefícios Definidos estruturados em regime de capitalização programado	677.313	672.730
• Valor atual dos benefícios futuros programados	939.332	935.879
• (-) Valor atual das contribuições futuras das Patrocinadoras	(127.079)	(131.574)
• (-) Valor atual das contribuições futuras dos Participantes	(134.941)	(131.574)
Benefícios Definidos estruturados em regime de capitalização não programado	44.077	25.112
• Valor atual dos benefícios futuros não programados	71.496	40.624
• (-) Valor atual das contribuições futuras das Patrocinadoras	(13.709)	(7.756)
• (-) Valor atual das contribuições futuras dos Participantes	(13.709)	(7.756)
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(340.842)	(355.344)
Déficit Equacionado	(314.797)	(321.050)
• (-) Patrocinadores (a)	(152.409)	(155.490)
• (-) Participantes (b)	(152.409)	(155.490)
• (-) Assistidos	(9.979)	(10.070)
Por Ajuste das Contribuições Extraordinárias	(26.045)	(34.294)
• (-) Patrocinadores (a)	(26.045)	(34.294)

Observação: Reclassificação de valores nas provisões matemáticas a constituir legendas (a) e (b) conforme critério do Atuário Responsável pelo Plano (GAMA - Consultores Associados).

12. EQUILÍBRIO TÉCNICO

Demonstra o resultado acumulado obtido pelo Plano de Benefício. A rubrica Equilíbrio Técnico apresenta os valores referentes ao superávit/déficit técnico acumulado e a Reserva Especial para Revisão de Plano.

No encerramento do exercício de 2016 o Plano BD nº 001 apresenta o Déficit Técnico de R\$ 144.725 mil, representando 9,35% em referência as Provisões Matemáticas Constituídas, sem considerar equilíbrio técnico ajustado pela precificação dos Ativos.

Valores Expressos em Reais Mil

Formação do Resultado do Exercício	2016	2015	Variação
Saldo Anterior Superávit / Déficit Acumulado (a)	(121.671)	(56.702)	114,58%
Contribuições Patrocinadora e Participantes	132.763	123.308	7,67%
Reajustes dos Contratos c/Patrocinadora	10.316	14.262	-27,66%
Resultado dos Investimentos	170.917	134.539	27,04%
Despesas Previdenciais	(136.503)	(116.035)	17,64%
Provisão/Reversão de Contribuições	(37.867)	68.087	-155,62%
Contingencia Previdencial	(9.406)	(2.322)	305,06%
Provisões Matemáticas	(146.309)	(280.508)	-47,84%
Custeio Previdencial - Cobertura Despesas Administrativas	(6.966)	(6.300)	10,57%
<u>Total da Variação no Exercício (b)</u>	<u>(23.054)</u>	<u>(64.969)</u>	<u>-64,52%</u>
Saldo Superávit / Déficit Acumulado (a + b)	(144.725)	(121.671)	18,95%

13. FUNDOS

Os Fundos são recursos econômico-financeiros com destinação específica, voltados a suprir as necessidades das atividades desenvolvidas pela Funcorsan:

a) Fundo Administrativo – é formado pelo resultado entre valores recebidos para o custeio administrativo da Funcorsan, o fluxo dos investimentos e as despesas administrativas.

O resultado do Fundo Administrativo reconheceu uma constituição de R\$ 828 mil. O montante do fundo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 4.241 mil (R\$ 3.412 mil em 2015).

b) Fundo dos Investimentos – é formado pela taxa de quitação por morte sobre os empréstimos concedidos pela Funcorsan, destinado a quitação de saldo devedor de empréstimo pela eventualidade de falecimento do participante. O montante do fundo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 544 mil (R\$ 551 mil em 2015).

14. IMPACTO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL NO RESULTADO

a) Cálculo da Taxa de Juros atuarial para o exercício de 2016

A taxa de juros de 5,61% foi calculada conforme metodologia constante na Resolução CNPC nº 15, de 19 de novembro de 2014, Instrução PREVIC nº 23, de 26 de junho de 2015 e Portaria PREVIC nº 708, de 25 de dezembro de 2015.

De acordo com metodologia constante nos referidos normativos a “duração” do passivo do Plano de Benefícios BD 01 resultou em 13,86 anos, com uma taxa parâmetro mínima de 4,37% ao ano e máxima de 6,64% ao ano.

A adequação e a aderência da taxa de juros constam do estudo técnico, que confirmou a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao Plano de custeio e ao fluxo de receitas de contribuição e de pagamento de benefícios, em entendimento à Resolução CNPC nº 15, de 19 de novembro de 2014 e à Instrução PREVIC nº 23, de 26 de junho de 2015 e consequentemente a adoção da taxa de juros 5,61% ao ano, que foi utilizada na Avaliação Atuarial de dezembro de 2016.

b) Impactos Apurados na Avaliação Atuarial

Com base em estudos econômicos e atuariais realizados durante o ano de 2016, ocorreram alterações em premissas que vinham sendo utilizadas nas Avaliações Atuariais dos exercícios anteriores.

Diante disso, apresentamos quadro que sintetiza o impacto da Avaliação Atuarial nas Provisões Matemáticas do Plano da Funcorsan:

Valores Expressos em Reais Mil

Descrição	2016	2015	Varição
Provisões Matemáticas	1.548.598	1.402.290	10,43%
Benefícios concedidos	1.168.050	1.059.791	10,22%
Benefícios a conceder	721.390	697.843	3,37%
(-) Provisões matemáticas a constituir	-340.842	-355.344	-4,08%
Equilíbrio Técnico-Déficit Acumulado	-144.725	-121.671	18,95%

As variações das Provisões Matemáticas em 2016 culminaram na elevação de 10,43% das provisões totais do Plano, comparativamente ao exercício de 2015, decorrente das seguintes causas:

- As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos montam, em 31 de dezembro de 2016, o aumento de 10,22%, comparado ao apurado na Avaliação Atuarial em 31 de dezembro de 2015. Conforme Relatório GAMA 123 – RE 104/17, o aumento nas Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos é motivado pela concessão de novos benefícios, bem como pelo aumento do valor médio dos benefícios pagos, o que superou a involução natural das provisões matemáticas de benefícios concedidos.
- As Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder demonstram, em 31 de dezembro de 2016, um aumento de 3,37% comparativamente ao apurado na Avaliação Atuarial de 31 de dezembro de 2015. O aumento é motivado, principalmente, pelo aumento no número de ativos do Plano e a elevação do Salário Real de Benefício - SRB médio, bem como às alterações das premissas de fator de capacidade de entrada em invalidez, o aumento das Provisões de Benefícios a Conceder foi atenuado pela alteração da premissa de composição familiar de ativos e pelas concessões de benefícios.
- As Provisões Matemáticas a Constituir, em 31 de dezembro de 2016, apresentam um decréscimo de 4,08% comparado a Avaliação Atuarial de 31 de dezembro de 2015. A redução das Provisões Matemáticas a constituir é decorrente do pagamento das parcelas durante o exercício de 2016, que superaram a atualização pela taxa de juros e inflação do período.
- O déficit do Plano aumentou em 18,95%, representando um déficit técnico no exercício de R\$ 23.054 mil. As informações dispostas no item supra estão em conformidade com o Parecer Gama nº 137/2017.

15. AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS – APURAÇÃO DE RESULTADOS E SOLVÊNCIA

Em consonância com a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, alterada pela Resolução nº 16, de 19 de novembro de 2014, Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, e Instrução PREVIC nº 25, de 17 de dezembro de 2015.

A Funcorsan efetuou o procedimento para apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, a partir do encerramento do exercício de 2016, o Ajuste de Precificação dos Ativos, que corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial (5,61%), e o valor contábil desses títulos.

O equilíbrio técnico ajustado passou a ser a base de cálculo para a apuração do resultado para destinação e utilização de superávit técnico ou para equacionamento de déficit técnico dos Planos de benefícios de caráter previdenciário, dependendo do caso.

A Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de déficits e destinação/utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada Plano de Benefícios (duration do passivo atuarial).

Tratamento do Déficit:

DÉFICIT	Resolução CNPC nº 22/2015
Limite	(duração – 4) X 1%
Gatilho	Eliminar gatilho (Passa a ser automático)
Valor a ser equacionado	Se déficit > limite, equaciona o que ultrapassar o limite.
	Se déficit < limite, não há equacionamento.
Tratamento do Déficit	Promove a equidade no equacionamento de déficit, tendo a duração como critério de diferenciação.
Tratamento do Déficit	Limitado à duration de 4 anos. Para valores inferiores a 4 anos, eventuais déficits são equacionados anualmente de maneira integral, com contratos firmados pelo patrocinador.
Planos de Equacionamento	Os planos de equacionamento deverão prever fluxos de contribuições lineares ou decrescentes (nunca crescentes).

Para fins de controle e o acompanhamento contábil e financeiro dos títulos objeto dos ajustes de precificação no encerramento do exercício de 2016, segue abaixo as informações necessárias:

CÁLCULO DURAÇÃO DO PASSIVO E AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO - PREVIC CÁLCULO AJUSTE NTN-B E NTN-C			
DADOS PARA CÁLCULO			
Data da Carteira:	31/12/2016		
Taxa de Juros Real Anual	5,61		
POSIÇÃO	VALOR CONTÁBIL	VALOR AJUSTADO	VALOR DO AJUSTE
NTN-B Accrual	848.296.620,23	950.439.639,44	102.143.019,21
NTN-C Accrual	6.958.131,87	7.412.628,62	454.496,76
TOTAL	855.254.752,10	957.852.268,06	102.597.515,97
ANÁLISE DAS DURAÇÕES	Art. 9º, inciso V, da IN 19 da PREVIC de 04/02/2015		Requisito atendido
Duração do passivo	13,86		
Duração dos títulos	11,45		
ANÁLISE DOS VP	Art. 9º, inciso III e IV, da IN 19 da PREVIC de 04/02/2015		Requisito atendido

A *duration* do passivo do Plano BD nº 001 da Funcorsan é de 13,86 anos em 2016. Com isso, a zona de equilíbrio para o caso de déficit técnico é 9,86%.

O valor apurado (positivo) da precificação dos ativos de R\$ 102.598 mil foi destinado ao equacionamento do déficit e contribuiu para o Equilíbrio Técnico Ajustado, apresentado nas “5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado” do Demonstrativo do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DALPB. O equilíbrio técnico ajustado acumulado, do Plano BD nº 001, da Funcorsan bem como, o índice de Solvência, está a seguir demonstrado:

Apuração de Resultados - superávit / déficit técnico e equilíbrio técnico ajustado - 2016

A) Cálculo dos Limites	
1) Saldo Provisões Matemáticas (conta 2.3.1.1)	1.548.598
2) Cálculo do Limite de Déficit Técnico Acumulado	
2.1) Duração do Passivo do Plano deduzido de 4 pontos (zona de equilíbrio de déficit técnico)	9,86%
2.2) Limite do Déficit Técnico Acumulado que pode permanecer $((1) \times (2.1)) \times -1$	(152.692)
B) Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado	
3) Equilíbrio Técnico Contábil (conta 2.3.1.2)	(144.725)
4) Ajuste de Precificação Positivo	102.598
5) = (3) + (4) Equilíbrio Técnico Ajustado	(42.127)
6) = (5) / (1) x 100 = Índice de solvência	2,72%

Conforme observado, no demonstrativo, no exercício de 2016 o Plano BD nº 001 encerrou o exercício de 2016 com equilíbrio técnico ajustado negativo de R\$ 42.127 mil, o que resultou em um índice de solvência de 2,72%, inferior ao limite de 9,86% da zona de equilíbrio mínima. Desta forma, no referido exercício não existe a obrigatoriedade de elaboração e aprovação de Plano de equacionamento de déficit técnico.

FUNDAÇÃO CORSAN – DOS FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(EM MILHARES DE REAIS)

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2016.



Adimilson Luiz Stodulski
Diretor Financeiro e
Administrativo
CPF: 560.601.140-91



Elena Hahn Raupp
Diretora
Superintendente
CPF: 177.314.700-59



Gilmar Antônio Arnt
Diretor de
Seguridade
CPF: 407.143.810-04



Baiard Silva Ozorio
Contador
CRC/RS 57.807/O- 4
CPF: 653.122.870-91



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Diretores e Acionistas de

Fundação Corsan – Dos Funcionários da Companhia Riograndense de Saneamento- Corsan

Porto Alegre – RS

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação Corsan – Dos Funcionários da Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os Planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do Plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por Plano de Benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do Plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do Plano de Benefícios para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **Fundação Corsan – Dos Funcionários da Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan** e individual por Plano de benefício em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado e por Plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Auditoria do exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados, sobre os quais emitimos relatório de auditoria, datado de 10 de maio de 2016, sem modificação na opinião, que continha ênfase sobre o recebimento de créditos contra a Patrocinadora, no montante de R\$ 34.137 mil, pela responsabilidade daquela no equacionamento do déficit técnico verificado no ano de 2008 e pela manutenção do equilíbrio técnico do Plano de Benefícios, conforme TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) celebrado em 29.07.2014 entre a Funcorsan e a PREVIC. O recebimento deste valor está condicionado ao sucesso nas tratativas para assunção e definição da forma de pagamento pela Patrocinadora.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 26 de maio de 2017.

BAKER TILLY BRASIL RS AUDITORES INDEPENDENTES
CRCRS 6.706



Luiz Fernando Silva Soares
Contador CRCRS 33.964



Ricardo Schmidt
Contador CRCRS 45.160

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da FUNDAÇÃO CORSAN – DOS FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN, no cumprimento de suas atribuições estatutárias, depois de terem examinado o Balanço Patrimonial Consolidado em 31/12/2016, a Demonstração da Mutações do Patrimônio Social - DMPS, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA, a Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefício - DAL, a Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefício - DMAL, a Demonstração das Provisões Técnicas do Plano - DPTP, as Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis, o Parecer Atuarial nº 137/17, bem como as demais demonstrações contábeis relativas ao encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e a manifestação da Diretoria Executiva em sua Ata nº 711/2017, observando o disposto no parecer dos Auditores Independentes, são de opinião de que tais documentos merecem aprovação.

Porto Alegre, 29 de maio de 2017.



Arilson Wunsch
Presidente do Conselho Fiscal



Alberto Domingos Pagliarini



Ivan Edênio de Andrade



Ronaldo Souza da Silva

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo da FUNDAÇÃO CORSAN - DOS FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN, no cumprimento de suas atribuições estatutárias, depois de terem examinado Balanço Patrimonial Consolidado na posição de 31/12/2016; Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS; Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa - DPGA; Demonstrac o do Ativo Líquido por Plano de Benefício - DAL; Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido - DMAL; Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano - DPTP; Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31/12/2016, Parecer Atuarial n  137/17, e o Parecer dos Auditores Independentes, bem como as demais demonstrações contábeis relativas ao encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, ainda, observando o disposto nas Atas da Diretoria Executiva n  711/2017 e o Parecer do Conselho Fiscal, aprovam os documentos acima enunciados.

Porto Alegre, 29 de maio de 2017.

Alessandra Cristina Fagundes dos Santos
Presidente do Conselho Deliberativo

Marcelo Santos da Rocha

Keyla Azzolin Marini

Delso Francisco Zwirtes

Sidnei Lima da Silva

Sady Xavier da Cruz

Vanessa Castro
Secretária



5. PREVIDÊNCIA E ATUARIAL

5.1. Mapa Previdenciário

Neste item, a Funcorsan apresenta os resultados previdenciais do Plano Previdenciário BD nº 001, bem como outras informações relevantes sobre as iniciativas institucionais que foram desencadeadas pela entidade no exercício.

5.1.1. Número de Participantes

Apresentamos a seguir, tabela comparativa de total de Participantes Ativos e Assistidos do Plano dos últimos quatro exercícios:

Exercício	Novas Adesões	Número de Ativos	Número de Assistidos	Total de Participantes do Plano
2016	599	5.655	3.397	9.052
2015	177	5.395	3.228	8.623
2014	606	5.463	3.085	8.548
2013	588	5.133	2.944	8.077

Durante o ano de 2016, com o ingresso de 599 novos Participantes no Plano de Benefícios da Funcorsan, totalizou-se 9.052 Participantes. Este fato é decorrente do esforço da área de Seguridade em promover a divulgação do Plano de Benefícios aos empregados da Patrocinadora Corsan, especialmente àqueles recentemente contratados.

5.1.2. Benefícios concedidos

O Plano de Benefícios BD nº 001 pagou no ano de 2016 benefícios previdenciários no valor total de R\$ 134.588.407,33. A seguir, o quadro demonstra a estratificação do total de benefícios pagos em 2016:

<i>Valores Expressos em Reais</i>		
Benefícios pagos aos Participantes	Quantidade	Valor anual
Aposentadoria por Invalidez	418	9.639.964,87
Aposentadoria por Idade	92	1.527.415,46
Aposentadoria por Tempo de Contribuição	1.733	89.862.259,98
Aposentadoria Especial	95	4.180.303,38
Fundo Suplementar	-	6.986.073,29
Total	2.338	112.196.016,98

<i>Valores Expressos em Reais</i>		
Benefícios pagos de Auxílio Doença	Quantidade	Valor anual
Auxílio Doença	-	2.552.762,21

<i>Valores Expressos em Reais</i>		
Benefícios pagos aos Beneficiários	Quantidade	Valor anual
Pensão	1.059	17.631.639,35
Pecúlio	88	2.207.988,79
Total	-	19.839.628,14

5.2. Parecer Atuarial do Plano de Benefícios

O texto a seguir é reprodução do Parecer Atuarial nº 137/17 emitido pela empresa de consultoria Mercer Gama e assinado pelo atuário responsável pelo Plano de Benefícios, administrado pela Funcorsan.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atendendo às disposições das Leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, e alterações posteriores, a Mercer GAMA apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do Plano de Benefícios BD nº 001, também denominado neste documento de Plano, administrado e executado pela Fundação CORSAN dos Funcionários da Companhia Riograndense de Saneamento - FUNCORSAN e patrocinado pela COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN e pela própria FUNCORSAN, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2016.

O Plano de Benefícios BD nº 001 está registrado na PREVIC sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº 1979.0038-74. O Plano encontra-se aberto a novas adesões e possui todos os seus benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), caracterizando-se, conforme Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, como um Plano de Benefícios da modalidade de Benefício Definido (BD).

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2016, posicionada em 31/12/2016, conforme apresentada no Relatório GAMA 123 – RE 104/17, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano, considerando a última alteração regulamentar aprovada pela Portaria Previc nº 658, de 27 de agosto de 2010, assim como os dados individualizados dos Participantes e Assistidos e as informações contábeis e patrimoniais do Plano, levantados e informados pela Fundação, posicionados na data base de 31/10/2016. As Provisões Matemáticas, bem como os resultados constantes deste parecer, foram calculadas na posição 31/12/2016.

Ressalta-se que, para o Plano de Benefícios BD nº 001, observou-se a existência de um único Grupo de Custeio, sendo este denominado de “Ativos” exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

Adicionalmente, em conformidade com a correspondência GAMA 123 CT 474/16 de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2016, a FUNCORSAN informou que na data da Avaliação estava em curso processo de alteração regulamentar do Plano, cuja aprovação se deu posteriormente, por meio da Portaria nº 106, de 07 de fevereiro de 2017, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, sendo que seus efeitos não foram refletidos na referida Avaliação Atuarial. Além disso, informou que foi formalizado junto à PREVIC Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, sobre o que discorreremos a seguir. Cientes desses fatos relevantes, consideramos, no processamento da Avaliação, a inexistência de qualquer outro fato que possa vir a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer GAMA, em relação aos Planos administrados pela Fundação.

Cabe ressaltar que, conforme definições decorrentes do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado junto à Previc em 10/07/2014, foi alocado contabilmente, pela FUNCORSAN, no Ativo do Plano, na conta 1.2.1.1.02, em 31/12/2015, o valor de R\$ 34.116.996,11, relativo à parcela do déficit técnico a ser integralizado pela Patrocinadora CORSAN, oriunda do déficit decorrente da Avaliação Atuarial de 2008, sendo que o valor atualizado para a data da Avaliação Atuarial de 2016 monta R\$37.866.802,74.

Adicionalmente, a FUNCORSAN informa que se encontra em andamento os procedimentos necessários para a cobrança da parcela do Déficit do exercício de 2008, referente ao grupo de então participantes denominados “Casos Omissos”, visando o atendimento ao TAC.

2. RESULTADOS ATUARIAIS

2.1. EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO: “ATIVOS”

2.1.1. EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Conforme Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 123 – RE 104/17, o custo normal médio dos benefícios do Plano, na data da Avaliação Atuarial anual, 31/12/2016, estava mensurado em 9,535% da Folha de Salários, líquido de taxa de carregamento administrativo, apurado de acordo com os regimes finance-

iros e os métodos de financiamento adotados para os benefícios assegurados pelo Plano, neste não inclusa a amortização relativa a déficit equacionado e a outras finalidades, equivalentes a 12,334% e 3,630%, respectivamente, da Folha de Salários de Participação, líquido de taxa de carregamento administrativo, além de uma parcela decorrente das contribuições de joia, equivalente a 0,271% da Folha de Salários de Participação, totalizando 25,770%.

Comparativamente ao exercício anterior, houve uma redução do custo do Plano de 2,702 pontos percentuais, o qual, em 2015, registrou a alíquota de 28,472%, em 31/12/2015, também líquida de taxa de carregamento. Tal variação foi influenciada principalmente pelo aumento da Folha de Salários base de incidência das alíquotas de contribuição. Há que se considerar, ainda, que os Participantes que passam para a categoria de Assistidos deixam de contribuir para o Plano com a contribuição extraordinária, passando a contribuir somente sobre a contribuição normal. Além disso, os novos Participantes que ingressam no Plano contribuem somente sobre a contribuição normal. Isto acarreta uma redução no percentual sobre a folha de pagamento, visto que a contribuição extraordinária representa aproximadamente 54% do valor da normal. Cabe ressaltar que, no exercício de 2016, ingressaram aproximadamente 600 participantes e, cerca de 200 participantes passaram de Ativos para Assistidos.

2.1.2 VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos montam, em 31/12/2016, R\$ 1.168.050.369,00, representando um aumento de 10,22% comparativamente ao montante de R\$ 1.059.791.008,00, apurado na Avaliação Atuarial de 31/12/2015. Conforme Relatório GAMA 123 – RE 104/17, o aumento nas Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos é motivado pela concessão de novos benefícios, bem como pelo aumento do valor médio dos benefícios pagos, o que superou a involução natural das provisões matemáticas de benefícios concedidos.

As Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder montam, em 31/12/2016, R\$ 721.389.803,00, representando um aumento de 3,37% comparativamente ao montante de R\$ 697.843.764,00, apurado na Avaliação Atuarial de 31/12/2015. O aumento nas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder é motivado, principalmente, pelo aumento no número de ativos do Plano e a elevação do SRB médio, bem como às alterações das premissas de fator de capacidade e entrada em invalidez, o aumento das provisões de benefícios a conceder foi atenuado pela alteração da premissa de composição familiar de ativos e pelas concessões de benefícios.

As Provisões Matemáticas a Constituir montam, em 31/12/2016, R\$ 340.841.776,33, representando um decréscimo de 4,08% comparativamente ao montante de R\$ 355.344.946,02, apurado na Avaliação Atuarial de 31/12/2015. A redução das Provisões Matemáticas a Constituir é decorrente do pagamento das parcelas durante o exercício de 2016, que superaram a atualização pela taxa de juros e inflação do período.

2.1.3 PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos Planos de benefícios, sendo que para o Plano de Benefícios BD nº 001, caracterizam-se, basicamente, como Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras. As hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados neste Plano estão em conformidade com os princípios atuariais aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2016 do Plano de Benefícios BD nº 001 foram aprovadas pela FUNCORSAN, sendo que a Fundação estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio do Relatório GAMA 123 – RE 092/17, observando assim, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/06, e alterações posteriores.

2.1.4 SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

O Plano de Benefícios BD nº 001 apresentou Déficit Técnico (contábil) na data da Avaliação Atuarial de 2016, no montante de R\$ 144.725.039,29, o que representa 9,35% das Provisões Matemáticas

Totais do Plano.

Conforme determina a Resolução MPS/CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, o ajuste de precificação, apurado pela entidade, montava R\$ 102.597.515,97 positivo, em 31 de dezembro de 2016, o que resultou em um Equilíbrio Técnico Ajustado Deficitário de R\$ 42.127.523,32, correspondente a 2,72% das Provisões Matemáticas.

Segundo a Resolução MPS/CNPC nº 22, de 3 de dezembro de 2015, considerando a Duração do Passivo do exercício de 2016, qual seja de 13,86 anos, o limite de déficit para Avaliação Atuarial de 2016 é de R\$ 152.691.801,81 (9,86% das Provisões Matemáticas). Sendo o déficit apurado após o ajuste de precificação, no valor de R\$ 42.127.523,32, inferior ao limite de R\$ 152.691.801,81, não haverá obrigatoriedade de equacionamento do déficit do Plano no exercício de 2017.

Neste ponto, cumpre-nos esclarecer que os patamares mínimos de equacionamento definido na norma não são mandatórios. A EFPC, dentro de critérios técnicos e sempre em busca de uma gestão proativa, deve procurar entender as causas de resultados deficitários, tomando as providências para sua reversão, inclusive, se for o caso, trabalhando com equacionamentos acima dos limites mínimos legais.

2.2. EM RELAÇÃO AO PLANO DE BENEFÍCIOS

2.2.1 QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

A base cadastral encaminhada pela Fundação, posicionada em 31/10/2016, foi submetida a testes de consistência e, após ratificações/retificações, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação Atuarial, não sendo necessária a elaboração de hipóteses para suprir deficiências da base de dados para fins da Avaliação Atuarial anual.

Cumpre-nos esclarecer que a análise efetuada pela Mercer GAMA na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a entidade a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

2.2.2 REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

Na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2016, o Plano não tinha constituído Fundo Previdencial.

2.2.3 VARIAÇÃO DO RESULTADO

Confrontando-se as obrigações do Passivo Atuarial, expressas pelo valor das Provisões Matemáticas de R\$ 1.548.598.395,67, em 31/12/2016, com o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano, na mesma data, no montante de R\$ 1.403.873.356,38, verifica-se que a situação econômico-atuarial do Plano de Benefícios BD nº 001 é deficitária em R\$ 144.725.039,29. Entretanto, considerando o ajuste de precificação, no montante de R\$ 102.597.515,97, o Equilíbrio Técnico Ajustado é deficitário em R\$ 42.127.523,32.

O déficit do Plano aumentou 18,95%, passando de R\$ 121.670.993,48 em 31/12/2015, para R\$ 144.725.039,29, em 31/12/2016, representando um déficit técnico no exercício de R\$ 23.054.045,81.

As variações das Provisões Matemáticas decorrente das causas expostas no item 2.1.2 culminaram na elevação de 10,43% das Provisões Matemáticas totais do Plano, comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2015.

A mudança da hipótese de Fator de Capacidade gerou um aumento de R\$ 192.740,00 nas Provisões Matemáticas benefícios a conceder e concedidos. Já a alteração da hipótese de Entrada em Invalidez, por sua vez, gerou um aumento de R\$ 1.381.726,00 nas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder.

A alteração da hipótese de Composição Familiar acarretou em uma redução de R\$ 5.898.259,00 nas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder.

Adicionalmente, foram apuradas perdas atuariais, ou seja, aumento das Provisões Matemáticas, relativas às seguintes mudanças: alteração da data base do estudo e alterações cadastrais no montante de R\$ 73.418.530,71. Além das variações apresentadas anteriormente observamos que as Provisões

Matemáticas a constituir reduziram R\$ 14.503.169,69 e que outros R\$ 62.710.622,29 são decorrentes, dentre outros fatores: pela atualização dos benefícios do Plano pela inflação do período, atenuada pela involução natural das provisões matemáticas de benefícios concedidos; pelas mudanças decorrentes da movimentação de Participantes para condição de Assistidos, uma vez que enquanto Ativos é considerada a premissa de composição familiar padrão e quando Assistidos utiliza-se família real, o que pode gerar variações em torno da média.

A rentabilidade do Plano auferida no exercício de 2016 foi de 16,64%, conforme informado pela Fundação, sendo que a meta atuarial no período, dada pela taxa de juros atuariais de 5,61% a.a. acrescida do índice do Plano, foi de 12,56%, o que resultou em um ganho técnico atuarial no exercício de 3,62%.

Observou-se, ainda, que o Exigível Contingencial aumentou cerca de R\$ 19.561.435,08, o que impactou o Patrimônio de Cobertura do Plano.

2.2.4 NATUREZA DO RESULTADO

Na Avaliação Atuarial de 2016, observa-se que o Plano apresentou déficit técnico oriundo, sobretudo, do déficit apurado até a data da avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2015, que era de R\$ 121.670.993,48, que foi incrementado pelos efeitos das mudanças das hipóteses atuariais e de bases cadastrais, atenuado pela superação da meta atuarial, conforme já mencionado anteriormente.

O resultado possui natureza conjuntural e estrutural. Neste sentido, recomendamos uma análise aprofundada da estrutura do Plano de Benefícios, para que se possa identificar as reais características do déficit técnico, em especial, possíveis situações que possam criar distorções na estrutura, tendo em vista ser o Plano caracterizado na modalidade de Benefício Definido e estar em funcionamento, ou seja, com uma massa de Participantes ativa e bastante diversificada.

2.2.5 SOLUÇÕES PARA EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT

Em conformidade com os ditames da Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, a qual alterou as Resoluções CGPC nº 26/08 e CGPC nº 18/06, deverá ser elaborado Plano de equacionamento caso o déficit técnico ajustado observado no encerramento do exercício seja, no caso Plano de Benefícios BD nº 001, superior a 9,86% das Provisões Matemáticas, não sendo, portanto, necessária a adoção de qualquer medida obrigatória para equacionamento de déficit uma vez que o equilíbrio técnico ajustado monta 2,72% das Provisões Matemáticas no encerramento do exercício de 2016.

Cumpre-nos destacar, que a EFPC, dentro de critérios técnicos e sempre em busca de uma gestão proativa, deve procurar entender as causas de resultados deficitários, tomando as providências para sua reversão, inclusive, se for o caso, trabalhando com equacionamentos acima dos limites mínimos legais.

2.2.6 ADEQUAÇÕES DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Adota-se, para o financiamento do benefício de pecúlio por morte, o regime de financiamento de Repartição Simples; para os benefícios de Auxílio Reclusão e Auxílio Doença adota-se o Regime de Repartição de Capitais de Cobertura; e para todos os demais benefícios assegurados pelo Plano, o Regime de Capitalização conjugado com o método de financiamento Crédito Unitário Projetado.

Os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC nº 18/06 e alterações posteriores.

2.2.7 OUTROS FATOS RELEVANTES

1) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado pela Fundação, uma parcela destes estava contabilizada pela curva do papel e mantida até o vencimento, sendo que, para tal, a Fundação atestará a possibilidade da manutenção desses títulos até o vencimento, sem que haja prejuízo da liquidez e solvência do Plano;

2) Conforme observado no Balancete Contábil de 31/12/2016, verifica-se que o montante de R\$ 81.328.996,98 não se encontra integralizado no Plano, uma vez que existem recursos a receber, dentre os quais se destacam as Contribuições Contratadas de responsabilidade exclusiva das Patrocinadoras, cujo montante equivale, em 31/12/2016, a R\$ 73.981.601,08 sendo R\$69.508.236,49 relativo a serviço passado contratado e R\$ 4.473.364,59 relativo as contribuições em atraso contratado.

Os demais recursos a receber referem-se a contribuições do mês, contribuições em atraso e contribuições sobre 13º salário cujo montante equivale, em 31/12/2016, a R\$ 7.347.395,90;

3) No encerramento do exercício de 2016, o Plano de Benefícios BD nº 001 não possuía qualquer Fundo Previdencial constituído. Já o Fundo dos Investimentos registrou o montante de R\$ 543.580,90 e, o Fundo Administrativo, R\$ 4.240.552,81, cuja contabilização e manutenção é de responsabilidade da FUNCORSAN;

4) Dentre os regimes e métodos atuariais adotados na Avaliação Atuarial do exercício de 2016, comparativamente aos adotados para o exercício de 2015, não se procederam alterações;

5) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2016, comparativamente às adotadas para o exercício de 2015, procederam-se às seguintes alterações:

- **Composição Familiar de Ativos:** Família padrão calculada com base nos dados de dependentes posicionados na data-base da avaliação atuarial (59,95% das mulheres são casadas, com dependentes 7,91 anos mais velhos e 83,04% dos homens são casados, com dependentes de 2,56 anos mais jovens) em substituição à hipótese de que 61% das mulheres são casadas, com dependentes de 2,59 anos mais velhos e 84% dos homens são casados, com dependentes de 4,19 anos mais jovens;
- **Fator de capacidade:** 0,9803 em substituição a 0,9802;
- **Tábua de Entrada em Invalidez:** MÜLLER em substituição à TASA 1927; e
- **Entrada em morbidez:** GAMA - EXP. AUX DOENÇA - FUNCORSAN 2016 em substituição à tábua GAMA - EXP. AUX DOENÇA - FUNCORSAN 2015.

3. PLANO DE CUSTEIO

O Plano de Custeio para o próximo exercício, proposto para ter o início de sua vigência em 01/06/2017, deverá ser aprovado pelo Conselho Deliberativo da FUNCORSAN e comunicado às Patrocinadoras antes de sua aplicação, conforme normas vigentes, sendo sua observância indispensável para o equilíbrio e solvência do Plano, cabendo à FUNCORSAN zelar pela sua fruição, observados os prazos e ditames regulamentares, o qual fixa, em linhas gerais, o que se segue:



PLANO DE CUSTEIO – CONTRIBUIÇÕES NORMAIS			
CONTRIBUIÇÃO NORMAL ⁽¹⁾		ALÍQUOTA (%)	
	FAIXA SALARIAL	AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2016	AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2015
PARTICIPANTES ⁽²⁾⁽³⁾	Alíquota 1: Percentual geral incidente sobre o Salário de Participação	1,22% para entrada aos 18 anos incidente sobre o SP aumentando 0,04% para cada ano até 48 anos.	1,22% para entrada aos 18 anos incidente sobre o SP aumentando 0,04% para cada ano até 48 anos.
	Alíquota 2: Percentual incidente sobre o excesso do Salário de Participação em relação a meio teto Funcorsan	1,63%	1,63%
	Alíquota 3: Percentual incidente sobre o excesso do Salário de Participação em relação a um teto Funcorsan	5,70%	5,70%
	Alíquota 4: Percentual incidente sobre o excesso do Salário de Participação em relação a três tetos Funcorsan	Conforme tabela de idade da 4ª faixa, que inicia aos 40 anos em 1,2044% crescendo, em média, 0,7335% por idade até 55 anos.	Conforme tabela de idade da 4ª faixa, que inicia aos 40 anos em 1,2044% crescendo, em média, 0,7335% por idade até 55 anos.
	Alíquota 5: Percentual incidente sobre o Salário de Participação	1,07%	1,07%
PATROCINADORA ⁽³⁾	Contribuição Normal	Paritária ao dos participantes	Paritária ao dos participantes
	Contribuição de Assistidos (paridade assistidos)	Paritária ao dos Assistidos (representa 4,47% da folha salarial).	Paritária ao dos Assistidos (representa 3,90% da folha salarial).
ASSISTIDOS ⁽⁴⁾	Alíquota 1: Percentual geral incidente sobre o Benefício inferior a 3 tetos Funcorsan	10,5625%	10,5625%
	Alíquota 2: Percentual geral incidente sobre o Benefício que exceder 3 tetos Funcorsan	32,5000%	32,5000%
	Alíquota 3: Percentual geral incidente sobre o Benefício de Pensão por Morte ⁽⁴⁾	6,5000%	6,5000%

(1) Os percentuais apresentados encontram-se brutos de taxa de administração.

(2) Limitado a 5 Tetos FUNCORSAN.

(3) Verificada a viabilidade de manutenção do Plano de Custeio Normal vigente.

(4) Incidente sobre o valor do benefício, conforme Artigo 33, §2º do Regulamento, sendo os percentuais informados pela Entidade.

(5) Pensões concedidas antes de janeiro/2009 não sofrem incidência de contribuições.

PLANO DE CUSTEIO – CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS				
CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA		ALÍQUOTA (%)		PRAZO EM MESES
	FAIXA SALARIAL	AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2016	AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2015	
PARTICIPANTES ⁽¹⁾	Alíquota 1: Percentual geral incidente sobre o Salário de Participação ⁽²⁾	1,58% para entrada aos 18 anos incidente sobre o SP aumentando 0,05% para cada ano até 48 anos.	1,58% para entrada aos 18 anos incidente sobre o SP aumentando 0,05% para cada ano até 48 anos	147 meses
	Alíquota 2: Percentual incidente sobre o excesso do Salário de Participação em relação a meio teto FUNCORSAN ⁽²⁾	2,11%	2,11%	
	Alíquota 3: Percentual incidente sobre o excesso do Salário de Participação em relação a um teto FUNCORSAN ⁽²⁾	7,37%	7,37%	
	Alíquota 4: Percentual incidente sobre o excesso do Salário de Participação em relação a três tetos FUNCORSAN ⁽²⁾	Conforme tabela de idade da 4ª faixa, que inicia aos 40 anos em 1,56% crescendo, 0,95% por idade até 55 anos.	Conforme tabela de idade da 4ª faixa, que inicia aos 40 anos em 1,56% crescendo, 0,95% por idade até 55 anos.	
	Alíquota 5: Percentual incidente sobre o Salário de Participação ⁽²⁾	1,38%	1,38%	
PATROCINADOR	Contribuição para Déficit Equacionado ⁽²⁾	Paritária ao dos participantes	Paritária ao dos participantes	147 meses
	Contribuição para Outras finalidades ⁽³⁾	3,63%	3,63%	33 meses
	Contribuição de Assistidos (paridade assistidos)	0,00%	0,00%	
ASSISTIDOS ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	Alíquota 1: Relativo às parcelas que deveriam ter sido efetuadas entre jan/2009 a out/2014	0,96%	0,8963%	120 meses
	Alíquota 2: Relativo às contribuições extraordinárias futuras	1,20%	1,1200%	

(1) Os percentuais apresentados encontram-se brutos de taxa de administração.

(2) Limitado a 5 Tetos FUNCORSAN, com prazo de amortização até abril de 2029.

(3) Incidente sobre a folha de Salários de Participação até setembro de 2019 sem aplicação de carregamento administrativo.

(4) Incidente sobre o valor do benefício bruto sem incidência de carregamento administrativo. Representa 0,37% da folha de salários.

(5) Aposentados com benefícios iniciados após 04/05/2009 e Pensionistas não vertem contribuições extraordinárias.

O prazo total para amortização do déficit por parte dos participantes e patrocinadoras é de 163 meses, contados a partir de setembro de 2015, portanto, extinguindo-se a em abril de 2029. Para os aposentados, o prazo remanescente é de 120 meses, extinguindo-se a em dezembro de 2026. No que se refere à amortização da Provisão a Constituir – Outras Finalidades, decorrente da Cobertura Suplementar de responsabilidade das patrocinadoras, restou estabelecido o prazo até setembro de 2019 para amortização.

Ressalta-se ainda, que o referido Plano de Custeio Extraordinário para Déficit Equacionado é aplicado apenas aos participantes que aderiram ao Plano antes de 1º de abril de 2015, em face de este déficit ser decorrente da mudança do método de financiamento ocorrido na Avaliação Atuarial de 2014, que segregou o custo do Plano em normal e extraordinário. Desta forma, para os participantes admitidos após abril de 2015, o custo destes é representado pelo Custo Normal do Plano.

Adicionalmente, conforme regulamento vigente do Plano de Benefício BD nº 001:

“O valor mensal do benefício de aposentadoria decorrente do Benefício Proporcional Diferido (BPD), será calculado, na data base em que o Participante realizar essa opção, e será igual à divisão do tempo de vinculação ao PLANO em número de meses (t) por esse mesmo tempo somado da carência total para o recebimento do benefício pleno vezes o valor do benefício pleno de aposentadoria, caso o Participante já tivesse cumprido as carências ao PLANO, deduzidos os valores referentes às coberturas de risco e para administração do PLANO. Caso este valor fique a menor que o Valor do Resgate nessa mesma data abatido das coberturas de risco e das despesas administrativas do PLANO, o valor do benefício será o referente a este último cálculo.”

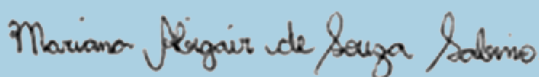
O Plano de Custeio Administrativo foi definido pela entidade, ficando estabelecida a taxa de carregamento de 8% sobre as contribuições normais e extraordinárias vertidas para o Plano pelos Participantes e Patrocinadoras.

4. CONCLUSÃO

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano de Benefícios BD nº 001, em 31/12/2016, é deficitária em R\$ 144.725.039,29 observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano. Levando-se em consideração o ajuste de precificação de R\$ 102.597.515,97, o Plano apresenta Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário de R\$ 42.127.523,32, não havendo, no exercício subsequente, a obrigatoriedade de processo de equacionamento de déficit, sendo que a EFPC, dentro de critérios técnicos e sempre em busca de uma gestão proativa, deve procurar entender as causas de resultados deficitários, tomando as providências para sua reversão, inclusive, se for o caso, trabalhando com equacionamentos acima dos limites mínimos legais.

Este é o Parecer.

Brasília, 26 de maio de 2017.



Mariana Abigail de Souza Sabino
Atuária MIBA 2.567 - MTPS/RJ
Supervisora atuarial



João Marcelo B. L. M. Carvalho
Atuário MIBA 2.038 - MTE/RJ
Diretor de Operações e Previdência

5.1. Fundamentos das Premissas, Regimes Financeiros e Métodos de Financiamento aplicados na Avaliação Atuarial

As premissas atuariais constituem as bases técnicas da avaliação atuarial de um Plano de Benefícios, representando um conjunto de estimativas de natureza demográfica, biométrica, econômica e financeira que, durante o período futuro considerado na avaliação do Plano, espera-se que se realizem com bom nível de segurança.

As hipóteses atuariais devem refletir expectativas de longo prazo, pois se destinam a prever os compromissos futuros até o encerramento do Plano de Benefícios. Além de considerar as hipóteses correntes, faz-se necessário incorporar suas tendências nos procedimentos atuariais.

A seguir, são apresentadas, de forma detalhada, as premissas aplicadas na Avaliação Atuarial da Funcorsan, assim como o significado de cada uma delas:

5.3.1. Premissas Econômicas e Financeiras

A seguir apresentamos as premissas econômicas e financeiras aprovadas e utilizadas na avaliação atuarial do exercício de 2016, comparativamente àquelas adotadas na avaliação atuarial do exercício de 2015:

Premissas Econômicas e Financeiras			
	2016	2015	Manutenção/ Alteração
Taxa real de desconto atuarial ⁽¹⁾	5,61% ao ano	5,61% ao ano	Manutenção
Taxa real de crescimento salarial futuro	2,18% ao ano	2,18% ao ano	Manutenção
Taxa real de crescimento dos benefícios	0,00% ao ano	0,00% ao ano	Manutenção
Fator de capacidade	98,03%	98,02%	Alteração
Indexador econômico	INPC	INPC	Manutenção

(1) Taxa Real de Juros: a taxa real de juros foi definida em conformidade com os estudos técnicos de ALM da Entidade, tendo sido majorada de 5,50% para 5,61% ao ano para o exercício de 2015.

As principais hipóteses econômicas e financeiras assumidas no cálculo dizem respeito à inflação e à rentabilidade futura dos investimentos que irão sustentar os benefícios, conforme segue:

- a) Taxa de juros técnicos de desconto atuarial: a taxa real de juros estima o rendimento real mínimo dos recursos aplicados necessários para assegurar o pagamento dos benefícios previstos no plano. A taxa estimada de ganho real dos investimentos também é utilizada como taxa de desconto para determinar o valor presente do custo do plano esperado para o futuro.
- b) Fator de capacidade: pode ser entendido como o poder de compra do salário ou do benefício entre duas datas. Para a determinação deste fator é utilizada a estimativa da taxa de inflação que tem por efeito reduzir o valor real dos salários e benefícios.
- c) Taxa de Crescimento Real de Salários: Refere-se à taxa em que os salários, em média, irão crescer ao longo do tempo como fruto do regulamento e do plano de cargos e salários da patrocinadora. Ela objetiva adequar o volume de reserva matemática atual refletindo uma condição salarial futura, ou seja, identifica a remuneração do participante na data da aposentadoria, e está intrinsecamente ligada à política de remuneração dos patrocinadores do plano.

5.3.2. Premissas Demográficas

A seguir apresentamos as premissas econômicas e financeiras aprovadas e utilizadas na avaliação atuarial do exercício de 2016, comparativamente àquelas adotadas na avaliação atuarial do exercício de 2015:

Premissas Demográficas			
	2016	2015	Manutenção/ Alteração
Tábua de Mortalidade Geral	AT - 2000 Basic (A5%) Male	AT - 2000 Basic (A5%) Male	Manutenção
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT - 49 (A100%) M&F	AT - 49 (A100%) M&F	Manutenção
Tábua de entrada em Invalidez	MÜLLER	TASA 1927	Alteração
Tábua de Rotatividade	GAMA - Exp. Rotatividade Funcorsan 2015	GAMA - Exp. Rotatividade Funcorsan 2015	Manutenção
Tábua de entrada em Auxílio Doença	GAMA - Exp. Auxílio Doença - Funcorsan 2016	GAMA - Exp. Auxílio Doença Funcorsan 2015	Alteração
Composição Familiar	Benefícios a Conceder: Mulheres: 59,95% possuem cônjuges, sendo estes 7,91 anos mais velhos e Homens: 83,04% possuem cônjuges, sendo estes 2,56 anos mais jovens. Fator de Reversão: 0,658	Benefícios a Conceder: Participantes Mulheres 2,59 anos mais jovem que o dependente. Participantes Homens 4,19 anos mais velhos que o seu dependente. Percentual com dependente vitalício: 61% Mulheres e 84% Homens. Fator de Reversão: 0,659.	Alteração

São utilizadas para estimar a expectativa de vida da massa de participantes e a expectativa de desligamento ou desistência do participante do plano. As premissas demográficas aplicadas na avaliação atuarial da Funcorsan para este exercício são:

- a) Taxa de rotatividade: é o instrumento que mede a expectativa de desligamento ou de desistência do participante do plano de benefícios. Ela é dada pela diferença entre as admissões e demissões ocorridas em relação ao total de funcionários das Patrocinadoras. O efeito dessa hipótese é análogo ao da mortalidade e invalidez: quanto maior a taxa de rotatividade considerada na Avaliação Atuarial, menor será o custo do plano.
- b) Composição familiar: esta variável representa o tamanho da família dos participantes, e é de suma importância para a formação das reservas matemáticas do plano de benefícios quando este prevê o pagamento de pensões. Ela busca estabelecer uma família padrão associada a cada idade dos participantes, ou seja, a partir do número de dependentes vitalícios ou temporários da família dos participantes é possível definir a diferença média de idade entre os cônjuges e seus dependentes.

5.3.3. Premissas Biométricas

As chamadas tábuas biométricas são instrumentos destinados a medir as probabilidades de sobrevivência, morte, morbidez e higidez (refere-se ao estado de saúde dos participantes). A seguir apresentamos as defini-

ções de cada tipo de tábua utilizada nos estudos de hipóteses atuariais do Plano de Benefícios administrado pela Funcorsan.

a) Mortalidade Geral: apresenta, para um número determinado de indivíduos, a probabilidade de morte ou de sobrevivência, em cada idade. É utilizada para dimensionar o valor atual dos benefícios futuros cujo evento gerador pode ser a morte, produzindo o benefício de pensão por morte, como também pode ser a sobrevivência, ocasionando o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição ou idade.

b) Mortalidade de Inválidos: demonstra a expectativa de vida dos indivíduos que já se encontram na condição de inválidos.

c) Entrada em invalidez: trata-se de uma variável que indica o número de pessoas expostas ao risco de se invalidar antes de atingir a idade seguinte e que influencia o cálculo das reservas matemáticas para o benefício de aposentadoria por invalidez.

d) Morbidade: refere-se à probabilidade do participante estar exposto ao risco de contrair doenças, o que representa motivo de afastamento das atividades laborais por moléstia e é utilizada para o cálculo do benefício temporário de auxílio-doença.

5.3.4. Regime Financeiro

Regime Financeiro é o método pelo qual se estabelece o nível e as épocas de realização das contribuições necessárias para a cobertura dos benefícios. O dimensionamento das reservas matemáticas decorre do regime adotado.

5.3.5. Método de Financiamento do Plano

O Método de Financiamento consiste na metodologia adotada pelo atuário responsável, com a finalidade de acompanhar o Plano e mensurar a forma de acumulação dos recursos garantidores, o qual determina o valor e a periodicidade das contribuições necessárias ou não, bem como os valores das Provisões Matemáticas, a fim de satisfazer os compromissos futuros, face às características biométricas, demográficas, financeiras e econômicas dos participantes, para que o plano possa cumprir com as obrigações previstas no regulamento e, de uma forma geral, garantir a sua solvência ao longo do tempo.

Confira na tabela a seguir os regimes financeiros e os métodos de financiamento do Plano de Benefícios da Funcorsan adotados para o exercício, conforme Relatório de Avaliação Atuarial Gama RE nº 104/17:

Benefício	Regime Financeiro	Método de Financiamento
Aposentadoria por Idade *	Capitalização	Crédito Unitário Projetado
Aposentadoria Especial*		
Aposentadoria por Tempo de Contribuição*		
Aposentadoria por Invalidez *		
Pensão por Morte		
Benefício Proporcional Diferido	Repartição de Capitais de Cobertura	
Auxílio Doença		
Auxílio Reclusão		
Pecúlio por Morte	Repartição Simples	

* Inclui o custo da reversão do benefício de aposentadoria em pensão aos beneficiários do assistido aposentado na data do óbito.

5.3.6. Perdas e Ganhos Apurados na Avaliação Atuarial

Com base em estudos econômicos e atuariais realizados durante o ano de 2016, ocorreram alterações em premissas que vinham sendo utilizadas nas avaliações atuariais do exercício anterior. Apresentamos quadro que sintetiza o impacto das alterações em cada uma das hipóteses nas Provisões Matemáticas do plano de benefícios administrado pela Funcorsan:

HIPÓTESES	AVALIAÇÃO 2016	AVALIAÇÃO 2015	Impacto nas Reservas	Perda/Ganho
Composição Familiar	Mulheres e Homens: 59,95% e 83,04% possuem cônjuge, respectivamente.	Mulheres e Homens: 61% e 84% com dependentes.	5.898.259,00	GANHO
	Mulheres: 7,91 anos mais jovens e Homens: 2,56 anos mais velhos.	Mulheres e Homens: 2,59 mais jovens e 4,19 mais velhos.		
Entrada em Invalidez	Müller	TASA 1927	-1.381.726,00	PERDA
Fator de Capacidade	0,9803	0,9802	-192.740,00	PERDA
Efeito total das alterações de premissas			4.323.793,00	GANHO
Outras variações		Data base do estudo	-27.457.328,00	PERDA
		Base cadastral	-45.961.202,71	
		Total	-73.418.530,71	

Para os valores que apresentaram um ganho atuarial significa que a alteração da premissa ocasionou uma redução nos valores das Provisões Matemáticas. Já para os valores em que houve uma perda atuarial, a alteração da hipótese ocasionou um aumento nos compromissos futuros (Provisões Matemáticas) do plano.

5.3.7. Meta Atuarial

A Meta Atuarial de 12,56% é calculada considerando juros reais de 5,61% ao ano, acrescidos de 6,58%, correspondente ao INPC do IBGE acumulados de janeiro de 2016 a dezembro de 2016.

6. GESTÃO DE INVESTIMENTOS

A seguir, apresentamos as alocações e os resultados dos investimentos globais e também segregados por Planos de Benefício Definido – BD e Plano de Gestão Administrativa – PGA para o exercício de 2016, dentre outras informações.

6.1. Enquadramento

Os recursos da Funcorsan estão aplicados em diversos segmentos de mercado, fazendo parte da base de cálculo para o enquadramento, os chamados Recursos Garantidores. Os Recursos Garantidores são parcelas do ativo destinadas à cobertura dos benefícios oferecidos pelo Plano. Estes recursos estão submetidos às regras da Resolução CMN nº 3.792/2009 e suas alterações.

Os contratos com a Patrocinadora constituem outro segmento que, junto com os Recursos Garantidores, compõem o total de ativos da Funcorsan. A seguir, apresentamos os dados de enquadramento na posição de 31/12/2016 e 31/12/2015, comparativamente:

ATIVOS	PARTICIPAÇÃO (mil R\$)		ENQUADRAMENTO (%)	
	2016	2015	2016	2015
1) Renda Fixa	1.184.174	991.873	88,78%	85,44%
2) Renda Variável	45.508	61.987	3,41%	5,34%
3) Investimentos Estruturados	4.661	2.070	0,35%	0,18%
4) Investimentos Imobiliários	73.479	66.163	5,51%	5,70%
Imóveis próprios	73.601	66.572	5,52%	5,73%
Imóveis/Contratos alienados	-122	-409	-0,01%	-0,03%
5) Operações c/ Participantes	41.821	38.712	3,14%	3,33%
6) Disponível	36	35	0,00%	0,01%
7) Derivativos	-16.004	-	-1,20%	-
8) Dep. Jud. / Recursais Invest.	163	-	0,01%	-
Recursos Garantidores	1.333.838	1.160.840	100,00%	100,00%
Operações com a Patrocinadora	73.982	86.272		
Contribuições do mês	7.279	6.947		
TOTAL DO ATIVO LÍQUIDO	1.415.099	1.254.059		

Dos dados apresentados acima, cabe um registro especial para os valores apresentados no item 7) Derivativos, com valor negativo de R\$ 16.004. Este registro, realizado em 2016, refere-se a contingência judicial da ação revocatória nº 001/1.06.02425933 ajuizada em 23 de novembro de 2006 pela massa falida de Confidelity Asset Management Ltda. Tal ajuizamento requer a anulação dos contratos firmados com a Funcorsan que tinham como objeto realizar operações com derivativo de dólar. Em 15 de maio de 2016 sobreveio sentença judicial dando procedência ao pleito, razão pela qual a Funcorsan, mesmo recorrendo da decisão, procedeu na reclassificação para perda provável, atualizando e provisionando o valor de R\$ 15.898.464,07.

Sobre esta operação com derivativos de dólares, ocorrida no ano de 2001, a Funcorsan possui ação judicial para execução da Nota Promissória no valor de R\$ 2.276 mil contra Confidelitty Asset Management Ltda., conforme apresentado no item 6.3. das notas explicativas do Balanço Patrimonial supra.

6.2 Rentabilidade

Antes de falarmos sobre a rentabilidade do Plano, é importante tecermos breves comentários sobre o mercado, as taxas de juros e a inflação.

O Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC é um sistema computadorizado do Banco Central, ao qual apenas as instituições financeiras credenciadas têm acesso. Funciona mais ou menos como a compensação de um banco, só que no mercado de títulos públicos: transfere os papéis para o comprador, ao mesmo tempo em que credita o valor da venda para o vendedor. Tudo isso é feito em tempo real. O Selic calcula uma média dos juros que o governo paga aos bancos que lhe emprestaram dinheiro. Essa média, chamada de Taxa Over-Selic, serve de referência para todas as outras taxas de juros do país. Por isso, a Taxa Over-Selic é chamada também de juro básico.

No final do exercício de 2016, o Banco Central deu início a um ciclo de queda na taxa de juros, dado o processo desinflacionário que a economia brasileira enfrenta. A taxa Selic encerrou o ano em 13,75%.

TAXAS			
Ano	SELIC (%)	Ano	SELIC (%)
21 de janeiro de 2015	12,25%	20 de janeiro de 2016	14,25%
04 de março de 2015	12,75%	02 de março de 2016	14,25%
29 de abril de 2015	13,25%	27 de abril de 2016	14,25%
03 de junho de 2015	13,75%	08 de junho de 2016	14,25%
29 de julho de 2015	14,25%	20 de julho de 2016	14,25%
02 de setembro de 2015	14,25%	31 de agosto de 2016	14,25%
21 de outubro de 2015	14,25%	19 de outubro de 2016	14,00%
25 de novembro de 2015	14,25%	30 de novembro de 2016	13,75%

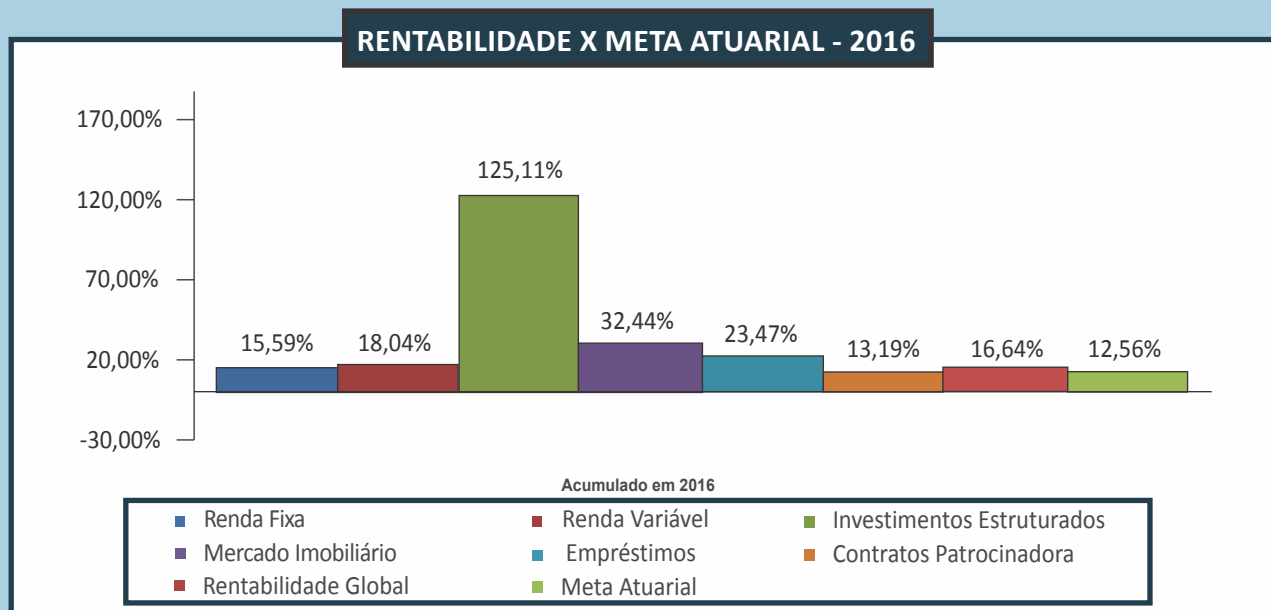
O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE) encerrou o acumulado do ano em 6,29%. Comparando com o ano de 2015, que foi de 10,67%, o mesmo apresentou queda de 4,38%.

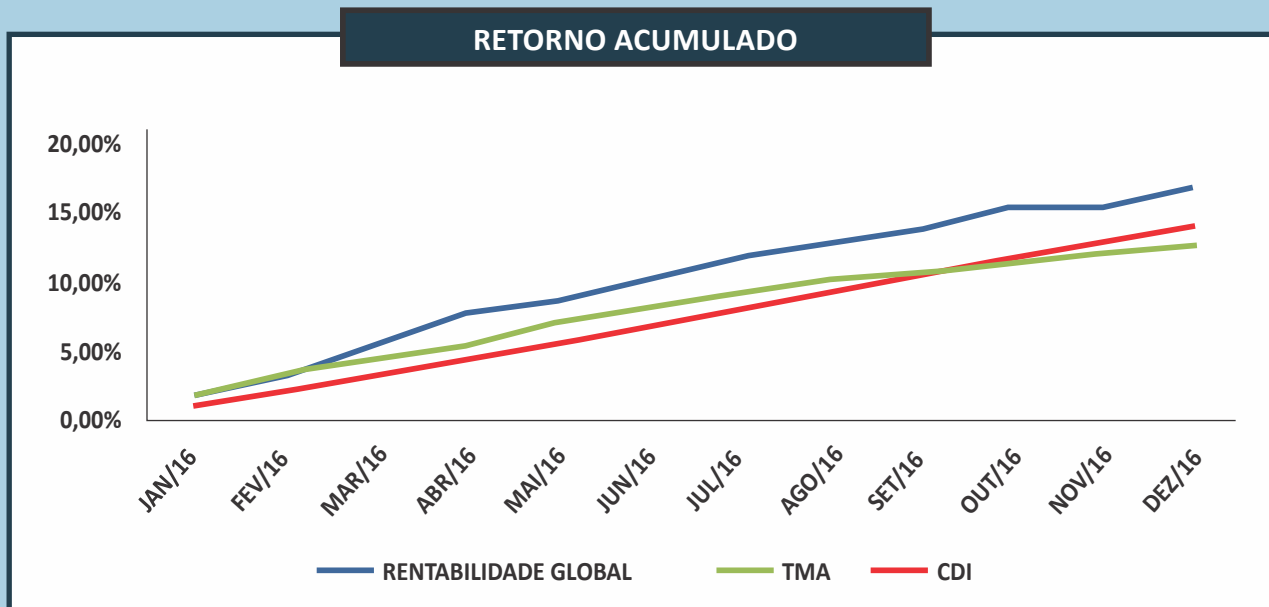
Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC-IBGE) acumulou em 2016 o resultado de 6,58%, apresentando um decréscimo de 4,70% em comparação com o exercício de 2015, o qual apresentou o resultado de 11,28%.

Um dos principais motivos para explicar essa contenção dos índices de preços no ano de 2016 foi o enfraquecimento da atividade econômica, causado pela recessão que assola o país.

A Rentabilidade Geral obtida no exercício de 2016 foi de 16,64%, superior nominalmente à Meta Atuarial em 4,08%, a qual fechou o exercício em 12,56%, e que foi calculada considerando juros reais de 5,61% a.a., acrescidos de 6,58%, correspondente ao INPC do IBGE acumulados de janeiro de 2016 a dezembro de 2016.

Como pode ser observada nos gráficos abaixo, a rentabilidade da Funcorsan, representada pela rentabilidade global, ficou acima da Meta Atuarial no ano de 2016.





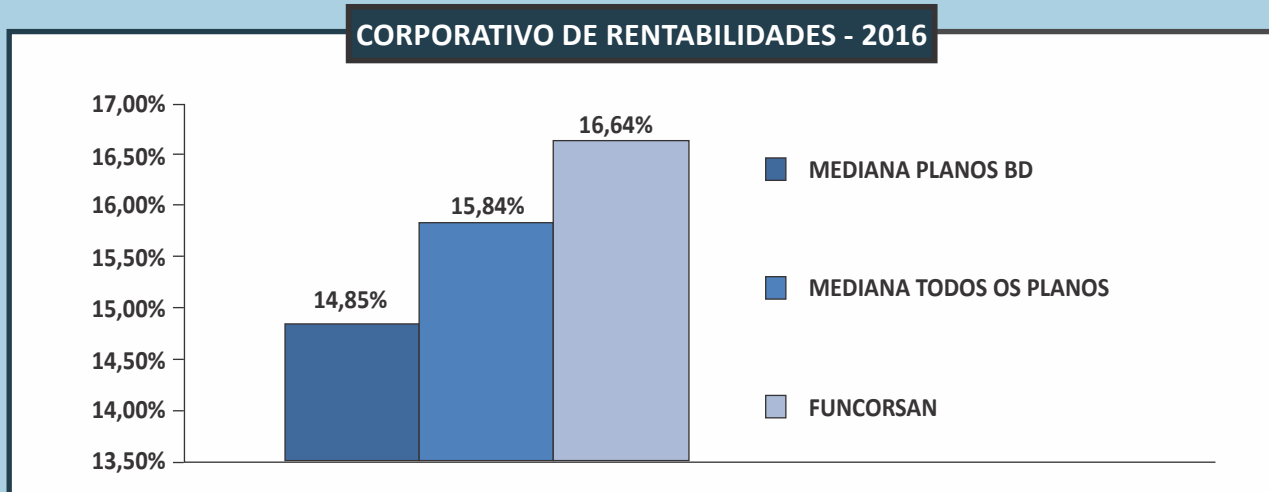
Como pode ser observado neste exercício não só a rentabilidade global foi superior a meta atuarial do plano, como também houve a superação da meta de rentabilidade em cada um dos segmentos investidos: Renda Fixa, Renda Variável, Imóveis, Empréstimos e Investimentos Estruturados.

6.3. Rentabilidade e Benchmarking

Tão importante quanto confrontar a rentabilidade dos investimentos com a meta atuarial é comparar o desempenho da rentabilidade com o mercado, uma vez que todos estão expostos a condições de risco e retorno semelhantes no decorrer do período.

Apresentamos, na sequência, o comparativo da rentabilidade da Funcorsan com dois benchmarks, obtidos das informações consolidadas da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - Abrapp:

- a) Comparando com a rentabilidade apurada pelos Planos com características e regras semelhantes às do Plano da Funcorsan, ou seja, de Benefícios Definido – BD. Neste comparativo, a rentabilidade da Funcorsan foi de 16,64% e a mediana da rentabilidade dos Planos BD, totalizados pela Abrapp, atingiu 14,85%. A Funcorsan obteve rentabilidade nominal 1,79% acima, a qual representa uma performance 12% superior a mediana dos planos.
- b) Em outro viés de comparação, tomando como base a rentabilidade de todas as Fundações consideradas pela Abrapp no estudo, temos a rentabilidade nominal da Funcorsan de 0,80% acima, que representa um desempenho 5% superior à mediana das fundações do país.



6.4. Enquadramento e Alocação

A Resolução CMN nº 3.792/2009 e suas alterações estabelecem critérios para o dimensionamento do grau de risco, assim como limites de alocação de recursos por segmento. Com isto, e objetivando garantir o equilíbrio entre os ativos e as obrigações da Funcorsan, adotamos práticas visando o gerenciamento eficiente da exposição aos distintos fatores de risco.

Toda a alocação de recursos da Funcorsan resulta de um processo decisório pré-estabelecido na Política de Investimentos (PI). Alocar recursos significa destiná-los ao mercado financeiro considerando os estudos de correlação com o Passivo Atuarial chamado Asset Liability Management (ALM). Esse estudo resulta no conjunto de prioridades de volumes mencionados na Política de Investimentos.

A seguir, confira a posição e enquadramento da Carteira de Investimentos da Funcorsan em 31/12/2016:

FUNDO GARANTIDOR	1.333.838.291,77	100,00%	
Ativos	Alocação R\$	Participação	Limite
1 - RENDA FIXA/MULTIMERCADO/DISPONÍVEL	1.184.209.920,97	88,78%	100%
Votorantim Quaraí FI Renda Fixa	959.425.094,90		
Taquari FI Multimercado	130.887.641,04		
Safra Piratini FI Multimercado	93.861.458,97		
Disponível	35.726,06		
2- RENDA VARIÁVEL	45.508.469,55	3,41%	70%
BBM Valuation II FIC Ações	14.952.541,87		
JGP Explorer Inst FI Ações	10.899.680,67		
JGP Institucional FI Ações	8.798.610,44		
Brasil Plural FIC Ações	10.857.636,57		
3 - INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	4.660.814,69	0,35%	20%
Empreendedor Brasil	4.660.814,69		
4 - MERCADO IMOBILIÁRIO	73.478.805,93	5,51%	8%
Próprios	73.601.194,25		
Alienados	-122.388,32		
5 - OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	41.821.046,44	3,14%	15%
Empréstimos	41.821.046,44		
6 - DERIVATIVOS	-16.003.643,94	-1,20%	
7 - DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS INVESTIMENTOS	162.878,13	0,01%	

6.5. Investimentos por Plano de Benefício Definido – BD e Plano de Gestão Administrativa – PGA

A Gestão dos Investimentos da Funcorsan é segregada por Planos: Plano de Benefício Definido – BD e Plano de Gestão Administrativa – PGA e está estruturada na forma de gestão própria e terceirizada. A gestão dos fundos de investimentos, que compreendem os segmentos de Renda Fixa, Multimercado e Renda Variável são totalmente terceirizadas. Já a gestão de imóveis e empréstimos é realizada pela própria Funcorsan.

A seguir, demonstramos os investimentos da Funcorsan, segregados por segmento, listados em valores e em percentuais, sobre os Recursos Garantidores:

Análise dos Investimentos 2016				
Investimentos	Plano BD	Plano PGA	Valor Financeiro	% sobre total
Renda Fixa e Multimercado	1.178.871.919,13	5.302.275,78	1.184.174.194,91	88,78%
Multimercado	224.749.100,01	-	224.749.100,01	16,85%
Taquari FI Multimercado	130.887.641,04	-	130.887.641,04	9,81%
Safra Piratini FI Multimercado	93.861.458,97	-	93.861.458,97	7,04%
Renda Fixa	954.122.819,12	5.302.275,78	959.425.094,90	71,93%
Votorantim Quaraí FI Renda Fixa	954.122.819,12	5.302.275,78	959.425.094,90	71,93%
Renda Variável	45.508.469,55	-	45.508.469,55	3,41%
BBM Valuation II FIC Ações	14.952.541,87	-	14.952.541,87	1,12%
JGP Explorer Inst FI Ações	10.899.680,67	-	10.899.680,67	0,82%
JGP Institucional FI Ações	8.798.610,44	-	8.798.610,44	0,66%
Brasil Plural FIC Ações	10.857.636,57	-	10.857.636,57	0,81%
Investimentos Estruturados	4.660.814,69	-	4.660.814,69	0,35%
Fundos Inv. Emp. Emergentes	4.660.814,69	-	4.660.814,69	0,35%
Mercado Imobiliário	73.478.805,93	-	73.478.805,93	5,51%
Próprios	73.601.194,25	-	73.601.194,25	5,52%
Alienados	-122.388,32	-	-122.388,32	-0,01%
Empréstimo	41.821.046,44	-	41.821.046,44	3,14%
Empréstimo	41.821.046,44	-	41.821.046,44	3,14%
Derivativos	-16.003.643,94	-	-16.003.643,94	-1,20%
Depósitos Judiciais / Recursais Invest.	162.878,13	-	162.878,13	0,01%
Disponível	10.788,45	24.937,61	35.726,06	0,00%
Recursos Garantidores	1.328.511.078,38	5.327.213,39	1.333.838.291,77	100,00%

6.6. Investimentos – Administração Terceirizada sobre total de Investimentos e sobre o Plano

O quadro a seguir apresenta os resultados dos investimentos administrados por terceiros, separados por segmento de aplicação e seus percentuais sobre o total terceirizado e sobre o total dos investimentos:

Administração de Terceiros 2016			
Investimentos	Valor Financeiro	% sobre total Terceirizado	% sobre total Investimentos
Renda Fixa e Multimercado	1.184.174.194,91	95,90%	88,78%
Multimercado	224.749.100,01	18,20%	16,85%
Taquari FI Multimercado	130.887.641,04	10,60%	9,81%
Safra Piratini FI Multimercado	93.861.458,97	7,60%	7,04%
Renda Fixa	959.425.094,90	77,70%	71,93%
Votorantim Quaraí FI Renda Fixa	959.425.094,90	77,70%	71,93%
Renda Variável	45.508.469,55	3,70%	3,41%
BBM Valuation II FIC Ações	14.952.541,87	1,20%	1,12%
JGP Explorer Inst FI Ações	10.899.680,67	0,90%	0,82%
JGP Institucional FI Ações	8.798.610,44	0,70%	0,66%
Brasil Plural FIC Ações	10.857.636,57	0,90%	0,81%
Investimentos Estruturados	4.660.814,69	0,40%	0,35%
Fundos Inv. Emp. Emergentes	4.660.814,69	0,40%	0,35%
Total de Investimentos Terceirizados	1.234.343.479,15	100,00%	92,54%
Total de Investimentos do Plano	1.333.838.291,77	-	-

6.7. Taxas de Administração e Desempenho da Gestão Terceirizada

Nesta tabela, demonstramos as taxas de administração e de performance dos fundos de investimentos de gestão terceirizada:

TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO/GESTÃO E PERFORMANCE		
Renda Fixa e Multimercado	Taxa Administração/Gestão	Taxa Performance
Taquari FI Multimercado	0,42%	n/a
Safra Piratini FI Multimercado	0,29%	n/a
Votorantim Quaraí FI Renda Fixa	0,03%	n/a
Renda Variável		
BBM Valuation II FIC Ações	1,90%	20,00%
JGP Explorer Inst FI Ações	2,75%	n/a
JGP Institucional FI Ações	2,75%	n/a
Brasil Plural FIC Ações	3,00%	n/a
Investimento Estruturado		
Fundos Inv. Emp. Emergentes	1,90%	n/a

No ano de 2016, as taxas de administração dos Fundos Taquari e Piratini sofreram alterações devido a mudanças regulatórias.

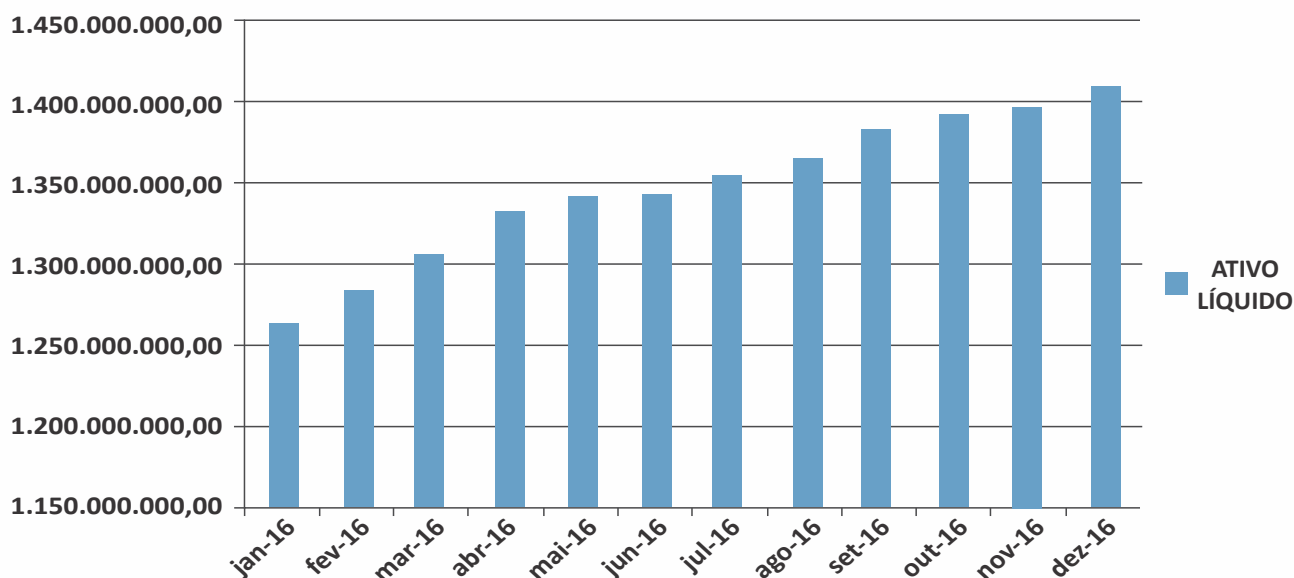
O quadro a seguir relaciona as modalidades de aplicação do Plano de Benefícios, bem como o valor dos investimentos com a gestão própria e terceirizada e os percentuais relativos aos Recursos Garantidores:

Análise dos Investimentos 2016		
Investimentos	Valor Financeiro	% sobre total
A) Carteira Própria	99.494.812,62	7,46%
Imóveis	73.478.805,93	5,51%
Próprios	73.601.194,25	5,52%
Alienados	-122.388,32	-0,01%
Empréstimos a Participantes	41.821.046,44	3,14%
Derivativos	-16.003.643,94	-1,20%
Depósitos Judiciais / Recursais Investimentos	162.878,13	0,01%
Disponível	35.726,06	0,00%
B) Carteira Terceirizada	1.234.343.479,15	92,54%
Renda Fixa	959.425.094,90	71,93%
Fundos de Investimentos	959.425.094,90	71,93%
Multimercado	224.749.100,01	16,85%
Fundos de Investimentos	224.749.100,01	16,85%
Renda Variável	45.508.469,55	3,41%
Fundos de Investimentos	45.508.469,55	3,41%
Investimentos Estruturados	4.660.814,69	0,35%
Fundos Inv. Emp. Emergentes	4.660.814,69	0,35%
(A+B) RECURSOS GARANTIDORES	1.333.838.291,77	100,00%

6.8. Evolução do Ativo Líquido

O ativo líquido do Plano BD da Funcorsan encerrou o ano em R\$ 1.410 bilhões de reais. Esse aumento se deve ao resultado das rentabilidades dos investimentos, dos aportes de recursos oriundos das contribuições dos Participantes e Patrocinadoras, bem como valores recebidos referentes aos contratos de dívida firmados com a Patrocinadora Corsan.

ATIVO LÍQUIDO - PLANO BD



6.9. Política de Investimentos

A Funcorsan planeja, acompanha e efetua a gestão de seus investimentos de acordo com as normas estabelecidas na Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações, bem como em conformidade com a sua Política de Investimentos (PI). O processo de planejamento e revisão da PI é anual, e se inicia no mês de outubro, com reuniões entre a área de Investimentos, o Comitê de Investimentos, a Consultoria Financeira e a Diretoria Executiva.

Durante a revisão da PI, são analisados os cenários doméstico e internacional e os estudos de ALM - Asset Liability Management. Depois de estruturada, a PI é submetida pela Diretoria Executiva ao Conselho Deliberativo para aprovação. Ainda, o Conselho Fiscal da Funcorsan manifesta-se semestralmente acerca da conformidade dos investimentos em relação à PI. Dentre as diretrizes da Política de Investimentos da Funcorsan, destacamos os itens a seguir:

6.9.1. Alocação de Recursos

A tabela a seguir apresenta a alocação-objetivo da Funcorsan para o ano de 2016, comparada aos limites estabelecidos legalmente e pela Política de Investimentos. Contudo, devido às flutuações de mercado, as alocações de recursos da Funcorsan oscilam conforme os limites mínimos ou máximos, ajustando-se de acordo com as oportunidades e condições de mercado, nem sempre convergindo para alocação estratégica referenciada.

Segmento de aplicação	Alocação	Alocação	Política de Investimento		Limite Legal
	Atual	Estratégica	Limite Inferior	Limite Superior	
Renda Fixa e Multimercado	88,74%	82,00%	55,00%	95,00%	100,00%
Indexada à Inflação	73,81%	67,00%	50,00%	90,00%	100,00%
Não Indexadas à Inflação	14,93%	15,00%	5,00%	45,00%	100,00%
Renda Variável	3,43%	8,00%	3,00%	22,00%	70,00%
Investimentos Estruturados	0,35%	0,00%	0,00%	5,00%	20,00%
Investimentos no Exterior	0,00%	0,00%	0,00%	2,00%	10,00%
Imóveis	5,53%	6,00%	0,00%	8,00%	8,00%
Empréstimos e Financiamentos	3,15%	4,00%	2,00%	8,00%	15,00%

6.9.2. Gestão de Recursos

O principal objetivo da gestão de recursos é administrar o Patrimônio do Plano de Benefícios de forma eficaz e segura, gerindo riscos (de Mercado, de Liquidez, de Contraparte, Legal e Operacional) e buscando taxas de retorno consistentes, visando manter a solvência e o equilíbrio econômico-financeiro.

A Funcorsan delega às Instituições Financeiras, criteriosamente selecionadas e contratadas, a gestão de parte de seus recursos, por entender que estas detêm expertise no segmento, realizando o acompanhamento diário destes gestores e fundos de investimentos. Além disto, são realizadas reuniões do Comitê de Investimentos, no mínimo, mensalmente para análise de desempenho do(s) fundo(s), estratégias, perspectivas e riscos em consonância com a Política de Investimentos, considerando ainda os cenários econômicos, sendo que ocorre a participação dos gestores dos fundos nestas reuniões sempre que necessário.

Buscando os melhores profissionais do mercado, a PI da Funcorsan estabelece critérios para a seleção de gestores externos de investimentos, visando obter a excelência na gestão de seus recursos. Os critérios de seleção definidos na PI são:

Crítérios Qualitativos – apuração por meio de visitas técnicas de modo a verificar a conformidade das práticas, processos e controles, inerentes a gestão de investimentos dos gestores, tais como:

- Tradição no Mercado;
- Sistema interno de informação;
- Sistema interno de gerenciamento de riscos;
- Capacitação técnica ao atendimento dos objetivos da Funcorsan;
- Adesão à Política de Investimentos;
- Fornecimento de informações necessárias para estabelecer controle externo;
- Qualidade no atendimento;
- Fornecimento de Pesquisa;
- Compliance (controles internos);
- Continuidade do negócio;
- Taxas cobradas para Gestão dos Recursos x Serviços.

Critérios Quantitativos - análise de seus fundos de investimentos divulgados na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA.

- Rentabilidade X Benchmark (Referencial Comparativo);
- Relação risco/retorno.

No ano de 2016, foram realizadas algumas ações com o intuito de aprimorar a gestão e obter um melhor desempenho. Dentre elas, destacamos:

Renda Fixa, Multimercado e Variável

- **Renda Variável** - Encerramento do Fundo Fator Sinergia IV;
- Realização de Due Diligence para a seleção de novos gestores para o segmento de Renda Variável;
- **Multimercado** - Substituição do Administrador do Fundo Exclusivo Safra Piratini, passando da JS Administração Fiduciária para a Caixa Econômica Federal;
- **Renda Fixa** - Aquisição, através do Fundo de Investimento Exclusivo Votorantim Quaraí, de 57.280 quantidades de NTN-Bs, nos seguintes vencimentos: 5.000 quantidades no vencimento de 15/08/2024; 5.000 quantidades no vencimento de 15/08/2030; 12.280 quantidades no vencimento de 15/05/2035; 10.000 quantidades no vencimento de 15/08/2040; 10.000 quantidades no vencimento de 15/05/2045; 5.000 quantidades no vencimento de 15/08/2050 e 10.000 quantidades no vencimento de 15/08/2055;

Imóveis

- Renovação da assinatura do contrato com a Intercity e Piazza Navona;
- Convencionando a forma de correção dos aluguéis dos imóveis de uso próprio;
- Pesquisa na substituição do síndico do Edifício La Defense;
- Renegociação de contratos de alugueis a fim de manter os imóveis locados;
- Visitas e manutenções periódicas, a fim de manter os imóveis em boas condições para futuras locações;
- Recomendação às imobiliárias que disponibilizam os imóveis da Fundação para locação, que as visitas devem ser acompanhadas por um funcionário da Fundação e/ou imobiliária, a fim de manter a organização dos imóveis e evitar depredações;
- Entrada pela patrocinadora do processo de regularização dos terrenos do município de Alvorada junto a Prefeitura da cidade;
- Continuidade na participação ativa em todos os conselhos consultivos dos condomínios, visando a melhoria no processo de governança dos mesmos;

Empréstimos

- Alteração da taxa juros do empréstimo na modalidade Pré-Fixada de 1,20% a.m. para 1,40% a.m.,

adequando-a aos níveis de inflação vigentes no período e visando o alcance da meta atuarial;

- Processo de implantação do novo sistema operacional;
- Revisão do Regulamento de Empréstimo que entrará em vigor após a implantação do novo sistema operacional.

6.10. Demonstrativo de Investimentos

O gerenciamento dos recursos é realizado de acordo com as diretrizes traçadas na Política de Investimentos. Acesse o autoatendimento do Portal e confira a Política de Investimentos na íntegra.

6.10.1. Alocação de Recursos da Entidade

A tabela a seguir apresenta o total dos investimentos e a composição por segmento de aplicação, em reais e em percentuais, referentes ao 4º trimestre de 2016 e ao mesmo período do ano anterior:

Alocação de Recursos				
Segmento de aplicação	Alocação em 31/12/2016 (R\$)	%	Alocação em 31/12/2015 (R\$)	%
Renda Fixa	1.184.174.194,91	88,78%	991.873.059,86	85,44%
Renda Variável	45.508.469,55	3,41%	61.987.145,37	5,34%
Investimentos Estruturados	4.660.814,69	0,35%	2.070.351,24	0,18%
Imóveis	73.478.805,93	5,51%	66.162.804,15	5,70%
Empréstimos e Financiamentos	41.821.046,44	3,14%	38.712.340,59	3,33%
Derivativos	-16.003.643,94	-1,20%	-	-
Dep. Jud. / Recursais Invest.	162.878,13	0,01%	-	-
Valores a Pagar/Receber/Disponível	35.726,06	0,00%	35.211,80	0,01%
Total	1.333.838.291,77	100,00%	1.160.840.913,01	100,00%

A tabela a seguir, apresenta a rentabilidade líquida acumulada dos segmentos em relação aos índices de referência, definidos na Política de Investimentos.

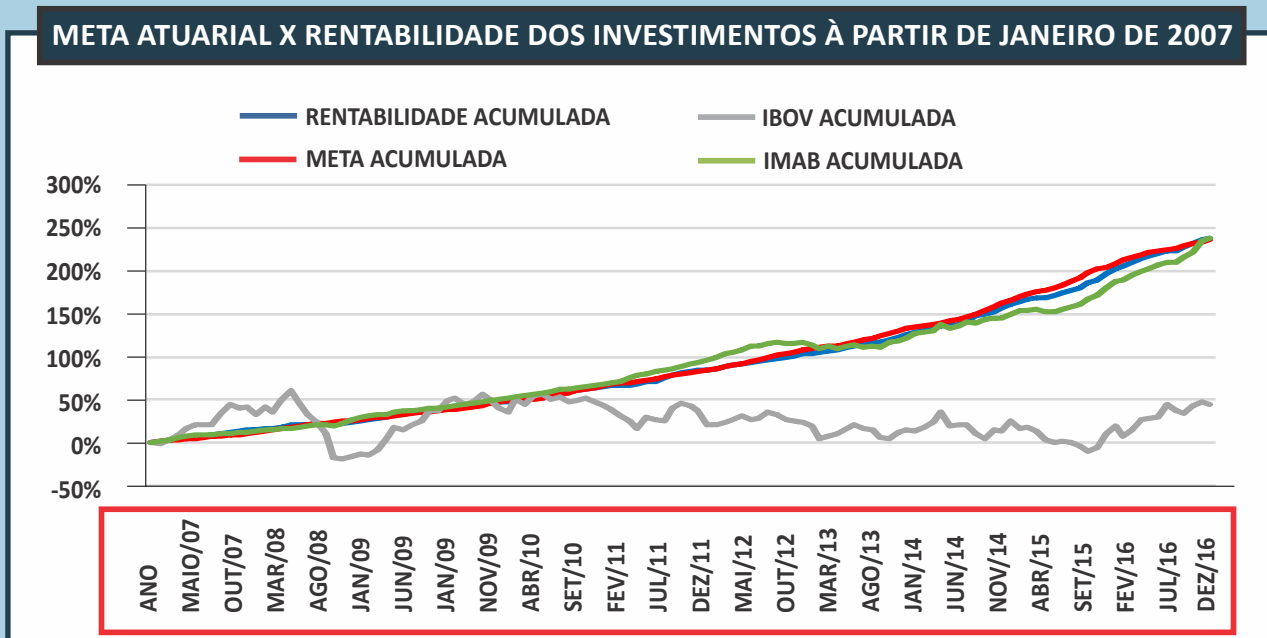
Segmento/Benchmark	2016				
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Acumulado no ano
Renda Fixa	4,89%	4,00%	3,43%	2,45%	15,59%
IMA-B	9,75%	5,83%	5,04%	2,30%	24,81%
Meta Atuarial	4,34%	3,51%	2,42%	1,76%	12,56%
Renda Variável	2,33%	2,15%	10,36%	2,32%	18,04%
IBX	13,92%	3,35%	13,24%	2,53%	36,69%
Meta Atuarial	4,34%	3,51%	2,42%	1,76%	12,56%
Imóveis*	20,02%	9,61%	0,27%	0,40%	32,44%
Meta Atuarial	4,34%	3,51%	2,42%	1,76%	12,56%
Empréstimos	6,76%	5,44%	5,49%	3,98%	23,47%
Meta Atuarial	4,34%	3,51%	2,42%	1,76%	12,56%
Estruturados	0,17%	0,05%	0,18%	124,21%	125,11%
Meta Atuarial	4,34%	3,51%	2,42%	1,76%	12,56%
Rentabilidade Global	5,61%	4,23%	3,41%	2,47%	16,64%
Meta Atuarial	4,34%	3,51%	2,42%	1,76%	12,56%

*Imóveis Próprios e Alienados

No ano de 2016, todos os segmentos apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial.

A gestão de investimento pauta-se pela visão de longo prazo, compatível com o perfil do plano, que tem previsão de pagamento de benefícios também no longo prazo.

Na sequência, demonstramos em forma gráfica o desempenho dos Investimentos da FUNCORSAN nos últimos 10 anos (janeiro de 2007 a dezembro de 2016), comparado este desempenho com a META ATUARIAL e com os dois principais referenciais de mercado IMA-B (renda fixa) e IBOVESPA (renda variável):



Rentabilidade	228,11%
Meta Atuarial	229,04%
Ibovespa	33,98%
IMA - B	216,48%

6.10.2. Rentabilidades Brutas e Líquidas dos Fundos de Investimentos

Os dados seguintes apresentam as rentabilidades brutas e líquidas dos Fundos de Investimentos, separadas por fundos de investimentos.

SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	Rentabilidade Bruta Acumulada em 2016	Rentabilidade Líquida Acumulada em 2016
RENDA FIXA		
Votorantim Quaraí FI Renda Fixa	16,01%	15,97%
Taquari FI Multimercado	13,89%	13,43%
Safra Piratini FI Multimercado	14,93%	14,60%
RENDA VARIÁVEL		
JGP Institucional FI Ações	34,74%	31,04%
JGP Explorer Inst FI Ações	34,50%	30,83%
BBM Valuation II FIC Ações	32,80%	30,26%
Brasil Plural FIC Ações	8,21%	4,98%

6.10.3. Rentabilidades Brutas e Líquidas por Segmento de Aplicação

Atendendo ao disposto na legislação, apresentamos o relatório resumo das informações contendo a rentabilidade bruta e a rentabilidade líquida auferidas em cada segmento de aplicação:

RENTABILIDADE BRUTA E LÍQUIDA PLANO DE BENEFÍCIOS E PGA		
Renda Fixa	Rentabilidade Bruta	Rentabilidade Líquida
Retorno Anual	15,59%	15,31%
Meta Atuarial	12,56%	12,56%
IMA-B	24,81%	24,81%
Renda Variável	Rentabilidade Bruta	Rentabilidade Líquida
Retorno Anual	18,04%	17,34%
Meta Atuarial	12,56%	12,56%
IBX	36,69%	36,69%
Estruturados	Rentabilidade Bruta	Rentabilidade Líquida
Retorno Anual	125,11%	123,65%
Meta Atuarial	12,56%	12,56%
Imóveis **	Rentabilidade Bruta	Rentabilidade Líquida
Retorno Anual	32,44%	32,10%
Meta Atuarial	12,56%	12,56%
Empréstimos **	Rentabilidade Bruta	Rentabilidade Líquida
Retorno Anual	23,47%	21,57%
Meta Atuarial	12,56%	12,56%

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as informações apresentadas neste Relatório Anual, que detalha resultados obtidos e ações desencadeadas ao longo do exercício de 2016, a Funcorsan reforça o propósito de transparência que norteia sua gestão e reafirma a política de constante comunicação de seus atos, mantendo a ética e a credibilidade, demonstrando em números, indicadores e fatos a lisura com que rege sua gestão financeira e atuarial.

Todos os dados que você leu aqui são decorrentes do comprometimento permanente de conselheiros, diretores, gerentes e empregados que compõem a Funcorsan. No caso de alguma dúvida ou necessidade de qualquer outra informação adicional, a Fundação está à disposição através de seus canais de relacionamento.

FUNDAÇÃO CORSAN

Central de Atendimento ao Participante

Fone: (51) 3216.6000 - Opção 1 – Empréstimos – Opção 2 - Cadastro e Benefícios

Fax Central de Atendimento: (51) 3216.6015

Endereço eletrônico: atendimento@funcorsan.com.br

Portal: www.funcorsan.com.br

FORMAÇÃO ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS FUNCORSAN
EXERCÍCIO 2016

CONSELHO DELIBERATIVO

Alessandra Cristina Fagundes dos Santos
Presidente

Keyla Azzolin Marini
Titular
Marcelo Santos da Rocha
Titular
Tiago Simon de Souza
Suplente
Thiago de Hermann Prestes
Suplente
Everton Pires de Oliveira
Suplente

Delso Francisco Zwirtes
Titular
Sidnei Lima da Silva
Titular
Geovane Martins Teixeira
Titular
Wolney João Ferreira
Suplente
Paulo Ricardo Farinha de Oliveira
Suplente

CONSELHO FISCAL

Alízia Mello Pistója
Presidente

Sady Xavier da Cruz
Titular
Alexandre Perroni Valle
Suplente

Ronaldo Souza da Silva
Titular
Ivan Ediênio de Andrade
Titular
David Edison Borges Maciel de Barros
Suplente
Laer Von Saltiel
Suplente

DIRETORIA EXECUTIVA

Elena Hahn Raupp
Diretora Superintendente Administradora
Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB)

Adimilson Luiz Stodulski
Diretor Financeiro e Administrativo Administrador
Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ)

Gilmar Antônio Arnt
Diretor de Seguridade

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Adimilson Luiz Stodulski
Coordenador do Comitê de Investimentos

Adriana Yamasaki
Representante da Patrocinadora
Sávio Scherer
Representante dos Participantes Ativos

Edson Braz da Silveira
Representante dos Participantes Assistidos
Rafael Luzardo
Gerente de Investimentos